UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

RAELTOM SANTOS MUNIZO

ENCÔMIO E MEMÓRIA EM PANEGÍRICOS AO MARQUÊS DE MARIALVA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

RAELTOM SANTOS MUNIZO

ENCÔMIO E MEMÓRIA EM PANEGÍRICOS AO MARQUÊS DE MARIALVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Moreira.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

Munizo, Raeltom Santos.

M935e Encômio e memória em panegíricos ao Marquês de Marialva. / Raeltom Santos Munizo – Vitória da Conquista, 2018.
154 f.

Orientador: Marcello Moreira.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 130 - 134.

1.Panegíricos - Discurso - Gênero. 2. Antiguidade Greco-Romana. 3. Encômio. 3. Retórica - Poética - Discurso. I. Moreira, Marcello. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 936

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Eulogy and memory in panegirical poems to the Marquês de Marialva.

Palavras-chaves em inglês: Panegyric. Eulogy. Rhetoric. Poetic. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Marcello Moreira (presidente); Prof. Dr. Flávio Antônio Fernandes Reis (titular); Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz (titular).

Data da Defesa: 16 de fevereiro de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

RAELTOM SANTOS MUNIZO

ENCÔMIO E MEMÓRIA EM PANEGÍRICOS AO MARQUÊS DE MARIALVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 16 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcello Moreira (Presidente) Ass.:_____
Instituição: UESB

Prof. Dr. Flávio Antônio Fernandes Reis Ass.:_____
Instituição: UESB

Prof. Dr. Márcio Ricardo Coelho Muniz Ass.:_____
Instituição: UFBA

Às letras e pessoas
que muito me encantaram
nas linhas da vida.

AGRADECIMENTOS

Em minha terra, a qual é muito rica em nordeste, e onde verão é arrastado por cada estação que lá se achega, é comum agradecer a Deus, primeiramente, pelo chão açoitado por nossos pés, pelo suor que em nós mina todo dia de labuta, pela vida que ainda insiste em florir dentro de nosso corpo repleto de sol.

O cuidado com que se guarda e preserva um lugar, a fim de muitas pessoas aproveitarem do que ele tem para oferecer é algo admirável naquelas pessoas que se incumbem de tal serviço. Assim sendo, essas linhas também são em agradecimento às professoras Drª. Edvania Gomes da Silva e Drª. Milene de Cássia Silveira Gusmão, as quais são responsáveis pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.

Aos mestres, rezam as boas vozes que me doutrinaram ao longo dos fios da vida, devemos ser gratos pelas palavras empenhadas e pelas contribuições para que nós possamos (des)construir nossas verdades e opiniões; por isso, vale lembrar aqui aqueles professores que me ilustraram muitas informações, aquando do período de estudo no PPG-MLS: Drª. Ana Elizabeth Santos Alves, Drª. Maria da Conceição Fonseca Silva, Drª. Edvania Gomes da Silva, Dr. Marcello Moreira, Dr. Edson Silva de Farias e Dr. Auterives Maciel Junior.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa a mim concedida.

Agradeço também a meus amigos. A amizade é tal qual vento de linhas que envolvem nossa vida, dando-lhe nós necessários para que ela se sustente. E como um vento que não cessa, mas se espraia, pois mover-se é sua forma de viver, os amigos sempre percorreram e fazem parte de nosso espaço de ar. Então, a esses nomes vindouros lembrados por ora por minha memória, dedico essas miúdas palavras: Douglas, Norma, Marinês, Oleriano, Paloma, Tatiane, Sarah, Gláubia, Keilla, Maíra, Glaucia, Diego, Cristiane, Leda, Fernando, Luzia, Milena, Wiliam, Dener, *etecetera*.

Aos meus colegas de turma de mestrado de 2016, pelos quais tenho tamanho carinho e admiração. Agradeço ainda aos funcionários do programa, sempre empenhados em sua função e em nos ajudar.

Minha família tem valor importante para a realização de tal trabalho, pois sem ela meu ânimo não se estenderia a buscar meus sonhos e anseios. Destarte, a ela também dedico esta obra.

A dissertação que ora se caminha, teve como norte as ensinanças do professor Dr. Marcello Moreira, meu orientador. A Marcello sou grato pelo exemplo de profissionalismo e por ter acolhido meu projeto de pesquisa e tornado ele nosso.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo estudar dois discursos panegíricos dedicados ao Marquês de Marialva, que foi um importante general lusitano que atuou na Guerra da Restauração, ocorrida entre Portugal e Castela, no século XVII. O panegírico é um tipo de discurso laudatório, pertencente ao gênero epidítico da retórica, e tem por finalidade a celebração de vidas e ações ilustres. O *corpus* de nossa dissertação é constituído pelo "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído, na edição selecionada para análise, a frei Antônio Lopes Cabral, e também tomamos como objeto de pesquisa o "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira. Principiamos nossa discussão tecendo algumas considerações acerca do panegírico na Antiguidade greco-romana, a fim de referir o uso e o proveito que os antigos faziam do gênero, assim como introduzir certos lugares comuns argumentativos relativos ao encômio, passíveis de serem atualizados nos panegíricos produzidos na Idade Moderna. Na segunda parte, estudamos certos artifícios retóricos e poéticos presentes nos dois panegíricos, e que são balizados com o intuito de amplificar e perenizar a memória das excelentes ações e virtudes do caractere agente figurado. Apresentamos ainda, nessa seção, algumas informações acerca daquele a que são dedicados os panegíricos, a fim de o leitor ter alguma notícia da vida, família e empresas do primeiro Marquês de Marialva. Finda nossa dissertação com uma discussão acerca de determinados tipos de notas conhecidas como escólios, e que estão dispostas nas margens laterais do panegírico atribuído a Botelho de Oliveira. Analisar-se-ão os escólios como breves e claros dispositivos textuais que, por fazerem parte do todo da “obra”, assim como as estrofes e o título, também lhe discriminam um sentido. O estudo do caráter conciso ou pedestre das notas nos possibilitou também empreender algumas considerações acerca de preceitos retóricos e poéticos mobilizados nas ornamentadas e agudas estrofes comentadas.

Palavras-chave: Panegírico. Encômio. Memória. Retórica. Poética.

ABSTRACT

The present thesis aims to analyze two panegyric discourses dedicated to the Marquis of Marialva, who was an important Portuguese general who worked in the Portuguese Restoration War, which happened between Portugal and Castile in the 17th century. The panegyric is a type of laudatory discourse, belonging to the epidemic genre of rhetoric, its purpose is the celebration of illustrious lives and actions. The corpus of our thesis consists of the "Panegyric to the Marquis of Marialva", attributed, in the edition selected for analysis, to Friar Antônio Lopes Cabral, it was also selected as object of research the "Panegyric to the Marquis of Marialva", attributed to the nobleman Manuel Botelho de Oliveira. We begin our discussion by making some considerations about the panegyric in Greco-Roman antiquity, in order to refer to the use and the advantage that the ancients made of the genre, as well as to introduce certain common argumentative places related to the eulogy, that can be actualized in the panegyrics produced in the Modern Age. In the second part, we analyze certain rhetorical and poetic artifices present in the two panegyrics, which are marked out with the intention of amplifying and perpetuating the memory of the excellent actions and virtues of the figured agent character. We also present in this section some information about those people to whom the panegyrics are dedicated, in order inform the reader about some aspects of the life, family and companies of the first Marquis of Marialva. Our thesis ends with a discussion about certain types of notes known as scholia, and which are arranged on the lateral margins of the eulogy given to Botelho de Oliveira. The scholia will be analyzed as brief and clear textual devices which, because they are part of the whole of the "work", as well as the stanzas and the title, they also assign a meaning. The research on of the concise or pedestrian character of the notes also allowed us to undertake some considerations about rhetorical and poetic precepts mobilized in the ornate and acute commented stanzas.

Keywords: Panegyric. Eulogy. Rhetoric. Poetic. Memory.

Se as acções heroicas não forem escritas nos Annaes
da historia,
não forem gravadas nos bronzes da eternidade,
defraudados ficarão os mortaes da gloria, &
vtilidade dellas;
porque faltando as memorias aos que as obrarão,
faltaraõ os exemplos para que se imitem;
para que durassem aquellas, para que se
propozessem estes,
se escreuerão os Panegyricos [...].

(LACERDA, 1674, p. 1)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....12

2. NOTAS SOBRE O PANEGÍRICO.....24
2.1. AJUNTAMENTO E CELEBRAÇÃO.....24
2.2. OS LUGARES ARGUMENTATIVOS DO DISCURSO IMPERIAL, NOS ESCRITOS DO RETOR MENANDRO, E SUA RELAÇÃO COM TÓPICOS DE ARGUMENTAÇÃO DA ORAÇÃO PANEGIRICAL.....33
2.3. PANEGÍRICO É UM ENCÔMIO.....40
2.4. VOTO DE AGRADECIMENTO, LOUVOR E PROVEITO.....43

3. ARTIFÍCIOS RETÓRICOS E POÉTICOS NOS PANEGÍRICOS AO CONDE DE CANTANHEDE E MARQUÊS DE MARIALVA.....51
3.1. DE DOM ANTÔNIO LUIZ DE MENEZES, I MARQUÊS DE MARIALVA E III CONDE DE CANTANHEDE.....51
3.2. PRECEITOS RETÓRICOS DO GÊNERO PANEGÍRICO.....63
3.3. O TIPO AGENTE FIGURADO NOS ENCÔMIOS PANEGIRICAIS.....69
3.4. MEMÓRIA, COMPARAÇÃO E AMPLIFICAÇÃO.....76

4. BREVIDADE, CLAREZA E RELAÇÕES TEXTUAIS DOS ESCÓLIOS DO PANEGÍRICO AO MARQUÊS DE MARIALVA, ATRIBUÍDO A MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA.....90
4.1. DA BREVIDADE DAS NOTAS ESCOLIAIS.....91
4.2. DA CLAREZA.....94
4.3. O TOM PEDESTRE DOS ESCÓLIOS FRENTE À ORNAMENTAÇÃO POÉTICA DAS ESTÂNCIAS.....97
4.4. O ASPECTO INTRODUTÓRIO DAS ANOTAÇÕES DE MARGEM.....102
4.5. AS RELAÇÕES TEXTUAIS ESTABELECIDAS NO DISCURSO PANEGIRICAL..112
4.5.1. A inter-relação paratextual.....114
4.5.2. Da correlação.....118
4.6. AS NOTAS DE CARÁTER HISTÓRICO.....121

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....127

REFERÊNCIAS.....130

ANEXOS.....135

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo estabelecer um estudo de dois discursos panegíricos dedicados a Dom Antônio Luiz de Menezes, que foi primeiro Marquês de Marialva, terceiro Conde da Vila de Cantanhede e um dos heroicos generais lusos que lutou na Guerra da Restauração, ocorrida no século XVII entre Portugal e Castela. Panegírico é espécie de Oração Exornativa ou discurso de celebração, e, também, subgênero laudatório do gênero epidítico da retórica, cujo objetivo é louvar matérias de excelência, a exemplo de grandes cidades, fortes nações, reis, heróis etc. Por ser o panegírico um discurso retórico, assim como mimético e verossímil, nosso estudo toma como fontes primaciais tratados de retórica e poética que estabelecem preceitos a serem balizados em discursos amplificativos de ações virtuosas. Os tipos de panegírico selecionados como *corpus* de nossa pesquisa são encômios celebrativos da vida e de distintas ações praticadas pelo Marquês de Marialva, o qual é imitado ou figurado como excelente tipo de herói, digno de difusa memória e de proveito para a ensinança do público do "Antigo Regime" que decorosamente os recepciona.

O primeiro panegírico que constitui o *corpus* de nossa pesquisa é o "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA;/ Conde de Cantanhede, no tem-/ po que governava as Armas de Portugal.", reunido e publicado na compilação de poemas também atribuídos ao luso fidalgo, advogado e poeta Manoel Botelho de Oliveira, intitulada *MUSICA/ DO/ PARNASSO/ DIVIDIDAS EM QUATRO COROS/ DE RIMAS/ PORTUGUESAS, CASTELHA-/ nas, Italianas, & Latinas./ COM SEU DESCANTE COMICO REDUSI-/ do em duas Comédias,/ OFFERECIDA/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR DOM NUNO/ Alvares Pereyra de Mello, Duque do Cadaval, &c./ E ENTOADA/ PELO CAPITAM MOR MANOEL BOTELHO/ de Oliveyra, Fidalgo da Caza de Sua/ Magestade./ LISBOA.// Na Officina de MIGUEL MANESCAL, Impressor do Santo Officio, Anno de 1705.* O panegírico ao Marquês de Marialva ora apresentado está disposto nesse livro, especificamente na seção de "VERSOS/ VARIOS/ QUE/ PERTENCEM/ AO PRIMEYRO/ CORO/ DAS RIMAS/ PORTUGUESAS,/ ESCRITOS/ A VÁRIOS ASSUMPTOS.", que compreende a segunda parte do coro de rimas ou poesias escritas em língua portuguesa. Tal discurso panegírico, composto, de acordo como MOREIRA (2001, p. 184), na segunda metade do século XVII, está estruturado em trinta e quatro estrofes em oitavas, de rima toscana – versos decassílabos -, com notas dispostas nas margens laterais da maioria das estâncias desse poema retoricamente ordenado. Esse discurso panegírico verossímil e acomodado em versos é, antes de ser poético ou mimético, retórico, uma vez que

a tratadística retórica é a instituição que o doutrinava por meio do estabelecimento de preceitos ou regras fundamentais para a sua conveniente composição. O "Panegírico ao Marquês de Marialva", ora apresentado, concerne àquele tipo de discurso panegirical doutrinado em preceptivas retóricas da chamada Idade Moderna como celebração de toda uma insigne vida, por isso, sua narração perpassa sequencial e temporalmente por várias fases e momentos da vida do caractere agente figurado no poema encomiástico, a saber, pela infância e juventude, pelo casamento, pelo estabelecimento de governo de algumas instâncias políticas da sociedade, a exemplo das armas, do governo de vila(s), perpassa também pelos momentos em que o encomiado obrou excelentes ações em prol da sociedade etc.

O "PANEGIRICO/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR/ DOM ANTONIO LVIS/ DE MENEZES/ Digníssimo Marquez de Marialva, Con-/ de de Cantanhede, do Conselho de Es-/tado, & Guerra, Presidente no da Fazen-/ da, & Capitaõ General das Armas/ Portuguezas./ Em a memoravel victoria de/ MONTES CLAROS./ Composto/ POR FREY ANTONIO LOPES CABRAL/ Freire professo da Ordem de N. Senhor Iesu Christo, Capel-/ laõ de S. Magestade, & Cantor de Sua Capella Real, Bene-/ ficiado em as Igrejas de S. Maria dos Olivaes da/ Villa de Thomar, & S. Maria do Castello/ de Ponte de Lima.// LISBOA./ Com todas as licenças necessarias./ Na Officina de Antonio Craesbeeck d' Mello Impressor de/ SUA ALTEZA. Ann. 1665" é o outro discurso do gênero que tomamos como *corpus*. Tal panegírico, cuja didascália ou espécie de título contido na folha de rosto sintetiza importantes informações sobre aquele a que é dedicado e também sobre o referido "autor", é composto por dezesseis estrofes de oito versos decassílabos e, diferentemente daquele panegírico atribuído a Manoel Botelho de Oliveira, não apresenta notas ou comentários do assunto imitado nas estâncias poemáticas. Além disso, outra significativa característica que distingue esses dois discursos retorico-poéticos é o fato de o panegírico que ora se apresenta não ser um discurso comemorativo de toda uma ilustre vida, pois sua verossímil narrativa centra-se no aplauso dos feitos e valor do Marquês de Marialva demonstrados na "memorável vitória de Montes Claros". Esse panegírico, publicado no mesmo ano em que ocorreu a Batalha de Montes Claros, na qual os portugueses venceram os castelhanos, foi compilado, posteriormente, em uma famosa coletânea de poemas publicada no século XVIII, intitulada *A FENIX/ RENASCIDA,/ OU/ OBRAS POETICAS/ Dos melhores Engenhos Portuguezes./ DEDICADAS/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR/ D. JOAÕ/ DE ALMEIDA E PORTUGAL,/ CONDE DE ASSUMAR, DOS CONSELHOS/ DE Estado, e Guerra, &c./ III TOMO. Segunda vez impresso, e accrescentado/ POR/ MATHIAS PEREIRA/ DA SYLVA.// LISBOA./ Na Offic.*

Dos Herd. De ANTONIO PEDROSO GALRAM./ M.DCC.XLVI./ Com todas as licenças necessarias, e Privilegio Real.

O panegírico ao Marquês de Marialva, cuja edição setecentista selecionada como *corpus* o atribui a Antônio Lopes Cabral, nos é apresentado na miscelânea setecentista *Fênix Renascida* como poema composto por outro artífice, pois a rubrica "Do mesmo author", a qual faz referência ao último artífice citado no livro, nos apresenta Jerônimo Baía como aquele que o compôs. A autoridade Jerônimo Baía nos vem referendada primeiro e explicitamente como o "autor" do poema "Lampadário de Crystal", e logo depois tal nome está implicitamente aludido por tal rubrica em diversos outros tipos de poemas, incluindo esse panegírico ao Marquês de Marialva. Além disso, a versão do panegírico ao Marquês de Marialva em honra de sua atuação em Montes Claros, publicada no século XVIII, conjuntamente com outros engenhosos ou agudos poemas em *Fênix Renascida*, também apresenta mudanças quanto ao emprego de certas palavras. Isso se alia à questão de que a poesia seiscentista, por exemplo, não era regida por direitos autorais, como é a nossa prática de publicação de obras; além disso, aquela poesia era tornada pública pela circulação via impressos, manuscritos e/ou oralmente, o que implicava muitas modificações no texto à medida que se ia alçando maior público. Logo, poemas produzidos no século XVII eram, grosso modo, constituídos aquando do seu processo de circulação e recepção. Por exemplo, os estudos dos professores João Adolfo Hansen e Marcello Moreira acerca do grande *corpus* poético atribuído ao poeta Gregório de Matos e Guerra e de outras práticas de representação letradas do Antigo Regime demonstram-nos que as categorias "autor", "obra" e "público", tal como as conhecemos em nosso tempo, não se aplicam, por exemplo, à prática de composição e circulação de discursos no século XVII, e, por isso, encontramos muitos poemas desse período em versões modificadas deles que são atribuídas a mais de um artífice, os quais tinham autoridade para que lhes fossem atribuídos. Esses poetas não detinham os "exclusivos" ou "direitos autorais" sobre um artefato para reivindicá-lo como seu[1]. Além disso, a prática de proferir discursos em público, por exemplo, no século XVII, implicava retoricamente a pronunciação do discurso para um público que conseguia, a partir da récita do

[1] Além disso, Hansen (2008, p. 20), pondera-nos que "em sociedades que não conhecem o mercado dos bens culturais, como a luso-brasileira dos séculos XVI, XVII e XVIII, os poetas têm a *posse* dos meios técnicos de produção da poesia, mas nenhuma *propriedade* privada dos poemas, que circulam na oralidade e em cópias manuscritas sujeitas às apropriações produtoras de variantes. Não há regulação da propriedade privada das obras como "direitos autorais", "originalidade" ou mercadorias concorrendo com outras originalidades, logo não se conhece o conceito moderno de "autoria" como autonomia crítica e livre-concorrência, nem o conceito jurídico e estético de "plágio" implicado na noção mercadológica de "originalidade" da obra, nem o de "público", como "opinião pública" liberal [...]".

orador, memorizar, anotar em livros de mão, e, inclusive, preencher as partes esquecidas dos "textos" com palavras ou frases, cuja elocução se acomodaria bem em tais discursos. Por isso, esse panegírico, que, na edição do século XVII, tomada como *corpus*, é atribuído a Antônio Lopes Cabral, muito provavelmente teve um processo de circulação em Portugal, cuja recepção foi o emendando ou modificando. A edição desse panegírico em louvor ao Marquês de Marialva, pela sua atuação memorável em Montes Claros, e que foi compilada em a *Fênix Renascida*, reforça-nos essa hipótese.

O panegírico era uma prática letrada, "[...] composta segundo a verossimilhança de ações humanas memoráveis possíveis de ocorrer [...]" (HANSEN, 2008, p. 41), assim como doutrinada por princípios artísticos ou técnicos e também apresentava como preceito primacial ser útil e deleitável. Era discurso proveitoso porque ensinava e demonstrava, a partir da figuração de ações ilustres do caractere agente, o hábito virtuoso como medida ou meio de se manter a ordem social. Além disso, tal tipo de Oração Exornativa é deleitável em razão da ornamentada e engenhosa elocução que a constitui, a qual é eficaz em afetar o público com efeitos inesperados que maravilham.

Ademais, faz-se necessário trazer à baila que as Orações Exornativas ou laudatórias, gênero do qual o panegírico é espécie, encerram outros discursos de celebração a grandes varões. Parte dos preceitos retóricos acerca de muitos discursos pertencentes ao gênero Exornativo, a exemplo do genetlíaco, epitalâmio, epinício etc., são passíveis de serem acomodados no panegírico, principalmente naquele tipo de oração panegirical que louva cronologicamente toda uma vida, pois no discorrer desse louvor a narração perpassa por outras fases ou momentos da vida do encomiado, que são matérias típicas de outras espécies de discursos laudatórios. Genetlíaco ou Oração natalícia é um tipo de discurso Exornativo, "[...] que celebra o dia do nascimento de algum Principe ou pessoa grande [...]" (PEREIRA, 1759, p. 28); epitalamio [...] he a Oraçaõ, em que se louvaõ as Vodas dos Príncipes e dos Grandes [...]" (MELLO, 1766, p. 257); já o epinício "[...] he Oraçaõ com que damos os parabens a alguem, de qualquer feliz acontecimento, ou nova felicidade" (ALCAÇAR, 1750, p. 50). O panegírico em celebração à vida de um insigne varão, por exemplo, ao perpassar cronológica e sequencialmente a narrativa pela fase da vida que concerne ao casamento, normalmente recorre àquelas "sedes de argumentos", assim definidos os lugares-comuns opinativos por Cícero em *Sobre o Orador* (livro II; 2002, p. 276), que contêm aqueles argumentos genericamente lembrados pelo uso e costume que são característicos do tipo de Oração Exornativa epitalâmica, a qual trata do matrimônio e bodas, balizando *loci* que dizem

respeito, por exemplo, à formosura dos noivos, à fortuna de seu casamento, à nobreza dos consortes, ao amor dos cônjuges protegido por Himeneu, o deus do casamento etc. Essa questão foi posta em virtude de fazermos uma apresentação do objeto de estudo em relação a certos tipos de discursos com os quais ele se aproxima. Ademais, não estabeleceremos um estudo comparativo entre o panegírico e outras espécies de discursos exornativos ou comemorativos, uma vez que tal análise exigiria uma pesquisa mais profícua, assim como um tempo mais vantajoso. A apresentação dessa utilização de certos *loci communes* de outras orações exornativas pelo panegírico foi estabelecida, porque, além da importância de tal ressalva, em determinadas linhas da dissertação que ora se introduz abordaremos brevemente essa aproximação entre certos discursos festivos e o panegírico, no que tange ao tratamento de *loci.*

Enquanto discurso pertencente ao gênero epidítico ou demonstrativo da retórica, a qual é entendida como "[...] a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 48), o panegírico visa ao louvor e amplificação da matéria tratada. Os poemas panegiricais que constituem o *corpus* de nossa pesquisa se caracterizam como um tipo de louvor conhecido como encômio, o qual, em acordo com as palavras de Aristóteles, em sua *Retórica* (livro I, capítulo IX), é discurso laudatório que tem por matéria as ações operadas pelo ânimo e caráter de quem as praticou, diferentemente do elogio, que encerra o louvor de virtudes. Destarte, enquanto o elogio "[...] é apropriado à virtude, pois graças a ela os homens tendem a praticar ações nobres, [...], os *encômios* se dirigem aos atos, quer do corpo, quer da alma [...]" (ARISTÓTELES, 1973, p. 262). O conjunto de ações virtuosas que constitui a matéria verossímil dos panegíricos ao Marquês de Marialva caracteriza tais poemas como encômio, porque através de feitos agenciados pela disposição do ânimo do caractere agente é passível de melhor se ensinar e exemplificar, por intermédio da poesia, os códigos de conduta e comportamentos ajuizados fundamentais para viver nobremente em sociedade. O exemplo de vida e ações excelsas, figuradas nos dois panegíricos dedicados a um nobre herói, vivo no tempo de sua composição, é modelo de brioso viver e de empresas excelentes. É vida repleta de nobres ações, que é digna de memória que a perenize nas veias dos anais da história, em honra de seu valor e exemplo. Assim sendo, tais panegíricos, dedicados a Dom Antônio Luiz de Menezes, o I Marquês de Marialva e III Conde de Cantanhede,

> [...] duplica[m] a vida pleonasticamente, porque é vida garantidora de vida duradora, porque agenciada pela poesia, mas para quem ainda está vivo, *memorando* de quem ainda está aqui, ênfase, por conseguinte, no merecimento de memória imorredoura por parte do encomiado [...] (MOREIRA, 2011, p. 187).

Em relação ao gênero panegírico, a tratadística retórica da chamada Idade Moderna nos apresenta, como mencionamos, variáveis formas de produzir a narração de tal discurso, seja por meio de uma exposição cronológico-sequencial de toda a vida do caractere agente celebrado, como nos preceitua o Padre da Companhia de Jesus, Bartolomeu Alcáçar (1750; p. 42-69), em seu tradado *DAS ESPECIES,/ INVENÇAM, E DISPOSIÇAM, DAS ORAC,OENS,/ QUE PERTENCEM AO GENERO/ EXORNATIVO*; através da exposição de determinado(s) feito(s) agenciados pelo encomiado; e também há aqueles discursos panegíricos que mesclam o louvor da vida sem atentar à ordem dos tempos com o louvor de ações, por isso, comumente a narração desse tipo de louvor panegirical vai "[...] discorrendo pelas ações da vida, seguindo a ordem das virtudes, e não dos tempos" (PEREIRA, 1759, p. 36).

Os dois panegíricos que tomamos como *corpus* de estudo compreendem os dois primeiros tipos de disposição do louvor encomiástico. Sendo assim, conquanto louvor de toda uma vida insigne, o discurso panegirical tende a apresentar várias ações doutrinárias dispostas ao longo de várias fases da vida do encomiado, como, por exemplo, a juventude, o casamento, o governo de alguma instância civil, político ou militar, a morte, se caso aquele louvado já estiver morto etc.; já o encomio de determinada empresa apresenta um tipo de narrativa que atenta basicamente ao feito celebrado e às circunstâncias que a ele concorrem ou dizem respeito, a fim de ilustrar mais cenas insignes e virtudes exemplificadas aquando da obra. Deste modo, selecionamos aqueles dois panegíricos ao Marquês de Marialva como objeto, com o objetivo de demonstrar que não há uma forma única de produzir ou dispor um discurso panegirical, e também com vistas a apresentar certos preceitos retóricos, e, de certa forma, poéticos, que os aproximam e distinguem.

A variação na disposição do discurso panegírico provavelmente alia-se ao fato de os gêneros serem dinâmicos com relação a sua composição, pois estão sujeitos a incrementos de novos preceitos de invenção, à medida que novos discursos excelentes do gênero vão produzindo variações a partir dos preceitos discursivos básicos instituídos ao decorrer dos tempos. Sendo assim, podemos pensar que a própria tratadística retórica de um gênero, a exemplo do panegirico, também sofre mudanças ou variações ao longo da história, pois o tipo de discurso que ele regra assim também procede. Portanto, distante do pensamento romântico

e moderno sobre a arte retórica, a tratadística retorica não é cristalizada e tampouco apresenta um modelo único de compor um discurso. Ao estabelecer os preceitos do panegírico, por exemplo, os tratados de retórica tendem a apresentar as regras basilares e os lugares comuns dos quais se deve partir para uma composição do discurso. Logo, isso implica que os discursos podem dinamizar tais *loci* e preceitos e, também, os argumentos de discursos modelares do gênero, de modo a produzir outros argumentos também decorosos à matéria e concordes com o costume de invenção, de modo que satisfaçam à memória dos *topoi* e dos discursos exemplares do gênero ou até mesmo de outros tipos de discursos de outros gêneros.

Os tratados de retórica sobre as Orações Exornativas, a exemplo do *Delicioso Jardim da Retorica*, do padre da Companhia de Jesus, Bartolomeu Alcáçar, e do *Elementos da Invenção e Elocução Retorica*, que se quer de Antônio Pereira, oferecem-nos preceitos para a composição dos discursos oratórios comemorativos, de um modo que nos faz inferir que a oração panegirical, por exemplo, é discurso para se orar, no sentido de ser pronunciado em publico, aquando de um circunstância festiva, na qual se faz presente um tipo de público ouvinte, com vistas a doutriná-lo e leva-lo à imitação ou emulação do tipo de varão figurado. A pronunciação de discursos era algo característico em sociedades antigas, como, por exemplo, na Grécia, onde muitas orações eram tornadas públicas em festivais pan-helênicos, mediante a voz. De fato, na chamada Idade Moderna era comum se pensar ou apresentar em tratados de retórica, nos quais se doutrinavam o gênero panegírico, que tal discurso ou oração era pronunciada durante determinados festejos em cidades gregas, nas quais se ajuntavam povos de outras *poleis* com vistas a assistirem e competirem em jogos, como os Olímpicos, resolverem demandas e negociarem comércios entre as cidades-estado etc. O significado de panegirico entre os gregos era justamente "ajuntamento", pois era discurso a ser orado em reunião dos povos gregos, como nos pondera João de Barros no exórdio de seu *Panegírico do Rei Dom Joao III*[2], composto em 1533, e pronunciado por volta desse período, pelo próprio artíficie, ao monarca, diante da corte e de outros habitantes da cidade de Évora, durante a

[2] "Não sem causa, muito alto e muito poderoso Rei e Senhor, costumavam nos tempos antigos louvar os excelentes homens em sua presença, porque dando louvor justo e manifesto ao grande merecimento das pessoas, assi os presentes, como os que viessem depois, tomassem exemplo e fizessem tais obras, com que merecessem o mesmo louvor; e pera o nome dos tais ser mais celebrado, soíam nas mores festas e ajuntamentos do povo publicar os tais louvores, que por esta razão chamavam "panegírico', que quer dizer "ajuntamento"." (BARROS, 1943, p. 1). Tal seção do proémio ou exórdio do *Panegírico do Rei D. João III*, composto por João de Barros, apresenta uma definição do gênero panegírico, a qual é recorrente em certos tratados de retórica do Antigo Regime, de modo que nos faz inferir que tal oração era muito útil na doutrinação daqueles que a apreciavam aquando de sua récita e também era tida como muito proveitosa para ensinar a posteridade, porque o tipo de varão nela figurado e celebrado é modelo ou exemplo de coisas virtuosas e dignas de serem lembradas e emuladas.

ocasião em que se festejava a restauração de um aqueduto nessa cidade[3]. Destarte, a prática de pronunciação de panegíricos diante de um distinto público pode ser averiguada também no século XVI, a exemplo daquele panegírico do nobre João de Barros (1496?- 1570), servidor do Paço Real de D. Manuel I e Dom João III, feitor da Casa das Índias e da Mina etc. Por outro lado, os antigos romanos também tinham o costume de pronunciar panegíricos no senado, diante de um distinto publico, no qual se fazia presente a pessoa a que se dedicava a oração. Exemplo disso é o *Panegírico de Trajano*, pronunciado por Plínio-O-Jovem, no senado romano, em agradecimento do cargo de cônsul com o qual lhe condecorou o imperador Trajano e também em honra e proveito da excelência desse imperador, figurado como exemplar coetâneo da glória e valor dos romanos.

Com relação aos panegíricos ao Marquês de Marialva que foram selecionados como objeto de pesquisa, não temos testemunho ou informações de que eles foram pronunciados diante daquele a que foram dedicados, qual seja, D. Antônio Luiz de Menezes, o III Conde de Cantanhede e I Marquês de Marialva, em alguma ocasião festiva. Contudo, eles, hipoteticamente, poderiam muito bem ter sido entregues ou pronunciados a tal nobre em algum festejo no qual se comemorou a vitória do exército luso, comandado por ele, uma vez que alguns panegíricos do século XVII lhe são dedicados justamente em razão de sua excelente atuação em determinadas batalhas da Guerra da Restauração. Por exemplo, o "Panegirico ao Marquês de Marialva", atribuído a Antônio Lopes Cabral e publicado em 1665, e que é dedicado ao Marques de Marialva em aplauso-honra de sua decisiva atuação na Batalha de Montes Claros, que ocorreu em 1655, é um discurso que poderia muito bem ter sido orado em uma circunstância festiva em comemoração de tal vitória, uma vez que era *práxis* em cortes seiscentistas, os festejos comemorativos, sejam de nascimentos de príncipes, de casamentos e bodas, de vitórias alcançadas em prol da pátria, da chegada de reis, de sua partida etc. Além disso, o fato desse panegírico atribuído ao padre Antônio Lopes Cabral ter sido publicado no ano de 1665, ano em que ocorreu a batalha e a vitória lusa sob os castelhanos, na qual o Marquês de Marialva se destacou, é um forte indício de que ele pôde ter sido tornado público também por agenciamento da voz, hipoteticamente, aquando de um momento celebrativo de tal vitória.

A partir dessas argumentações, pode-se averiguar que o panegírico é uma prática letrada retoricamente instituída que faz parte de um costume de composição, modo de

---

[3] Ver o Prefácio do professor Manuel Rodrigues Lapa, para a edição de dois panegíricos de João de Barros (*Panegírico de D. João III* e *Panegírico da Infanta D. Maria*), cuja segunda edição foi publicada em 1943, em Lisboa, pela editora Livraria Sá da Costa.

publicação e apreciação, a qual, como nos pondera Moreira (2011, p. 184), caracteriza-se como um gosto dessueto, que não é cultivado ou estimado na nossa sociedade. Panegírico, em nossa cultura, é visto como prática que tende à “adulação”, “bajulação” ou “lisonja”, pois louvar alguém com tamanha pompa não é bem quisto por nós, já que denota “malandragem” ou estratégia de angariar benefícios para si elevando demasiadamente os outros, por isso, a prática do louvor galantemente amplificativo em nossos dias, de alguma forma, incomoda-nos como uma rasteira mentira que tenta nos ludibriar. Contudo, é crucial levarmos em consideração que o verossímil que fundava tal Oração Exornativa, por exemplo, na dita Idade Moderna, não é a verossimilhança que ordena a literatura moderna e contemporânea, que, por seu instante, inscreve-se em um tempo no qual a sufocante noção de "evolução", "originalidade" e "subjetividade" é o veio que mais flui nele. O verossímil que ordenava o panegírico no Antigo Regime se inscreve em um tempo no qual a virtude era aquilo que mensurava o valor das coisas da sociedade, diferentemente de nossos tempos, nos quais o dinheiro é a tosca obsessão que avalia os bens sociais. Ademais, o heroísmo galanteado em panegíricos seiscentistas era uma prática tida como exemplar para se figurar nas letras, uma vez que animava os afetos do público leitor ou ouvinte por meio da doutrina que lhes conferiam. O heroísmo praticado por nobres homens lusos do século XVII, o qual conferia honra e valor como bens universais fundamentais para o homem ter prestígio naquela sociedade, não tem um respaldo ou funcionamento em nossos tempos, pois o que é nos imperativo é moeda de troca, é fama advinda de gostos que muitas vezes não concernem às virtudes, é poder e um saber individualista que incitam muito mais a inveja do que a virtuosa emulação. Assim sendo, “[...] o heroísmo é improvável e inverossímil quando o dinheiro é o equivalente universal de todos os valores [...]” (HANSEN, 2008, p. 17).

Por meio de tais discursos panegiricais pode-se observar também um gosto e grande apreço pelo passado, tempo ajuizado e (co)memorado como aquele que encerra, entre outras coisas, os exemplos e suas respectivas formas de doutrinação. O discurso panegirical, ao produzir a figuração da vida e ilustres feitos do encomiado, efetua-a de um modo em que se tece uma forte relação entre a memória de um passado e o "presente" enunciado no discurso; exemplo disso é a exposição do louvor de certas empresas do caractere agente em comparação aos memoráveis e semelhantes feitos de outros grandes heróis do passado, cuja memória se faz ininterruptamente presente aquando do tempo presente figurado no panegírico. Tal presente é ajuizado, grosso modo, como ramo do passado que colhe ou preserva, por via da memória, a doutrina e exemplos que nele outrora foram plantados. Outra questão que confere

força a esse argumento é a celebração do encomiado por meio do louvor de sua linhagem, a qual é figurada como grande árvore, cujas raízes são fincadas em um passado recolhido no feérico imaginário, além de possuir um alto tronco reforçado por nobres membros, assim como briosos "galhos" fartos que a embelezam por entre as mais nobres árvores genealógicas do reino. Assim sendo, o tipo agente imitado como membro de uma árvore genealógica ou familiar de remoto passado é devedor do ilustre passado que preservou a honra e a memória dos seus antepassados, que lhe transmitiram o sangue com seus respectivos proveitos ou bens hereditários, os quais o Marquês de Marialva, um ilustre tipo dos Menezes, preservou e alargou. Por outro lado, a verossimilhança que constitui as letras da modernidade e contemporaneidade, de certa forma, faz parte de um tempo em que o passado é tido como objeto de museu, "velho", distante para se mirar e emular, retrógrado e longínquo para se direcionar e mexer. As coisas de nosso presente estão submetidas a uma obsessiva ambição por um futuro, a uma noção de evolução, a um positivismo, que pressupõe muitas coisas banais como geniais. Os panegíricos ao Marquês de Marialva eram uma prática letrada, cujo verossímil de seu período histórico de produção e apreciação figurava e (co)memorava o passado como tempo digno de maior proveito para uma relação com o presente imitado ou produzido no encômio.

Enfim, para o estabelecimento de nossa pesquisa, julgamos conveniente principiar com um capítulo em que se apresentam certas considerações acerca do gênero panegírico na dita Antiguidade greco-romana, pois é comum em tratados de retórica da chamada Idade Moderna, assim como em discursos panegíricos, apontar-se a forma de torná-los públicos e o doutrinário uso que os antigos gregos e romanos faziam desse tipo de discurso. Na Grécia, tal discurso compreendia celebração pelo "ajuntamento" dos povos de várias *poleis* durante festivais pan-helênicos, por meio do qual se (co)memorava os valores e ações fundamentais para a ordem da *polis* e ensinava ao publico presente a importância da união dos povos gregos, assim como visava lembrá-los acerca de seus ilustres antepassados, das proveitosas relações políticas estabelecidas entre as *poleis* etc. O *Panegírico* de Isócrates é um modelo de oração laudatória de Atenas que utiliza muitos desses argumentos e princípios doutrinários. Com relação ao panegirico romano, sua invenção implicava a entrega de tal discurso no senado romano por um cônsul condecorado com tal função pelo imperador. O panegírico normalmente era pronunciado diante do próprio imperador, em presença de um distinto público. Um bom exemplo de oração panegírica de agradecimento pelo cargo concedido é o *Panegírico de Trajano*, composto por Plínio-O-Jovem, e orado no senado romano, em

presença do imperador Trajano. Além disso, as sumárias considerações estabelecidas no primeiro capítulo têm por objetivo nos fazer pensar melhor acerca dos preceitos retóricos e poéticos que os panegíricos ao Conde de Cantanhede atualizam aquando do tempo de sua composição e publicação, a exemplo dos *loci* ou lugares-comuns argumentativos relativos à pátria, à família e sua genealogia, ao casamento, às ações etc. Por fim, em tal capítulo discutimos um tipo de louvor conhecido como encômio, o qual é característico dos panegíricos seiscentistas do nosso *corpus*, uma vez que eles tratam de celebrar e perenizar, principalmente, as distintas ações realizadas pelo ânimo do encomiado.

O segundo capítulo discorre acerca de determinados recursos retóricos e poéticos mobilizados nos dois panegíricos ao Marquês de Marialva, como, por exemplo, a comparação e amplificação das virtudes e ações obradas pelo caractere agente, as quais são figuradas como dignas de duradoura memória e de crédito para a doutrinação do público. A memória que tal prática letrada verossímil procura instituir e perpetuar está fundada na excelsa fama e no valor que o caractere agente construiu e demonstrou aquando das suas ações belicosas em prol de sua pátria. Por ser o panegírico um gênero doutrinado pela tratadística retórica, apresentamos e discutimos alguns modos de narrar ou dispor o discurso panegírico, porque os encômios panegiricais de nossa pesquisa são, como postulamos anteriormente, constituídos por distintos modos de narração, a saber, louvando toda a vida imitada por meio de uma narração cronológico-sequencial e, também, celebrando o encomiado por meio de uma exposição apenas de determinadas ações grandiosas obradas por ele. Nesse capítulo, procurou-se empreender ainda uma análise de certos princípios artísticos acerca do tipo de caractere agente figurado no panegírico.

O terceiro e último capítulo compreende um estudo das notas presentes no "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira. Essas notas são conhecidas como escólios e se caracterizam como anotações ou comentários dispostos nas margens laterais das estrofes, que discriminam um suposto sentido. Argumentamos em tal capítulo que os escólios possuem um caráter breve, claro e pedestre, que os torna de fácil compreensão, o que, por sua vez, influencia, de certa forma, na sua credibilidade enquanto comentários eficazes para um melhor entendimento do assunto tratado nas estâncias margeadas. Esse caráter pedestre dos escólios também foi evidenciado em seção na qual discutimos as ornamentadas e agudas oitavas do poema, pois o aspecto didático-informativo ou pedestre das notas nos aparenta mais claro quando as relacionamos com as ornadas estrofes anotadas. Postulamos ainda que os escólios, ao apresentar brevemente a suposta

matéria tratada nas estrofes comentadas, demonstram-nos uma função similar à finalidade retórica de textos introdutórios, a exemplo do exórdio, cuja função é apresentar o assunto por vir, mobilizado no discurso. Os escólios, enquanto parte integrante do todo da "obra": "Panegírico ao Marquês de Marialva", devem ser analisados em sua relação com as demais unidades desse discurso, pois só conseguimos entender melhor o sentido das notas, quando as relacionamos com as estrofes comentadas, e, também, com a didascália ou espécie de título do poema.

2. NOTAS SOBRE O PANEGÍRICO

2.1. AJUNTAMENTO E CELEBRAÇÃO

Neste capítulo, procurar-se-á estabelecer algumas considerações sobre a noção de panegírico, sobre os preceitos retóricos que a ele concernem, assim como o uso e proveito desse tipo de discurso laudatório na antiguidade greco-latina, para que, em capítulo posterior, possamos melhor analisar os dois panegíricos seiscentistas selecionados como *corpus* desta pesquisa. Deste modo, esta seção se caracteriza como algo de caráter introdutório acerca desse tipo de discurso encomiástico. Ademais, não pretendemos construir uma história sobre a tradição dessa prática discursiva, uma vez que o próprio título do capítulo nos resguarda isso. Procurar-se-á abordar questões que envolvem a prática e apreciação do louvor panegirical na antiguidade, com o intuito de nos fornecer melhores esclarecimentos acerca do significado e preceitos do gênero, para que também possamos compreender melhor os panegíricos dos Seiscentos ao Conde de Cantanhede e as possíveis atualizações e acomodações de muitos dos princípios laudatórios que permeavam o panegírico na antiguidade.

Panegirico é um tipo de oração celebrativa ou discurso pertencente ao gênero epidítico da retórica, cujo fim é louvar uma cidade, um tipo de governo ou homens excelentes e honrosos etc. Na Grécia antiga, a noção de panegírico estava associada aos festivais pan-helênicos, nos quais as pessoas de várias *poleis* gregas reuniam-se em uma determinada *polis*, espécie de unidade política ou cidade-Estado de caráter autônomo, onde ocorriam, por exemplo, competições musicais, performances de poesias dramáticas, assim como vários jogos, como é o caso dos jogos Olímpicos, nos quais os atletas de diversas cidades competiam entre si, com vistas a adquirir honra para si e também em prol de suas *poleis*. Esses grandes festejos pan-helênicos eram conhecidos como Panegírias.

> As Panegírias eram os mais importantes festivais da Grécia antiga. Eram quatro em número (segundo a ordem de importância, respectivamente: Olímpicos, Píticos, Ístmicos e Nemeus), e sua realização se dava de acordo com um intervalo regular de tempo, os jogos em Olímpia e Delfos sendo quadrienais, e os demais, bianuais [...]. A importância das Panegírias para o mundo helênico poderia também ser reconhecida pela trégua decretada no momento de sua realização, determinando que não poderia haver nenhum conflito entre os gregos durante a realização das festividades [...]. Cabe ainda ressaltar que nos Jogos Olímpicos, as competições estavam reservadas apenas aos atletas, mas [...] nos Píticos e nos Nemeus, por

> exemplo- as competições musicais eram parte essencial da celebração (BERTACCHI, 2014, p. 129).

A noção de panegírico na sociedade grega, portanto, concerne a festividades de caráter político e público que congregavam todo (*pan*) povo (*gyrikos*) em uma reunião ou assembleia, na qual o que estava em voga é a concórdia e a comemoração da reunião dos povos[4]. Vale salientar que essa abordagem acerca do panegírico na Grécia antiga é passível de ser percebida em seções de tratados de retórica da "Idade Moderna", os quais tratam dos preceitos do gênero panegirical. Por exemplo, em seu tratado sobre os elementos de retórica, o presbítero da Congregação do Oratório de Lisboa, Antônio Pereira (1759, p. 27), assim aborda tal tipo de oração laudatória: "Panegyrico vem do nome Grego *Panegyris*, que significa ajuntamento, ou concurso de toda a naçaõ. Porque em certos dias de grande celebridade he que os Gregos celebravaõ os seus Heroes". De modo similar, outro tratado de eloquência e arte retórica do período argumenta que:

> *Panegyrico* era huma Oraçaõ, em que os Antigos empenhavaõ o maior apparato da sua eloquencia: Costumava dizer se nos seus jogos solemnes, e na prezença de toda a multidão, que a eles concorria: Os primeiros louvores se dirigiaõ ao Nume, que presidia á solemnidade: seguiaõ-se os da Cidade, aonde os jogos se celebravaõ, dahi os do [...] Magistrado, que se achava prezente; e ao depois os dos Athletas, que levavaõ os premios (MELLO, 1766, p. 250).

Em *poleis* gregas dos séculos V e IV, a exemplo de Atenas, tinha-se um grande interesse pela retórica da oratória, ou seja, pela prática de bem discursar em público. Exemplo disso eram as competições entre oradores diante de um júri, as assembleias deliberativas que arbitravam sobre ações políticas futuras e as demonstrações de discursos epidíticos em louvor ou vitupério de práticas ajuizadas como convenientes ou prejudiciais à boa ordem das *poleis*. A educação de oradores era realizada em escolas de retórica, nas quais se doutrinavam principalmente as técnicas relativas ao bem argumentar em público e em prol de ações e valores adequados para o viver nobremente em sociedade e, por isso, essa disciplina era

---

[4] Ademais, essa consideração acerca de panegirico também é recorrente em dicionários antigos como, por exemplo, o Vocabulário Latino e Português, 1712, volume 6, p. 221, composto pelo Padre Raphael Bluteau, que, de certa forma, atualiza a noção tradicional desse tipo de encômio: "Panegyrico vem do Grego *Pan*, que significa *Tudo*, & *Ageiro*, que significa *Ajunto*. E chama-se assim, porque para ouvir hum Panegyrico se ajunta muita gente, ou porque no Panegyrico ajunta o Orador tudo o que póde contribuir à gloria da pessoa a que louva. Panegyrico he uma das partes do genero a que os Rhetoricos chamam *Demonstrativo*, & he um discurso laudatorio em louvor de alguem ou de uma virtude. São celebres os Panegyricos de Plinio a Trajano, de Pacato a Theodosio, de Marmetino a Juliano, &c. [...] Diz Herodoto que em Athenas chamàrão *Panegyris* huma feyra, ou ajuntamento do povo, que se fazia de cinco em cinco anos.

considerada, de certa forma, como um dos recursos mais eficazes para a vida na *polis*. Essa sociedade grega, como nos diz George Kennedy (1971), baseava-se na expressão oral-retórica para a ordenação do seu sistema político-administrativo, para as relações sociais, para a exposição de discursos poéticos, legislativos, judiciários, *et cetera*; por isso, mesmo havendo a prática escolar de leitura e escrita em suportes como pedras, papiros, argilas, bronze e tabuletas de cera, ela não era tão natural quanto aquela expressão oral por meio das técnicas retóricas. A oralidade era uma forma de disseminação das demandas políticas das *poleis* e dos saberes dos homens letrados. Mesmo na expressão escrita desenvolvida ao discorrer dos tempos, percebia-se a grande influência do oral sobre ela, a exemplo de muitos *topoi* de oralidade utilizados em discursos que nos chegaram. Exemplo disso são as epopeias atribuídas a Homero, que se acredita terem circulado na sociedade grega antiga por intermédio da voz. Tornar um discurso público na Grécia do século V e IV, por exemplo, era fazê-lo circular com o apoio de performances, de pronunciamentos e suportes para textos escritos. Contudo, a prática de inscrição de discursos em materiais como pergaminhos, tabuinhas de cera e papiros não interrompia a circulação oral dos discursos e, por isso, a oralidade ainda se fazia presente, modificando-os e emendando-os à medida que eles alcançavam maior público. Eram discursos que iam se constituindo aquando do processo desse tipo de publicação. De certo modo, podemos supor que foi isso o que deu fôlego a essas orações para chegarem até nós. Discurso laudatório, a exemplo do *Panegírico*, de Isócrates (436?- 338? a.C.), apresenta *topoi* que nos evidenciam a influência do oral sobre a sua forma escrita. Esse discurso, considerado como grande exemplo da excelência das Orações encomiásticas gregas, por ter circulado ou se tornado público em um período em que a voz era um suporte das "letras", pode muito bem ter sido pronunciado em alguma Panegíria, uma vez que "[...] a *panegyris* was a plenary assembly, and at such a council a speech could be delivered […]" (REES, 2007, p. 136). Contudo, achamos conveniente não nos deter aqui em retomar a exaustiva discussão sobre as hipóteses de tal panegírico ter sido ou não pronunciado e divulgado por Isócrates ou outro orador qualificado[5] *in loco*, a exemplo de algum festival pan-helênico, pois isso vai além do nosso propósito para com tal capítulo.

> In the *Art of rhetoric* attributed to Dionysius it is said (1.2 ff.) that a panegyric, the technical name for a festival speech, consists normally of praise of the god

[5] Para principiar um entendimento sobre as hipóteses de tal panegírico ter sido ou não orado em público, ver o primeiro capítulo de: Bertacchi, A. R. **O Panegírico, de Isócrates: tradução e comentário**. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

> associated with the festival, praise of the city in which the festival is held, praise of the contest itself and of the crown awarded, and finally, praise of the king or officials in charge [...] (KENNEDY, 1971, p. 167).

Destarte, o panegírico é um discurso que pode celebrar mais de um objeto. O fato de um panegírico apresentar as obras de um herói como matéria, não implica que seu discurso encomiástico se deterá único ou exclusivamente no louvor dos feitos do agente, por isso é corriqueiro averiguarmos em panegíricos a amplificação de ações e valores de outros renomados heróis, aos quais os feitos e virtudes do caractere agente são comparados. O panegírico também tende a louvar a pátria onde vive o agente figurado, sua família, sua esposa, caso seja casado, suas armas, caso a pessoa celebrada seja soldado, *et cetera*. Portanto, o festejo panegirical abarca também o louvor de outros objetos, para além daquele tomado como matéria.

O discurso panegírico é espécie de oração laudatória pertencente ao gênero epidítico ou demonstrativo da retórica. Assim sendo, julgamos pertinente desenvolver algumas linhas acerca do gênero retórico que encerra as orações de cunho encomiástico ou laudatório, a exemplo do panegírico. O Estagirita Aristóteles, em sua *Retórica* (2005), estabelece a divisão da retórica em três gêneros ou partes: judiciário, deliberativo e epidítico. Dessas três partes, uma compreende

> [...] los discursos de los tribunales concernientes a los assuntos del común- esto es, públicos- o privados, outra los que se pronuncian em asambleas y consejos, y la terceira, los epidícticos, los que de hecho llaman <<encomiásticos>> o <<reprobatorios>>, corresponde a quienes se dedican a la enseñanza de los citados em tercer lugar da cuenta de ellos [...] (MENANDRO, 1996, p.87).

Com relação ao epidítico, ao qual concerne a oração panegirical, o Estagirita pondera-nos que sua função é argumentar acerca da "[...] virtude e do vício, do belo e do vergonhoso; pois estes sãos os objetivos de quem elogia ou censura [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 75). Os discursos laudatórios têm como fito louvar coisas nobres, as quais são belas, em virtude da proporção e unidade que elas possuem e, por isso, agradam mais às pessoas, pois são coisas apreciadas pelas vistas, diferentemente de objetos vituperados como vergonhosos e feios, que ferem a unidade e a proporção do belo. O nobre ou "[...] belo é o que, sendo preferível por si mesmo, é digno de louvor; ou que, sendo bom, é agradável porque é bom. E se isto é belo, então a virtude é necessariamente bela; pois, sendo boa, é digna de louvor (ARISTÓTELES,

2005, p. 75). As ações de um guerreiro corajoso, que denotam tal virtude, são consideradas como belas, porque agradam o ânimo daquele que delas tem notícia, uma vez que a coragem também é uma disposição para obrar feitos em favor do bem-comum da sua cidade.

A virtude, por ser uma disposição do ânimo que tende a fazer o bem, é aquilo que discursos pertencentes ao gênero demonstrativo da retórica e a poesia laudatória intentam demonstrar por meio das ações do caractere agente figurado. Por essa razão, espécies de discursos encomiásticos pertencentes ao gênero demonstrativo celebram "[...] sobretudo os justos e os corajosos; pois a virtude destes é útil aos demais na guerra, e a daqueles é útil também na paz [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 75).

Outra questão conveniente de se apresentar por ora é que

> o gênero epidítico (ou demonstrativo), com as funções de louvor e de censura, tem como caso paradigmático o discurso festivo, em honra de uma pessoa que deve ser celebrada (e, portanto, louvada), pronunciado por um orador [...]. – Cf. agora V. Buchheit, Untersuchungen zur Theorie des Genos Epideiktikon von Gorgias bis Aristoteles, Munique, 1960. (LAUSBERG, 2004, p. 84).

A festiva oração panegirical, que era composta em sociedades antigas para ser proferida diante de um público, é um exemplo de discurso de louvor que se adequa muito bem às considerações postuladas no excerto acima, uma vez que os panegíricos que tomam pessoas como matérias a serem imitadas têm como fim festejar ou celebrar as belas ações praticadas pelos caracteres agentes. Aliás, "[…] In classical Greece the most distinguished manifestations of epideictic were funeral and festival orations." (KENNEDY, 1971, p. 10).

O panegírico grego, normalmente definido como tipo de discurso celebrativo dos ajuntamentos de povos helênicos, as orações fúnebres dedicadas à morte de pessoas ilustres, os genetlíacos ou discursos de comemoração pelo nascimento de certas pessoas e o discurso epitalâmico em celebração das bodas e do matrimônio são subgêneros ou espécies do epidítico, que normalmente tinham como fim serem pronunciados em público, aquando de uma ocasião adequada para sua demonstração. Por isso, os subgêneros do epidítico (demonstrativo),

> […] According to Aristotle *(Rhetoric* 1358bz IF.), they are addressed to spectators, who are concerned with the ability of the speaker, not to judges; they deal mostly with the present, though they may recall the past or anticipate the future; their end is usually the demonstration of the honorable or disgraceful, and they are adapted to being read as well as being heard by the exactness and detail of the style (1414318). Aristotle clearly thinks of epideictic as a speech or pamphlet written to praise or vilify someone or something. The *Rhetorica ad Alexandrum* speaks of the species of

> praise and blame rather than the genus of epideictic, though such speeches are delivered "not for the sake of contest. but of demonstration" (l44obI3)' The subdivisions of epideictic recognized in later antiquity, for example, panegyric, encomium, invective, and funeral oration, are all concerned with praising or blaming, and from the rhetorical point of view the more apparently unworthy the subject the greater the achievement: anyone can praise Penelope, but it is more difficult to praise Helen, especially when the rules of the game emphasize the fact that such praise must be largely moral rather than physical *(Rhetorica ad Alexandrum* 144ob2o ff.). This is a form of literature which has relatively few admirers today, but if we are to understand the Greeks thoroughly it seems necessary to understand, if not to share, their love for it. Epideictic is the form of oratory closest in style and function to poetry; both epic and drama are also delivered before spectators rather than before judges of fact or policy. There is no intrinsic reason why the content of epideictic could not be as profound as the content of tragedy. In later antiquity, when the victory of rhetoric in literature was complete, virtually all poetry was regarded as a subdivision of epideictic [...] (KENNEDY, 1971, p. 152-153).

O panegírico, portanto, enquanto oração de louvor àquilo que é honroso, e por pertencer ao gênero epidítico ou demonstrativo da retórica, apresenta um caráter de discurso a ser demonstrado em ajuntamentos festivos ou assembleias públicas, como prática retoricamente ordenada empreendida por oradores para a doutrinação e deleite do público, assim como para o engrandecimento do valor do objeto louvado. Logo, podemos considerar que o encômio panegirical, na Grécia antiga, era uma prática oratória direcionada a espectadores, sejam eles ouvintes ou leitores, e não para competições com júris e assembleias deliberativas, pois sua finalidade era demonstrar o honroso e as nobres condutas fundamentais para a manutenção da ordem na *polis*. Ademais, no excerto supracitado, George Kennedy nos oferece uma importante consideração sobre o gênero epidítico da retórica, a saber, o fato de ele ser a parte da retórica que melhor se relaciona com a função da poesia. Isso nos é de grande valia, porque o nosso *corpus* de estudo é constituído por poemas laudatórios que apresentam preceitos retóricos do gênero epidítico, mas também são constituídos por preceitos poéticos, uma vez que tais poemas são imitações de ações e vida de um nobre herói, pautadas na verossimilhança. Além disso, podemos perceber a aproximação entre o gênero demonstrativo e a poesia, através da análoga função de louvar ou vituperar a matéria tratada. Em sociedades ditas antigas e modernas era comum muitos preceitos da técnica retórica serem acomodados em poemas, a exemplo das tragédias, da épica, do epinício, do genetlíaco etc. O panegírico é um bom exemplo de discurso doutrinado retoricamente, que também pode ser ordenado pela verossimilhança poética. Portanto, concordamos com o argumento de que

> A influência mais ou menos forte da retórica escolar, sobre a literatura e a poesia (em grego, claramente constatável desde Eurípides, em latim, pelo menos desde Ovídio e, nas literaturas modernas, desde o seu início), passa, deste modo, pelo género epidíctico [...] (LAUSBERG, 2004, p. 85).

A composição das orações panegiricais demonstrativas, na Grécia, como apontamos, estava relacionada com o ato de festejar e louvar cidades, povos e aqueles grandes homens dignos de honra, fama e larga memória; por isso, normalmente as definições retóricas do panegírico, estabelecidas, por exemplo, pela tratadística retórica moderna, aborda-o enquanto oração exornativa, destinada a celebrar aquilo de belo e virtuoso, que é matéria digna de grande atenção, porque além do deleite proveniente do artificioso modo como os discursos panegiricais a tratam, tal matéria também é proveitosa para a doutrinação do público.

> Both the festivals of a single city like Athens and the great games which brought together all of Greece furnished occasions for oratory. Since these were among the very few manifestations of panhellenic unity it is not surprising that that theme often appeared in such speeches. We hear (Diogenes Laertius 6.2) of a speech which Antisthenes intended to give at an Isthmian festival criticizing the Athenians, Thebans, and Lacedaimonians. Perhaps it would have suggested that their energies would be better used against the barbarians than against each other, but Antisthenes never gave the speech. According to Philostratus (*Lives of the sophists* 1.9) Gorgias delivered at least one striking speech at both a Pythian and an Olympian festival. In the latter, given at a time when Greece was tom by faction, he advised the Hellenes to tum against the Persians and contend for their land rather than each other's cities. Philostratus use of the word ἆθλα [(athletic)] as though quoted from the speech suggests that an athletic symbolism ran through it as it does through Isocrates' *Panegyricus*, and there may well have been considerable development of an antithesis between the horror of war and the blessings of peace. Hippias also is known to have spoken at the Olympic games, though the specific subject is not recorded (Plato, *Lesser Hippias* 363C7 ff.). Dionysius of Halicamassus preserves (Lysias 29 f.) the first nine sections of the *Olympicus* of Lysias. It too was concerned with panhellenic unity against the barbarian and attacked particularly Dionysius of Syracuse […] (KENNEDY, 1971, p. 166-167).

Destarte, podemos perceber pelas considerações supracitadas que essas orações normalmente destinadas a serem entregues a público durante a ocasião de festivais possuem uma finalidade política, pois sua função é, sobretudo, prestar serviços de interesse a *polis*, como doutrinar ou aconselhar os cidadãos acerca de ações e virtudes fundamentais para a boa ordem nessas espécies de cidades-Estados. O *Panegírico*, de Isócrates é um bom exemplo de oração doutrinária, uma vez que tem como fito aconselhar e demonstrar aos atenienses as obras e virtudes fundamentais para se viver nobremente na *polis*. Vale salientar que tal panegírico é um encômio à Atenas, cuja narração principia por um louvor à sua fundação, em

razão da boa ordenação constitucional que nela outrora se instituiu, das artes desenvolvidas, do seu comércio, pelo estabelecimento de nobres costumes, a exemplo das Panegírias, que proporcionavam uma trégua entre os povos daquela região, os quais, em tal ajuntamento, ofereciam sacrifícios aos deuses, assim como se lembravam do comum parentesco e também reforçavam seus negócios; depois, tal discurso perpassa o louvor pelo tempo, demonstrando o quão virtuosas foram as ações de muitos atenienses que arriscaram suas vidas para a proteção não só de Atenas, mas de outras cidades da Grécia; louva-se também àqueles grandes governadores das *poleis* gregas que direcionaram os seus às virtudes e contra os povos bárbaros, a exemplo dos persas, que são vituperados no *Panegírico* de Isócrates em virtude de terem ocupado *poleis* gregas. O panegírico desse orador do ático, portanto, possui uma finalidade política, que se pode perceber logo aquando do estabelecimento da proposição desse discurso: "[...] aconselhar acerca da guerra contra os bárbaros e da concórdia entre nós [(os gregos)] mesmos.[...] (ISÓCRATES, 2014, p. 93). Como argumentamos anteriormente, era comum discursos serem entregues durante a realização de festivais pan-helênicos, a fim de deleitar e aconselhar aos espectadores sobre questões fundamentais para a manutenção da ordem nas cidades-Estados, porém, é problemático asseverar que o *Panegírico* de Isócrates foi pronunciado pelo artífice ou outra pessoa qualificada, em alguma Panegíria ou outro ajuntamento de povos gregos, pois, como nos pondera Bertacchi (2014, p. 10):

> [...] o autor [(Isócrates)] afirmava [*Panat*. 12; *Fil*. 81-82 e 25-26; *Ep. a Dion*. (I) 2, 9-10; *Ep. Mit*. (VIII) 7.] nunca haver publicamente pronunciado seus discursos, mas, ao contrário, que toda sua obra consistia de textos escritos, os quais visavam exclusivamente à leitura, mesmo quando tais textos mimetizavam a fala dos oradores em espaço público[...].

O proveito político estabelecido pelo panegírico é explicado por preceito retórico, e faz parte da função das Orações laudatórias, pois estas não pregavam um louvor gratuito sem fins medidos ou somente com a finalidade de engrandecer àqueles que se tomava como tema de celebração. Aliás, a matéria era uma forma de estabelecer a demonstração de princípios morais necessários para os cidadãos. Ademais, ser útil não é algo primacial somente desses tipos de discursos festivos, mas da poesia em geral, especificamente aquela produzida até o século XVIII d. C., a qual ainda possuía uma natureza retórica que a regrava enquanto arte deleitosa e muito útil para as questões políticas da sociedade.

Para concluírmos, nesta seção do capítulo, a discussão acerca do significado e função do panegírico em sociedades gregas, atentemo-nos às seguintes ponderações sobre o gênero, estabelecidas por Aires do Couto (2000, p. 37-38):

> O panegírico é uma composição literária, em prosa ou verso, em que se exaltam as acções e as virtudes de uma determinada pessoa ou se celebram os feitos de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal. Insere-se no género oratório, e, como a própria etimologia do termo indica (panegírico < do grego panegyrikós- elogio público pronunciado numa festa nacional), destinava-se, inicialmente, a ser proferido perante uma assembleia pública, mas apenas em ocasiões solenes, distinguindo-se da oração fúnebre e do simples elogio.
> [...] Na antiga Grécia, os panegíricos parecem ter sido frequentes, particularmente no momento das Olimpíadas, que atraíam vastas multidões de todas as partes da Hélade [...].

Nesse excerto, notamos alguns problemas na abordagem sobre o que vem a ser um panegírico. De antemão, as considerações acima estabelecidas partem de uma visão generalizada sobre esse tipo de discurso. Argumenta-se, primeiramente, que um panegírico é uma composição literária. Tal ponderação é algo problemático, uma vez que na Grécia antiga, por exemplo, ainda não existia um termo que aglomerava e classificava os vários tipos de discursos miméticos que recorriam à palavra ou verbo[6], como o termo moderno "literatura". Sendo assim, tal consideração levantada no excerto supracitado caracteriza-se como um anacronismo, uma vez que nos parece direcionar àquela errônea noção de que discursos verossímeis sempre foram literatura, por isso, tal colocação do estudioso citado recai sobre aquela equivocada ideia de que a literatura sempre existiu enquanto categoria de classificação de determinados tipos de discursos. Essa argumentação sobre o panegírico ser um discurso literário, de certo modo, postula que o panegírico é uma composição primeiramente poética ou mimética, contudo, pensamos que o panegírico, antes de ser poético, é retórico; é um gênero instituído pela tratadística retórica. Outra questão que urge salientar é que o panegírico não se caracteriza necessariamente como um elogio, mas principalmente como um encômio, pois como veremos melhor, em seção posterior, o elogio é louvor de virtudes, enquanto o encômio é louvor de obras ou atividades. A diferença é bem tênue, contudo, ela é significativa

[6] Aristóteles, na *Poética*, de certa forma, ressalta isso ao ponderar: "[...] a arte que apenas recorre ao simples, quer metrificado quer não, e, quando metrificado, misturando metros entre si diversos ou servindo-se de uma só espécie métrica — eis uma arte que, até hoje, permaneceu inominada. efetivamente, não temos denominador comum que designe os mimos de Sófron e de Xenarco, os diálogos socráticos e quaisquer outras composições imitativas, executadas mediante trímetros jâmbicos ou versos elegíacos ou outros versos que tais [...]" (ARISTÓTELES, 1973, p.443).

para abordar o modo como o discurso panegírico trata a matéria, pois o encômio tende a ser mais amplo que o elogio, uma vez que este se pode fazer com uma frase em louvor da virtude de alguém, porém, o encômio possui um teor demonstrativo, o que implica maior desdobramento de sua exposição, uma vez que as ações que evidenciam a disposição do caráter e ânimo de alguém dificilmente podem ser resumidas em uma frase.

2.2. OS LUGARES ARGUMENTATIVOS DO DISCURSO IMPERIAL, NOS ESCRITOS DO RETOR MENANDRO, E SUA RELAÇÃO COM TÓPICOS DE ARGUMENTAÇÃO DA ORAÇÃO PANEGIRICAL

Em um tratado de retórica atribuído ao Retor Menandro, antigo mestre de retórica nascido na Grécia, por volta do século III a. C., estabelecem-se argumentos e prescrições sobre os discursos pertencentes ao gênero demonstrativo da retórica. Esse tratado de Menandro não possui um capítulo sobre o panegírico, que também é uma espécie de oração laudatória pertencente ao gênero epidítico. Contudo, ao analisarmos determinados preceitos retóricos estabelecidos acerca de alguns tipos de discursos encomiásticos, bem como certos lugares comuns argumentativos do louvor, que dizem respeito a um "[...] conjunto de ideias e imagens já versadas sobre determinada questão que, se a princípio finita, universalizou-se pela abrangência cada vez maior que recebera numa determinada tradição de discursos [...]" (CARVALHO, 2007, p. 124), percebemos uma forte relação entre esses princípios retóricos com os *topoi* que compõem o discurso panegírico. Apesar de a oração panegírica ser um tipo de louvor a cidades, como o *Panegírico* de Isócrates, a homens excelsos, a grupos de pessoas, etc., nesta seção procuraremos considerar apenas o louvor panegirical aos grandes homens como, por exemplo, imperadores ou homens de governo. Isso se justifica, porque o *corpus* do nosso trabalho trata de um encômio panegirical a um grande governador das armas portuguesas do século XVII - o Conde de Cantanhede e Marquês de Marialva -, e por isso, a discussão que ora se estabelece deter-se-á apenas na parte do tratado de retórica epidítica atribuída a Menandro em que se aborda o discurso imperial, o qual, postulamos, de antemão, ter forte relação com o gênero panegirical. Aliás, ousamos argumentar ainda que tal tratado pode ser uma suposta referência buscada por preceptistas do dito Antigo Regime, a exemplo do Padre da Companhia de Jesus, Bartolomeu Alcáçar, para construir seu tratado retórico

sobre as orações pertencentes ao gênero demonstrativo da instituição retórica, tratado este no qual se discute sobre o subgênero panegírico.

Essa proximidade entre a noção de discurso imperial com o panegírico também nos é demonstrada, em nota, numa edição da obra sobre os discursos demonstrativos atribuídos ao Retor Menandro, intitulada *Dos Tratados de Retórica Epidíctica*, e que foi publicada pela Editorial Gredos, em 1996, traduzidos e comentados por Manuel García García e Joaquín Gutiérrez Calderón, em que ainda consta uma rica introdução de Fernando Gascó. Segue a referida nota da seção acerca do encômio Imperial:

> Esse complexo y explicito capítulo, transcrito enterro c. 1300 d. C. por José <<Rakendites>> fue bastante conocido en época bizantina. A la teoría que aquí se expone responden com mayor exactitude los panegíricos griegos que los latinos. Pueden encontrarse ejemplos en: Aristid., *Disc. XXXV*, Juliano, *Disc.* I, Liban., *Disc.* LIX, Temistio, *Disc.* II 3, 4 y Procop. Gaz., *Anast.* 489 ss. (GARCÍA y CALDERÓN, 1996, p. 149).

A preceptiva do retor Menandro sobre o tipo de discurso que louva a vida de um Imperador principia suas argumentações pela seguinte preceituação desse tipo de discurso:

> El discurso imperial es un encomio al emperador. Asi que contendra uma amplificación convencional de las buenas cualidades que son propias de un emperador, y nada admite ambiguo ni discutible, por ser ilustre la persona en grado sumo, sino que harás la elaboración basandote en lo que se reconoce comunmente como bueno. [...] (MENANDRO, 1996, p. 149).

Destarte, o discurso imperial visa estabelecer um encômio a um grande homem da sociedade, com vistas a amplificar as suas virtuosas ações, bem como exemplificar aquilo que é ilustre no imperador, de modo decoroso aos lugares comuns argumentativos acerca dos predicados característicos de excelentes imperadores. O panegírico enquanto louvor de qualidades e feitos agenciados por ilustres varões também emprega *topoi* sobre a pessoa, lembrados pelo uso e costume laudatório.

Nesse tratado de retórica demonstrativa estabelece-se que a narração da vida do encomiado deva ser desenvolvida com base na natural ordem sequencial dos tempos, ou seja, seguindo do nascimento ou das questões que a ele concorrem até a morte do homem celebrado, caso esteja morto. Para exemplificar isso, "[...] Menandro desarrolla una lista de *tópoi* que trata de seguir un orden cronológico, marcando las etapas de la biografía hasta

llegar al núcleo del encomio: las acciones e virtudes de edad adulta [...]" (PONCE, 1998, p. 222). Além disso, o Retor grego também traz à baila exemplos de textos de autoridades antigas dignos de se levar em consideração durante a composição de discursos laudatórios, pois estes são vistos como discursos que empregaram decorosamente muitos dos lugares comuns argumentativos relativos ao louvor de pessoas. O que objetivamos salientar com as questões pontuadas é que aquela disposição do discurso imperial também é a mesma da ordem natural do discurso empregada em alguns panegíricos. Além disso, muitos dos *topoi* referendados por Menandro para o estabelecimento de um digno louvor à vida de um imperador também são, de certo modo, atualizados em preceptivas retóricas acerca do panegírico, na dita Idade Moderna.

Por ora, julgamos pertinente apresentar alguns tópicos concernentes ao louvor de uma pessoa, para que o leitorado tenha melhores esclarecimentos sobre eles:

- *Da pátria*:

Esse *topos* é abordado por Menandro como aquele por meio do qual se deve principiar a exposição do louvor proposto, antes mesmo de discorrer acerca do nascimento ou da vida do imperador. Nessa parte, é conveniente situar o encomiado em uma pátria tida como exemplar desde sua fundação, em virtude dos costumes que nela se instituíram; pelo trato com as armas e letras e, principalmente, pelos excelentes governos anteriores, com os quais a governança do imperador procura corroborar para com a manutenção dessa boa ordem política da pátria. Prescreve-se que a amplificação do imperador, em tal tópico, também deve recorrer à fama de outros imperadores que bem governaram suas cidades, a fim de elevá-lo perante a larga memória destes. Ademais, ao se estabelecer esse louvor à pátria, que deve ser conciso ou sem muitas delongas, louvam-se também os seus ilustres membros e, isso, é um fator que corrobora com a amplificação do encomiado, já que, dentre os muitos homens ilustres de sua pátria, foi ele que se tornou imperador e, por isso, é digno de ser celebrado por tal discurso. Contudo, não podemos pensar que tal *topos* empregado no discurso imperial trata somente de um encômio "[...] exclusivo del emperador, sino es comun a todos los que habitan la ciudad [...]" (MENANDRO, 1996, p.151). Essa consideração nos remete a discursos laudatórios gregos, a exemplo do *Panegírico*, de Isócrates, que trata de um louvor ao ajuntamento da gente grega e, ao mesmo tempo, é louvor a muitos cidadãos de Atenas, a qual é posta em destaque entre as demais *poleis*. Destarte, podemos perceber que apesar de o imperador ser a

principal pessoa celebrada por tal discurso, também é possível notarmos certo louvor à sua pátria, com seus membros, assim como a outras cidades. Por isso, assim como o panegírico, o discurso imperial congrega outras coisas dignas de amplificação no encômio.

- *Da família*:

Tal lugar argumentativo concerne ao encômio da estirpe do imperador e, por essa razão, visa demonstrar que o sangue também é um bem que confere honra e dignidade a alguém. Contudo, como nos adverte o artífice desse tratado:

> [...] Si [a familia] fuera ilustre, has de desarrollar lo que a ella concierne; pero, si fuera desconocida o humilde, desechando también ese tópico, empezarás basándote en el emperador mismo, como hizo Calinico en su gran *Discurso Imperial.* O, de otra manera, sobre la familia dirás algo como esto: «podríamos haber dicho algo sobre su familia, pero como lo del emperador es más importante, passemos sin dilación al emperador. Honren linajes, pues, los demás y digan de ellos lo que quieran, que yo sólo a él, sin su linaje, he de alabarlo; pues él a sí mismo se basta sin gloria ninguna que venga de fuera».[...] (MENANDRO, 1996, p. 152).

O tópico ora apresentado é muito acomodado em panegíricos seiscentistas para demonstrar a extensão da nobre família do agente figurado, a qual se caracteriza como uma nobreza orgulhosa de seu sangue, o qual circula há largos tempos em veias ilustres, que lhe amplifica o nome e o valor.

- *Do nascimento:*

Com relação ao nascimento do encomiado, institui-se em tal tratado do Retor grego que o louvor deve se estabelecer por meio da comparação com o nascimento de outros varões insignes, a fim de demonstrar se houve prodígios como nos nascimentos de Rômulo e de Ciro.

- *De quando criança e/ou na juventude:*

Quando se recorre a tal tópico de argumentação, de acordo com Menandro (1996, p. 154), é conveniente abordar se o imperador, quando criança, foi criado em

> [...] palacio, si de púrpura fueron sus pañales, si desde su primera infancia se crió en regazo real; o no así, sino que fue elevado al trono en su juventud por algún feliz sucesso —en tal caso pondrás ejemplos buscándolos similares, si los hubiera—.

> Pero si no hubiera tenido una crianza ilustre, como Aquiles junto a Quirón, examinarás su educación señalando también en ese punto: «quiero, además de lo dicho, tratar sobre la naturaleza de su alma». Ahí hablaras de su deseo de aprender, de su agudeza, de su afán de conocimiento, de su facilidad para entender las enseñanzas. Si destacara en elocuencia, filosofía o literatura, harás un elogio de eso; [...] y dirás: «durante su educación se le veia destacar entre los de su edad, como Aquiles, como Heracles, como los Dioscuros».

Ademais, nesse tópico, também se discute acerca da educação e exercícios do encomiado para lidar, futuramente, com as artes da guerra. Em tal tópico, é comum se apresentar as atividades do agente quando jovem como propensão para gloriosas obras futuras. Os panegíricos que louvam toda a vida de alguém normalmente recorrem a esse lugar comum argumentativo, a fim de demonstrar que, desde a juventude, o encomiado já demonstrava uma disposição natural para as labutas com as artes bélicas, de uma forma que isso já era um indício de seu futuro sucesso, no âmbito das guerras.

- *Das atividades:*

As atividades dizem respeito às práticas agenciadas pelo encomiado, por meio das quais se demonstram suas virtudes.

> [...] actividades son rasgos del carácter ajenos a las acciones competitivas —, ya que las actividades dan muestra del carácter, por ejemplo: «fue justo — o sensato — en su juventud», tal como hizo Isócrates en el *Evágoras*, en donde, procediendo con brevedad, dijo: «al hacerse un hombre, todas essas cualidades crecieron con él y se añadieron otras»; como también Aristides en el *Panatenaico:* «la ciudad era humanitária — pues trató eso como una actividad — por acoger a los refugiados». (MENANDRO, 1996, p. 155).

O discurso panegirical, por sua vez, produz a figuração do encomiado demonstrando as grandes ações empreendidas pelo seu valoroso ânimo, de modo que por meio de tais atividades se evidenciam as virtudes que as fundamenta. Afinal, "[...] todos os panegiristas extraem os seus elogios dos gloriosos feitos, ou pelo menos, dos que parecem ser [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 154). As atividades agenciadas pela disposição do caráter do encomiado de um panegírico, assim como as ações do caractere agente do discurso imperial, são, pensando no que nos assevera Aristóteles acerca das atividades, na *Ética a Nicômaco* (1973, p. 261), aquilo que confere caráter à vida. Ora, se se quer amplificar um caractere agente, por exemplo, no panegírico, discorrendo acerca de sua coragem frente a campos

marciais, decerto, é conveniente demonstrar as ações nas quais tal caractere torna evidente a sua coragem; do mesmo modo, para se demonstrar a disposição do ânimo de um imperador em ser justo e liberal, o discurso laudatório deve produzir ações em que esse governante evidencie tais virtudes. Destarte, o que melhor amplifica o caráter daquele tipo social figurado em tais discursos são as honrosas e virtuosas ações, realizadas pela nobre disposição natural de seu ânimo.

- *Das ações:*

As ações são tópicos da narração do discurso imperial, que estão divididas em dois tipos: umas concernentes à guerra e outras à paz.

Com relação às ações belicosas, a principal virtude que as deve sustentar é a coragem, pois "[...] lo que mayor prestigio da a un emperador es la valentia [...]" (MENANDRO, 1996, p. 156). A coragem é uma virtude que comumente está relacionada às atividades belicosas, pois é através da atuação nas cruéis situações impostas pela árdua labuta nos campos de batalha que melhor se evidencia a valentia de um grande homem, que normalmente é figurado em discursos laudatórios, a exemplo do panegírico e do discurso imperial, como um protetor de sua pátria. Outras virtudes cardeais que devem estar presentes tanto nas ações de guerras quanto nas concernentes à paz são a justiça, a sabedoria e a temperança.

O artífice preceitua que por meio do lugar argumentativo sobre as ações obradas em tempos de guerras é conveniente descrever:

> [...] combates de infantería, los preparativos de los jinetes para la lucha a caballo, el choque de un ejercito entero contra otro [...].También describirás, por supuesto, combates del propio emperador y lo adornarás con todo su esplendor y pericia, como adorna el poeta a Aquiles, a Héctor y a Áyax (MENANDRO, 1996, p. 156-157).

Tais considerações estabelecidas no excerto acima nos evidenciam que o imperador deve ser figurado também como um varão belicoso, justamente para reforçar a sua função de protetor ou guardador do povo e a sua coragem de morrer em prol do bem comum do império. Deste modo, percebemos que "[...] la imagen del emperador se centrase en aquella virtud que se relacionaba más directamente con la actuación militar y el éxito en la guerra, la valentia [...] (PONCE, 1998, p. 225). Ademais, aqueles argumentos acerca de como se deve ilustrar a atuação de um homem em combate, de certo modo, corresponde à forma como certos panegíricos seiscentistas amplificam o heroísmo praticado pelo encomiado, produzindo cenas

de combate em batalhas, nas quais o caractere agente é posto em linha de frente tanto para comandar quanto para guerrear.

Já com relação às ações do imperador em tempos de paz, é conveniente apresentar, no discurso laudatório, as virtudes da justiça, da temperança e da sabedoria demonstradas pelas obras dele. Para se alcançar tal objetivo, Menandro (1996, p. 158) preceitua que:

> Dentro de la justicia has de elogiar la amabilidad para con los subditos, la humanidad con los necesitados y la accesibilidad: ≪asi, no solo en las acciones de la guerra es el emperador digno de nuestra admiracion, sino que aun mas admirable en las de la paz; pues .quien no se maravillaria de sus obras?≫.

Após tratar da justiça, a principal virtude de um governante, o Retor prossegue argumentando sobre a acomodação da temperança no discurso, que é abordada como uma virtude que concerne à moderação do comportamento e das ações governamentais do encomiado. Já com relação à sabedoria, argumenta-se:

> [...] Así, dirás con respecto a la sabiduría: ≪no se hubiera bastado el emperador para llevar a cabo todo eso, ni hubiera soportado la carga de tan importantes asuntos, a no ser que excediera a los de encima de la tierra en sabiduría y entendimiento, virtudes gracias a las cuales están llamadas a alcanzar la perfección sus dotes legislativas, su moderacion y las demás virtudes≫; luego: ≪agudo en la observación, sorprendente en sus deducciones, en preveer el futuro mejor que un adivino, arbitro excelente para valorar el consejo de otros, capaz de discernir lo dificil de lo facil≫. (MENANDRO, 1996, p. 160).

A forma como nesse tópico se aborda a sabedoria é algo semelhante ao modo como determinados panegíricos da dita Idade Moderna tratam tal virtude do caractere agente celebrado. Nos panegíricos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, por exemplo, emprega-se tal virtude para demonstrar o juízo e ciência militar do encomiado em enfrentar, prudentemente, as adversidades ocorridas no campo de batalha.

Destarte, o nosso propósito com esta discussão acerca dos lugares argumentativos prescritos para a constituição do encômio ao imperador é apontar que muitos deles são passíveis de serem acomodados e atualizados nos dois panegíricos que analisaremos no presente trabalho. A preceptiva sobre o discurso imperial, atribuída a Menandro, portanto, pode ser pensada como uma fonte, por meio da qual conseguimos entender melhor determinados *topoi* empregados nos panegíricos do nosso *corpus*. Como argumentamos em hipótese anterior, tal tratado atribuído a Menandro nos parece ser a fonte privilegiada pelo Padre Bartolomeu Alcáçar, da Companhia de Jesus, para a produção de seu tratado sobre as Orações Exornativas, no qual se tem uma importante preceptiva acerca do gênero panegírico,

preceptiva esta que estabelece muitos *topoi* passíveis de serem averiguados em funcionamento nos dois discursos panegiricais que tomamos como objeto de estudo.

2.3. PANEGÍRICO É UM ENCÔMIO...

Quando estabelecemos considerações sobre o discurso panegirical, nas seções anteriores, postulamos que ele se caracteriza como um encômio ou louvor a feitos agenciados por grandes homens, à reunião de povos, às cidades etc. Destarte, julgamos conveniente explicar o que vem a ser um encômio aos grandes homens, para melhor se entender o que é um discurso panegírico.

Aristóteles, em sua *Retórica*, Livro I, capítulo IX, capítulo este destinado à retórica epidítica, estabelece o seguinte argumento sobre o encômio, em sua relação com o elogio:

> o elogio é um discurso que manifesta a grandeza de uma virtude. É, por conseguinte, necessário mostrar que as acções são virtuosas. Mas o encômio refere-se às obras (e as circunstâncias que as rodeiam concorrem para a prova, como, por exemplo, a nobreza e a educação; pois é provável que de bons pais nasçam bons filhos, e que o caráter corresponda à educação recebida). E por isso fazemos o encômio de quem realizou algo. As obras são sinais do caráter habitual de uma pessoa; pois elogiaríamos até quem nenhuma fez, se estivéssemos convencidos de que era capaz de a fazer [...] (ARISTÓTELES, 2005, p. 78-79).

Notamos, pelas considerações aristotélicas acima mencionadas, que encômio não é sinônimo de elogio, porém, eles se relacionam pelo fato de ambos serem um louvor. Cada um possui uma forma de tratar o louvor: o encômio amplifica ações, enquanto o elogio trata de virtudes. Esses tipos de louvor podem ter a amplificação como fim, mas a forma como tratam a matéria amplificada é diversa.

Um panegírico apresenta certos elogios, pois ele tece louvor às virtudes do caractere agente celebrado, a exemplo da formosura; porém, a grandeza das virtudes é evidenciada a partir da exposição das ações operadas pelo ânimo do encomiado. Portanto, o que caracteriza o panegírico é o ser encômio, já que para evidenciar as virtudes figuram-se as atividades agenciadas pelo encomiado, as quais nos demonstram a sua natural disposição de caráter. A finalidade dos panegíricos seiscentistas, por exemplo, é engrandecer o encomiado por meio da figuração de suas ações, que nos oferecem provas de seu ilustre caráter e de sua disposição em obrá-las em prol do bem comum da pátria.

A discussão acerca do encômio é bem escrutinada em antigos exercícios de retórica gregos, conhecidos por *progymnasmata*.[7] Os mais representativos deles são aqueles produzidos por Teón, Hermógenes e Aftônio. As discussões que eles tecem sobre o encômio são paralelas e apresentam certas variações nas ponderações estabelecidas.

O manual de retórica composto por Elio Teón, antigo sofista grego que viveu provavelmente no século I d. C, cujo manual de exercícios preparatórios de retórica é considerado o mais velho entre os três, aborda o encômio como uma "[...] composición que pone de manifesto la grandeza de las acciones nobles y de las otras buenas cualidades de un personaje determinado [...] (TEÓN, 1991, p. 124). Já Hermógenes, sofista originário da cidade de Tarso, nascido em torno de 160 d. C., postula em seus *progymnasmata* que tal discurso laudatório "[...] es la exposición de las cualidades que alguien posee en común o individualmente. En común, por ejemplo, el encomio de un hombre; individualmente, por ejemplo, el encomio de Sócrates" (HERMÓGENES, 1991, p. 187). Por fim, o sofista Aftonio, que se acredita ter nascido na segunda metade do século IV d.C., cujos exercícios de retórica são considerados como um dos mais, ou talvez o mais exemplar do gênero, nos argumenta que:

> Un encomio es uma composición expositiva de las cualidades proprias de alguien. Se denomina así porque antiguamente lo cantaban em aldeas [(*kómai*)], y llamaban <<aldeas>> a las poblaciones de estrechas callejuelas. (AFTONIO, 1991, p. 236)

As considerações acerca do que vem a ser encômio apresentadas pelos três retores, portanto, são semelhantes entre si[8] e nos apresentam o discurso encomiástico como exposição

---

[7] "Los ejercicios preparatorios de retorica o *progymnasmata* [...] tienen como marco de desarrollo el de las escuelas de retorica, en un momento de la historia de Grecia en el que se vive una gran efervescencia cultural, caracterizada sobre todo por el retorno a los grandes modelos clasicos del pasado. Este renacer cultural, que tiene sus origenes ya em el s. i a. C. con el denominado movimiento aticista, alcanza su maximo desarrollo en la epoca de los grandes emperadores filohelenos: Adriano, Antonino Pio y Marco Aurelio, y aparece representado en el movimiento conocido desde Filostrato como Segunda Sofistica" (MARTINÉZ, 1991, p. 7). Esses exercícios preliminares praticados por alunos de escolas de retórica eram estabelecidos pela leitura dos textos de autoridades no gênero ou assunto, com vistas a memorizá-los e produzir emulações de tais textos.

[8] Ademais, a abordagem de encômio estabelecida por esses retores gregos são semelhantes também àquela de Aristóteles, pois eles também procuram pensar o louvor encomiástico em sua relação com a alabança ou elogio, do qual se diferencia. Por exemplo, Hermógenes (1991, p. 187) argumenta que "el encomio se diferencia de la alabanza en que ésta se podia hacer también en pocas palavras, por ej. <<Sócrates es sábio>>, mientas que ele encomio se hace mediante una exposición más extensa". Mas como ainda nos inteira Hermórgenes, o encômio apresenta traços do elogio, porque "[...] el encomio contiene un testimonio puro y simple de virtude" (HERMÓGENES, 1991, p. 188). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Aftônio (1991, p. 236) argumenta que

de qualidades características de uma pessoa, as quais são bens que concernem ao caráter, ao espírito e ao corpo. De acordo com Rees (2007, p. 138), essas categorias ou bens são responsáveis pela ilustração da carreira do encomiado, desde seu nascimento, perpassando por sua educação, realizações e o caráter.

> Es un bien externo, en primer lugar, la nobreza de nacimiento [...]. A continuación, la educación, amistades, reputación, cargo, riqueza, abundancia de hijos, muerte dulce, etc. Biens del corpo son salud, fuerza, belleza, sensibilidad, etc. Son bienes espirituales la moral honrada y las acciones que la acompañan, como el ser juicioso, prudente, valeroso, justo, piadoso, liberal y magnánimo, y todo lo semejante. (TEÓN, 1991, p. 124-125).

O louvor panegirical recorre muito a essas fontes de argumentação para a demonstração das qualidades próprias do caractere agente nele figurado. É notório que tais tópicos empregados na exposição dos bens do encomiado aludem a uma figuração de uma ilustre vida, discorrida de acordo com uma ordem cronológica-sequencial dos tempos. Tal ponderação é outro fator que caracteriza a disposição da narração daquele tipo de panegírico que louva toda uma ilustre vida como um tipo de encômio. Do mesmo modo, aqueles panegíricos que selecionam somente determinada(s) atividade(s) ou fase (s) da vida do encomiado para constituir seu louvor também utilizam muitos desses lugares comuns argumentativos.

O tratamento das ações, considerado como "[...] lo más importante principio de argumentación de los encomios [...]" (AFTONIO, 1991, p. 236), é basilar nos variáveis tipos de panegíricos. É justamente o tratamento de ações honrosas e dignas de fama e memória aquilo que caracteriza o louvor panegirical enquanto encômio. No discurso panegírico, "[...] las acciones dependen de las ocupaciones, por ej.: si eligió la vida militar, ¿qué actos llevó a cabo en ésta? [...]" (HERMÓGENES, 1991, p. 189). Assim sendo, o encomio panegirical que visa celebrar as nobres atividades de um general, por exemplo, empreende sua exposição

---

o louvor encomiástico "difere del himno e de la alabanza en que el himno es proprio de los dioses, mientras que el encomio lo es de los mortales, y en que la alabanza se hace brevemente, mientras que el encomio se expone con artificio oratorio". Destarte, a forma como se define encômio naqueles exercícios preparatórios de retórica é paralelo ao modo como Aristóteles o faz em sua *Retórica*, ou seja, discutindo o que é encômio em sua relação com o elogio. Por outro lado, os lugares de argumentação do encômio estabelecidos por tais exercícios retóricos são semelhantes àqueles tópicos de argumentação constituintes do discurso ao imperador, propostos em um tratado acerca dos discursos demonstrativos atribuído ao Retor Menandro, tópicos estes que foram discutidos em seção anterior do capitulo que ora se desenvolve.

recorrendo a suas ações aquando da realização dessa sua função político-social, principalmente em campos de batalha, a fim de a figuração ser decorosa.

Por fim, esses antigos exercícios de retórica grega prescrevem a comparação como um artifício de amplificação fundamental para a constituição de um bom encômio, pois a comparação é um meio de se estabelecer "[...] por contraste, el más alto rango para el objeto encomiado [...]" (AFTONIO, 1991, p. 237). Tal artifício é mobilizado em panegíricos com vistas a aproximar, confrontar e elevar o brio e o valor dos feitos do encomiado perante a fama das memoráveis empresas de outros grandes homens.

2.4. VOTO DE AGRADECIMENTO, LOUVOR E PROVEITO

Na antiguidade romana, por sua vez, os panegíricos eram discursos que se caracterizavam como ações ou votos de agradecimento prestados por membros do senado àqueles imperadores que lhes concediam o cargo político de cônsul e por meio de tais votos laudatórios também se engrandecia o encomiado, figurando-o como modelo de homem virtuoso (*optimus princeps*). Os discursos mais exemplares e conhecidos do gênero são o *Panegírico a Trajano*, entregue por Plínio, o Moço, no senado romano, em tempo em que fora nomeado cônsul pelo próprio imperador Trajano; também é renomado o *Panegírico ao Imperador Juliano*, composto pelo cônsul Cláudio Mamertino; o *Panegírico a Maximiano*, cuja "autoria" é difícil de ser estabelecida, assim como quem seriam os outros artífices que compuseram muitos outros discursos panegíricos gratulatórios da antiga Roma.

> The biggest single corpus of Latin epideictic, known as the *Panegyrici Latini*, consists of twelve speeches (Mynors 1964). The earliest is Pliny's *Panegyricus*; the other eleven span one hundred years from 289 CE to Pacatus' speech of 389 (MacCormack 1975, 1976; Gerva´s 1991; L'Huillier 1992; Nixon and Rodgers 1994). There is a Panegyric cluster of nine speeches from the late third and early fourth centuries (Nixon 1983; Rees 2002); one speech to the emperor Julian in 362, and Pacatus' to Theodosius. The only other Latin panegyrical speech to survive intact from the Roman empire is Ausonius' *gratiarum actio*, delivered in thanks for Ausonius' consulship to the emperor Gratian in 369 […] (REES, 2007, p. 143-144).

Os panegíricos do mundo romano, a exemplo daqueles mais conhecidos e exemplares, mencionados anteriormente, e que foram compilados naquela coleção de *Panegyrici Latini*, caracterizam-se como ações de graças pelo cargo político recebido e encômio da figura de imperadores romanos. Destarte, o objeto de louvor desses panegíricos gratulatórios é um tipo social tido como excelente, em termos de ações e virtudes e digno de glória, honra e difusa

memória. Uma finalidade dessas orações exornativas latinas é a amplificação das virtuosas ações políticas e heroicas de tal caractere agente, com vistas a oferecer ao público, inclusive ao próprio imperador, um glorioso espelho de virtudes e de ilustres obras, ao qual eles devem mirar, emular ou tirar proveito. Destarte, o encomiado é figurado como um tipo glorioso e exemplar justamente porque "[...] de la gloria nace provecho y que éste siempre ha estado vinculado al prestigio social [...] (CÍCERO, 2002, p. 355). Panegírico, portanto, também é um tipo de discurso que pinta um modelo a ser mirado tanto pelo público contemporâneo à entrega de tais discursos quanto pela posteridade.

Esses discursos eram entregues, diferentemente do que se pensa sobre a publicação de panegíricos gregos, em local administrativo, em ocasião específica, e diante de um seleto público, o qual era composto por autoridades políticas, a exemplo de imperadores. Destarte, havia tanto um local específico quanto um momento oportuno para cônsules proferir discursos panegiricais em Roma. Aliás, "[...] até os elogios fúnebres depend[iam] com frequência de algum cargo público e muitas vezes [eram] ordenados aos magistrados por um *senatus consulto* [...]" (QUINTILIANO, III, 7, 2; 2015, p. 499).

Nesta parte, nossas considerações acerca do panegírico no antigo mundo romano serão estabelecidas a partir de estudos realizados principalmente sobre o *Panegírico a Trajano*, de Plinio, o Moço[9], uma vez que esta oração gratulatória e laudatória recebe mais e melhores estudos, no que diz respeito às pesquisas sobre o panegírico na Roma antiga. Destarte, julgamos necessário trazer à baila que

> On 1 September 100 ce, Pliny the Younger rose in the senate to deliver the oration we know as the *Panegyricus*. This was a *gratiarum actio*, a 'vote of thanks', offered up to the emperor Trajan (98–117). It was given on the occasion of Pliny's attainment of the consulship, the prime goal of regular senatorial ambition and the highest rung, albeit of suffect status, on the normal *cursus honorum*.1 Pliny claims as the pretext for his speech a *senatus consultum* which had recommended that a vote of thanks be rendered to the emperor by the consuls (*Pan*. 4.1, cf. 90.3; *Ep*. 3.18.1, 6.27.1) […] (ROCHE, 2011, p. 1).

[9] "*Gaius Plinius Caecilius Secundus* nasceu provavelmente em 62 d.C. em Como, cidade do norte da Itália. Sua família não pertencia à antiga *nobilitas* romana, mas enquanto *equites romani* seus familiares exerceram cargos importantes em seu próprio município, conquistando amigos entre os membros da ordem senatorial, cuja influência facilitou a promoção de Plínio a altos cargos da administração imperial (Sherwin-White, 1969, p.76). Ele foi adotado por seu tio, Plinio, o Velho, por testamento em 79 d.C. Tal fato, suas ligações de família e uma boa educação, permitiram-lhe iniciar a carreira senatorial e a prática das leis [...]. Tornou-se senador com apenas vinte e oito anos. Estudou com os mais famosos professores de literatura de Roma – retórica latina com Quintiliano e retórica grega com Nicetas de Esmima. Sob o governo de Trajano chegou a Prefeito do *aerarium Saturni*, ao augurato e ao consulado. Foi *Consul Suffectus* indicado pelo próprio imperador em setembro de 100 d. C. No ano seguinte foi nomeado governador da Bitínia (*Legatus Augusti pro Praetore Consulari Potestate*). Acredita-se que tenha falecido nesta província por volta do ano 112 d.C. [...]" (GONÇALVES, 1997, p. 53-54).

Ademais, como nos inteira Henderson (2011, p. 142), com relação a esse panegírico:

> Pan[egyricus] is addressed through the senators in session (*patres conscripti*, 1.1). Thanksgiving is directed to the gods for their gift of an *Optimus princeps* before the speech turns towards *parens noster* for allowing the event: *Caesar Auguste* (4.3). A secondary function, thanksgiving by the speaker for appointment to the consulate, is subjoined, in a doubly self-flexive address on behalf of Pliny and his colleague Cornutus Tertullus (90.3); and here the performance thanks Trajan both as consul on behalf of the Roman state and on Pliny's, too (*tu . . . , suo quoque nomine*, 91.1; cf. 90.3) […].

Os discursos ou ações de graças, segundo Roche (2011), eram uma prática costumeira exercida por cônsules em seção solene no senado, ao menos no período imperial romano, quando eram condecorados com esse cargo, pelo imperador. Contudo, o louvor panegirical não tratava exclusivamente da figura do imperador, ou seja, não era o encômio individual, uma vez que apresentava também graças a deidades, louvava membros do senado, bem como recorria à memória de ilustres homens do passado, a exemplo do imperador César, a fim de comparar e engrandecer o encomiado perante aqueles aos quais se assemelham em virtudes políticas e morais etc. Por exemplo, o *Panegírico a Trajano*, de Plínio, "[…] also has its own brief inset encomia, such as praise of a city (396, 417 Sp.), praise of the emperor within the praise of a provincial governor (379, 415, 426, 429 Sp.), or praise of the emperor's wife (376 Sp.) […] (INNES, 2011, p. 76).

O panegírico romano também possuía um caráter político, uma vez que evidencia um tipo de relação ou uma prática retórica e política estabelecida entre membros do governo. Além disso, a própria finalidade de tais discursos possui um aspecto político: "[...] to demonstrate through praise the behaviour and characteristics expected of a good *princeps* [...]" (ROCHE, 2011, p. 1). Destarte, por meio de orações laudatórias de agradecimentos era possível corroborar com a manutenção dos bons costumes da sociedade como, por exemplo, aconselhando o próprio encomiado sobre princípios e ações fundamentais para os grandes homens, ensinando ao distinto público que recepcionava o discurso em um restrito local e, de certo modo, deixando exemplificado para a posteridade, a exemplo dos príncipes sucessores, argumentos acerca de valores e práticas convenientes para se preservar a ordem social. O panegírico, portanto, ao mesmo tempo em que era oração gratulatória a insignes homens, também se caracterizava como discurso de edificação, doutrinação e conselho, pois figurava tipos sociais, cujos feitos e valores são dignos de larga memória, uma vez que tais bens instituíam exemplos para o proveito da sociedade. O *Panegírico a Trajano*, de Plínio, por

exemplo, para demonstrar o proveito que se pode tirar das ações e virtudes ilustradas por Trajano, figura tal imperador, de acordo com Gonçalves (1997, p. 55), como

> [...] um governante piedoso, moderado, humano, *felix*, leal, forte, bom general e, principalmente, como liberal, ou seja, generoso, grande detentor da virtude da *Liberalitas*, o que o fazia ser um grande distribuidor de benesses com equidade [...].

Com relação à distinção entre o discurso panegirical grego e romano, Marco Túlio Cícero, famoso orador, advogado, cônsul e político romano, nascido muito provavelmente no ano 106 a.C, em seu tratado *Sobre o Orador*, ao estabelecer breves considerações sobre orações panegiricais, aponta-nos que enquanto os

> [...] griegos escribían panegíricos más con vistas a una lectura placentera o para ensalzar a un particular que teniendo en cuenta la utilidad propia de esta oratória [...], nuestros encomios, los que pronunciamos en el foro, o tienen la brevedad desnuda y sin adornos de un testimonio incidental [...] (CÍCERO, 2002, p. 357).

Destarte, enquanto os panegíricos gregos eram discursos de teor mais celebrativo, formulados com a finalidade de agradar ou animar o público ao exaltar algo ou alguém, os panegíricos romanos, que eram pronunciados em um restrito e solene lugar e perante um menor e distinto público, eram discursos de argumentação mais politica e, também, não eram tão adornados ou festivos quanto aqueles encômios gregos. Portanto, "[...] in Roman society the employment of panegyric tended to be political and rarely merely celebratory" (MANUWALD, 2011, p. 85).

O louvor panegirical romano, como já o dissemos, pressupunha uma decorosa figuração de um modelo de governante ideal, laureado pela fortuna e principalmente pelas virtudes cardeais. Para alcançar esse proveitoso propósito, é preceito comum que o discurso deve focar seu objetivo principalmente nas ações empreendidas pelo encomiado, uma vez que é por meio das atividades que o caractere agente evidencia o seu caráter ou virtudes. Sendo assim,

> [...] it is not external circumstances or physical attributes that dominate in these speeches; instead the orators' praise focuses on qualities of character, since this is what can be influenced and is vital to governing a community properly (MANUWALD, 2011, p. 101).

Contudo, no louvor de alguém, como argumenta Cícero, também é importante ater-se à noção de que

> [...] en el hombre hay unas cosas deseables y otras dignas de elogio: el linaje, la belleza, el vigor físico, los recursos, riquezas y todo lo demás que la naturaleza otorga al cuerpo o a nuestra posición social [...]; en los encomios hay que tratar también los bienes de la naturaleza y de la fortuna, y en este ámbito es gran timbre de gloria no haberse sobrepasado en el ejercicio del poder ni haber sido insolente en la riqueza ni haberse puesto por delante de los demás a causa de la generosidad de la fortuna, de suerte que la abundancia de recursos no parezca haber dado ocasión y materia a la soberbia y a la arbitrariedad sino a la bondad y a la contención. Por otra parte, la excelencia, que es por sí misma digna de elogio y sin la que nada puede alabarse, tiene con todo muchas manifestaciones, de las que unas son más adecuadas al elogio que las otras; pues en efecto, hay unas virtudes que parecen asentarse en la psicología humana y en una cierta afabilidad y filantropía genéricas; otras, que se basan en alguna predisposición del talento o en la amplitude de miras y fortaleza del espíritu; la clemencia, la justicia, el buen natural, la lealtad, la entereza en los peligros comunes tienen buena acogida en los discursos encomiásticos. Y todas estas virtudes no se consideran beneficiosas tanto para quienes las poseen cuanto para la humanidade [...] (CÍCERO, 2002, p. 358-359).

Essas virtudes e bens admiráveis são decorosos e úteis tanto para a ilustração da excelência de um homem imitado no discurso panegirical quanto para a doutrinação do público que o recepcionava, uma vez que "[...] resulta ser excelencia de varón señero la que es provechosa para los demás [...]" (CÍCERO, 2002, p. 360).

Em seção anterior, na qual se tratou de tópicos de argumentação concernentes ao louvor de pessoas, *topoi* estes preceituados nos escritos do Retor Menandro e nos *progymnasmata*, apresentou-se que o panegírico, por ser espécie de louvor pertencente ao gênero epidítico do sistema retórico, caracteriza-se como um tipo de encômio que é constituído por preceitos e lugares argumentativos acerca da figuração de pessoas. Contudo, há outras fontes de argumentação acerca do louvor, as quais foram muito bem discutidas e doutrinadas na "obra" *Instituição Oratória*, por Marcos Fábio Quintiliano, importante professor de retórica e advogado romano, nascido na era Cristã, provavelmente entre os anos 30 e 40, e que faleceu por volta do ano 100. Alguns *loci* passíveis de serem colhidos para a constituição de um louvor panegirical das pessoas são a origem familiar, a pátria, o sexo, a idade, a educação e o estudo, a constituição corporal, a sorte ou fortuna, a condição social e as inclinações do ânimo. Com relação aos lugares comuns relativos à idade, educação e estudo e pátria, não empreenderemos aqui uma discussão sobre eles, uma vez que já a fizemos em

seção anterior ao tratar dos tópicos de argumentação balizados por Menandro em seu tratado acerca dos discursos pertencentes à retórica epidítica e, além disso, as considerações de Quintiliano sobre tais *loci* vão de encontro àquelas estabelecidas pelo Retor Menandro. É importante frisarmos que os tópicos subsequentes também são mobilizados na constituição do vitupério, o contrário do louvor, porém, nossa abordagem ater-se-á principalmente no proveito laudatório de tais *loci*.

- Origem familiar

Segundo Quintiliano (V, 10, 24; 2015, p. 229), era comum pensar que os descendentes são semelhantes aos seus antepassados. Em discursos panegiricais, por exemplo, é patente notarmos a honra e valor conferidos ao sangue que o agente celebrado herdou de sua ilustre família, bem como um louvor de certas disposições do caráter do encomiado, as quais são semelhantes a atividades agenciadas por alguns de seus antepassados. Os tipos de caracteres agentes celebrados em discursos laudatórios empreendem, muitas vezes, certas ações, tendo em vista a manutenção da excelência de um sobre(nome) vinculado a um sangue de larga e excelsa memória, sangue este que faz parte de uma veia tão distante no tempo que nem a história tem registro preciso do seu tronco.

- Sexo

Normalmente, o homem é figurado em encômios como mais inclinado às atividades administrativas e belicosas do que a mulher. É mais comum pensar "[...] ser o latrocínio mais fácil para o homem e o envenenamento, mas para a mulher [...]" (QUINTILIANO, V, 10, 25; 2015, p. 229). Tal *locus* diz respeito à questão de certas convenções sociais postularem que o comportamento do sujeito também pode ser condicionado por sua natureza ou sexo feminino ou masculino.

- A constituição física

Em discursos de vitupério, por exemplo, mobilizam-se "[...] argumentos relacionados com a libido, com o vigor da insolência [...]" (QUINTILIANO, V, 10, 26; 2015, p. 229). No

caso do louvor, o corpo do caractere agente é ilustrado como proporcionalmente belo; uma unidade, cujas partes são congruentes entre si, logo agradáveis às vistas.

- A fortuna

Segundo Quintiliano (QUINTILIANO, III, 7, 13-14; 2015, p. 505), a fortuna ou sorte:

> [...] acrescenta dignidade assim aos reis e príncipes (de fato, esta matéria é mais fértil em demonstrar virtude) e quanto menores tiverem sido os recursos, proporciona maior glória às ações corretas. Todavia, tudo quanto é bom externamente, que por ventura vier a caber por sorte aos homens, não deve ser enaltecido pelo fato de alguém o ter possuído, mas sim por ter sido usado com honestidade.
> Realmente, a riqueza, a autoridade e a popularidade, visto que proporcionam o máximo de influência, perfazem um experimento muito mais eficaz dos costumes em relação a ambos os aspectos, pois mostram se somos melhores ou piores por causa delas.

A fortuna, destarte, é uma forma de evidenciar a conduta de alguém. Um varão é predicado como ilustre e honroso não por aquilo que tem, mas pelo afortunado ou virtuoso modo como usou e incrementou seus bens.

- A condição social

Essa fonte de argumentação prescreve que "[...] há grande distância quando se trata de um famoso ou de um desconhecido, de um magistrado ou de uma pessoa comum, de um livre ou de um escravo, de casado ou solteiro, pai de filhos ou viúvo [...]" (QUINTILIANO, V, 10, 26; 2015, p. 229). Um louvor leva em consideração, por exemplo, o valor social e o(s) cargo(s) político(s) de um homem nobre, pois a nobreza e a boa governança são fatores que o engrandecem.

- As ocupações

Segundo Quintiliano (V, 10, 27; 2015, p. 231), "[...] um camponês, um advogado, um comerciante, um soldado, um marinheiro, um médico praticam ações muito diferentes". Sendo assim, é importante levar em consideração na formulação de um louvor que as ocupações do encomiado também condicionam as suas ações. Em panegíricos com matéria belicosa, por exemplo, o caractere agente é figurado como exímio exemplo de soldado, cujas

ações obradas em campos marciais estão voltadas principalmente para a proteção de sua pátria.

- Inclinação ou ambição do ânimo

Na constituição de um discurso de louvor ou vitupério a uma pessoa, pode-se também "[...] examinar o que cada qual ambiciona, se aspira a ser visto como rico ou eloquente, como justo ou poderoso. Levam-se em conta os atos e as palavras do passado, pois por esses do passado se costumam avaliar os do presente [...]" (QUINTILIANO, V, 10, 28; 2015, p. 231). Os ilustres agentes belicosos figurados em panegíricos como soldados que permaneceram firmes durante o árduo período dos campos de batalhas, onde estão sujeitos a enfrentar as dificuldades impostas pelos climas, a exemplo do inverno e/ou do verão, tendem a se portar com firmeza de ânimo em seu propósito, pois sua educação e virtudes lhe condicionaram uma inclinação e ambição de proteger os seus companheiros de batalha, sua cidade e sua nação.

3. ARTIFÍCIOS RETÓRICOS E POÉTICOS NOS PANEGÍRICOS AO CONDE DE CANTANHEDE E MARQUÊS DE MARIALVA

3.1. DO DOM ANTÔNIO LUIZ DE MENEZES, I MARQUÊS DE MARIALVA E III CONDE DE CANTANHEDE

Os panegíricos seiscentistas que constituem o *corpus* de nosso estudo são discursos retórico-poéticos que têm como matéria Dom Antônio Luiz de Menezes, o Marquês de Marialva, um dos principais heróis portugueses, que atuou na Guerra da Restauração ocorrida entre Portugal e Espanha no século XVII. Julgamos conveniente apresentar algumas considerações sobre o D. Antônio Luiz de Menezes, o I Marquês de Marialva e III Conde de Cantanhede, a fim de o público leitor ter uma sucinta noção de quem foi tal varão, ao qual foi dedicado o discurso "PANEGIRICO/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR/ DOM ANTONIO LVIS/ DE MENEZES/ Dignissimo Marquez de Marialva, Con-/de de Cantanhede, do Conselho de Es-/tado, & Guerra, Presidente no da Fazen-/da, & Capitaõ General das Armas/ Portuguezas./ Em a memoravel victoria de/ MONTES CLAROS.", cuja composição é atribuída a frei Antônio Lopes Cabral; a publicação de tal encômio, que selecionamos como *corpus*, se deu no calor da vitória portuguesa sobre os castelhanos na Batalha de Montes Claros, ou seja, ainda no ano de 1665. Ademais, a tal general lusitano foi dedicado também o "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal.", que foi produzido muito provavelmente no século XVII, e reunido em *Música do Parnasso*, "obra" compilatória de poemas atribuídos ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, publicada em 1705. Vale acrescentar ainda que esta seção trata da pessoa histórica de Dom Antônio Luiz de Menezes, sua genealogia e algumas ações por ele empreendidas, e não do caractere agente figurado no discurso panegirical, que se fundamenta, enquanto imitação, na verossimilhança, que por sua vez não é reflexo da história.

A data de nascimento de Dom Antônio Luiz de Menezes é incerta, porém, seu falecimento ocorreu no "[...] anno de 1675, a 16 de Agosto, como diz o Padre Santa Maria, no *Anno Historico*, e Souza, nas *Memor. Histor. e Geneologic. dos Grandes de Portugal* [...]" (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 6). Dom Antônio Luiz de Menezes era nobre pelo renomado sangue dos Menezes que lhe inundava as veias. Os Menezes eram uma daquelas

grandes famílias ibéricas muito mencionadas em tratados de Nobiliarquia e em genealogias do "Antigo Regime", cuja origem não tem registro histórico preciso. Por isso, tais genealogias nos fazem pensar que a semente genealógica da família Menezes caiu e brotou na "[...] bruma do maravilhoso, do feérico – diferença pertinente, justamente por não se fundar nos nossos modos de racionalização e por escapar a formalizações científicas de qualquer natureza" (MOREIRA, 2011, p. 187).

> Os mais dos Geneologicos a derivam de D. Fruella II, Rei de Leão e de Galiza, que succedeu a el Rei D. Ordonho II, seu irmão, e dele fazem quinto neto D. Pedro Bernardo de S. Facundo, que serviu a el Rei D. Affonso VII Imperador de Hespaha em varias expedições, e principalmente na jornada de Calatrava em o anno de 1129. Deste por seu filho D. Tello Pires de Menezes, Rico homem, I Senhor de Menezes, Infantado, e em outras terras foi neto D. Afonso Telles de Menezes, o que povoou Albuquerque, e sendo cazado com D. Tereza Sanches filha d'el Rei D. Sancho I teve primogenito Martim Affonso Tello, pai de D. Gonsalo de Menezes, conde de Neiva e de Faria, Alcaide mór de Coimbra, I Senhor de Cantanhede, e irmão inteiro da Rainha de Portugal D. Leonor Telles de Menezes, mulher do Rei D. Fernando [...] (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 1).

Destarte, a família Menezes é apresentada como uma antiquíssima estirpe formada, ao longo de sua história, por pessoas da nobreza e realeza. Os varões que a entroncam são espanhóis, a exemplo do Rei D. Fruela II e do Rico Homem Dom Telo Pires de Menezes, o qual no *Nobiliário de famílias de Portugal* (Tomo XVIII, p. 197), composto por Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, um dos mais renomados genealogistas portugueses, publicado em meados do século XIX, é considerado como o primeiro a utilizar o apelido dessa família, justamente por ter sido o primeiro Senhor de Mena, a qual era uma espécie de cidade do reino de Leão, cujos habitantes eram chamados de Menezes. É comum nas genealogias do Regime Antigo a família ser entroncada pela varonia, porém, em alguns nobiliários, apresenta-se também a mulher como um membro do entroncamento da linhagem. No caso da estirpe Menezes, Antônio de Vilas Boas e Sampaio, no capítulo XXXVIII, de sua *Nobiliarchia Portvgueza, tratado da nobreza hereditaria & politica...*, publicada em Lisboa, no ano de 1676, apresenta-nos a infanta D. Ximena, filha do rei D. Afonso V de Leão, como um dos membros do tronco de tal família. Isso, grosso modo, talvez explique o fato de o brasão dos Condes portugueses da Vila Cantanhede, pertencentes à família de apelido Menezes, ter a figura de uma dama acima da imagem de uma coroa (figura 1) como o timbre ou um dos elementos alegóricos constituintes desse brasão:

Figura 1 - Brasão dos Condes de Cantanhede da família Menezes, retirada do primeiro tomo do livro *Tropheos Lvistanos*, de Antônio Soares Albergaria e publicado em Lisboa, no ano de 1632.

Com relação a esse brasão, D. Antônio Caetano de Souza, em *Memorias Historicas e Geneologicas dos Grandes de Portugal*, "obra" impressa em 1755, em Lisboa, mais especificamente na página 126, fornece-nos a seguinte ponderação em letras cursivas sobre esse brasão ou armas da lusitana família Menezes:

> *As Armas desta Casa, saõ o Escudo esquartelado das Armas de Portugal, e no outro tres Flores de Liz de Ouro em campo azul, e no meyo o Escudo dos Menezes, que he em campo de Ouro hum anel, por Timbre huma Donzela vestida de Ouro, com o escudo nas mãos.*

Em Portugal, por sua vez, merece destaque entre os ilustres membros dessa família D. Gonçalo de Menezes, que foi condecorado por mercê do Rei Dom João - mestre de Avis -, como o primeiro Senhor de Cantanhede[10], função esta que lhe conferia grande poder político, militar e econômico sobre as grandes unidades territoriais de Cantanhede, as quais, segundo Felgueiras Gaio (1941, tomo XVIII, p. 206), eram terras que antes pertenciam a sua irmã, D. Leonor Teles de Menezes, rainha regente de Portugal, esposa do Rei D. Fernando I. De Dom Gonçalo de Menezes, o sétimo neto varão de D. Telo Pires de Menezes, vieram por hereditariedade e varonia os demais Senhores de Cantanhede, a exemplo daquele Dom Pedro de Menezes, o seu terceiro neto, que foi condecorado com o título nobiliárquico de I Conde de Cantanhede pelo rei D. Afonso V, porém, tal mercê não instituiu a continuação do título de conde de tal vila portuguesa pela herança sanguínea. Contudo, em outro D. Pedro de Menezes, o oitavo neto varão de D. Gonçalo de Menezes, "[...] renovou Felippe III, o título da sua Caza, sendo II Conde de Cantanhede por Carta de 21 d'Abril de 1618 [...] (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 2). Dom Pedro de Menezes, além de ser

> [...] outavo Senhor de Cantanhede, e II Conde desta Villa, foi presidente do Senado da Camara de Lisboa, e faleceu no anno de 1644. Casou com Dona Constança de Gusmaõ, filha de Ruy Gonçalves da Camara, Conde de Vila Franca, de quem nasceo entre outros filhos, D. Antonio Luiz de Menezes, I Marquez de Marialva [...] (SOUZA, 1755, p. 119).

Já Dom Antônio Luiz de Menezes, o primeiro Marquês da vila de Marialva e primogênito de Dom Pedro de Menezes e D. Constança de Gusmão, foi o

> [...] 9º Sr. de Cantanhede, III Conde desta Villa; Sr. de Melres, Mondim, Serra de Alem, Hermello, Bilhovas de Ferreiras, Avelans de Cima, Leomil, Penella, na Comarca de Pinhel, e Valongo de Azeite, Sr. do Morgado de Medello junto de Lamengo, Commendador de Santa Maria de Almonda, se S. Romão de Boures, de S. Cosme de Azerena, na Ordem de Xº Conselho de Estado e da Guerra; Vedor da Fazenda Real, e Menistro do Despacho, Governador das Armas de Setuval, Cascaes, e Estremadura; Capitaõ General de Alem Tejo no anno de 1659 [...] (GAIO, 1941, tomo XVIII, p. 208).

[10] Cantanhede: "villa de Portugal na Beira Comarca de Cimbra, donde dista quatro legoas. Tem bom Palacio com hum grande terreiro, & sua fonte no meyo cercada de arvores. Foy povoada pelo Conde D. Sifrando Governador da Cidade de Coimbra pelos anos de 1080. El Rey Dom Affonso o Segundo lhe deu foral. He cabeça de Condado, cujo título deo El Rey Dom Affonso o Quinto a Dom Pedro de Menezes, & adiante o renovou El Rey Dom Felippe o Terceiro em outro D. Pedro de Menezes. Senhor desta terra he o Marquez de Marialva [...]" (BLUTEAU, 1728, vol. 2, p. 108).

Dom Antônio Luiz de Menezes, portanto, exerceu importantes funções político-militares em Portugal, no século XVII, funções essas condecoradas por poder real e também advindas pela hereditariedade. Ademais, é interessante que esse III Conde de Cantanhede tem sua imagem normalmente retratada com trajes bélicos, o que nos remete a sua significativa atuação enquanto general das armas portuguesas, atuação esta que lhe conferiu uma nobreza política que, como veremos adiante, deu-se principalmente por seus grandes feitos em batalhas da Guerra da Restauração; mas, por outro lado, sua imagem retratada em livros seiscentistas também nos remete à nobreza sanguínea de sua casa ou família, em virtude de sua imagem vir acompanhada pelo brasão de sua casa, como, por exemplo, no seguinte retrato (figura 2.):

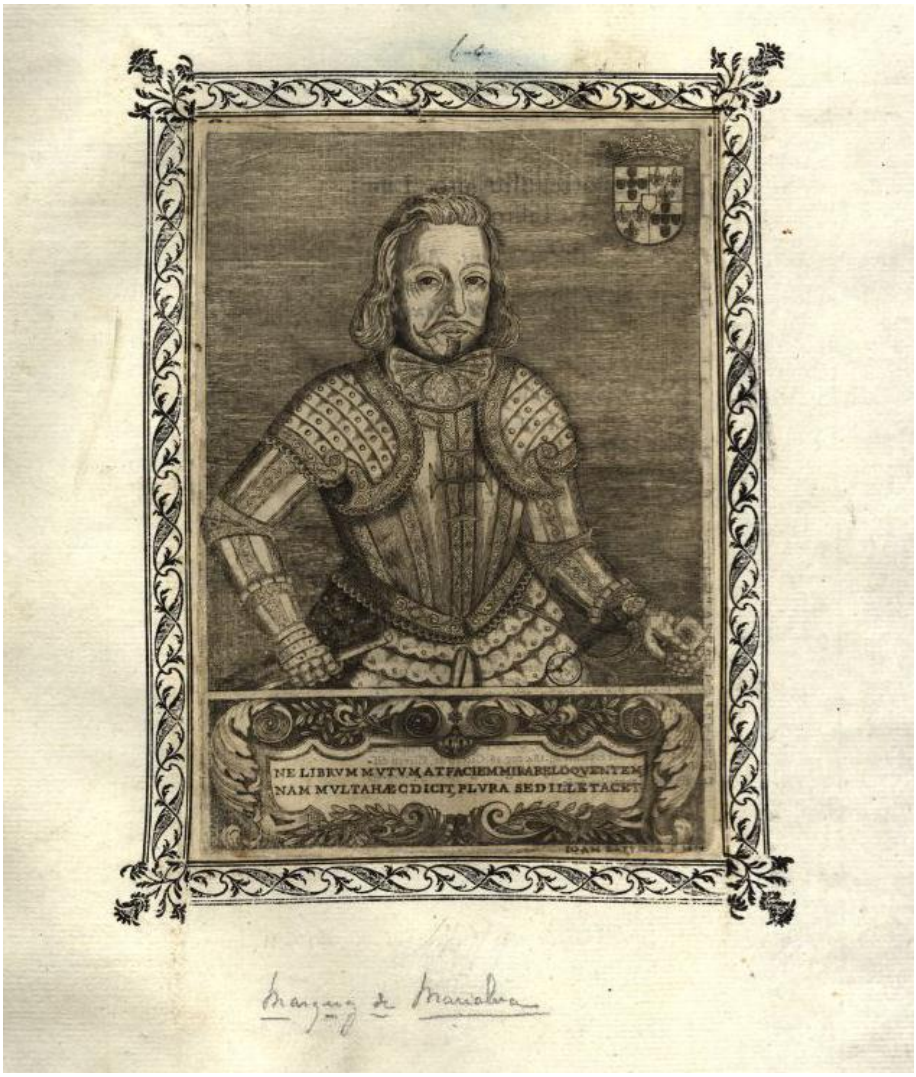


Figura 2 - Retrato de Dom Antônio Luiz de Menezes retirado de *Tropheus Lvsitanos, Parte I*., de Antônio Soares de Albergaria, impresso em Lisboa por Jorge de Rodriguez, no ano de 1632.

Como se pôde notar, Dom Antônio Luiz de Menezes possuiu vários títulos nobiliárquicos e também exerceu importantes funções político-militares em Portugal, no século XVII. Merece destaque o título de primeiro Marquês de Marialva, que foi uma honrosa e digna mercê recebida em virtude de sua decisiva atuação bélica em batalhas da Guerra da Restauração, ocorridas no século XVII entre Portugal e Castela. Ademais, é imprescindível salientarmos que

> MARIALVA he huma Villa na Provincia da Beira, Comarca de Pinhel, de que ElRey D. Affonso VI por carta de 11 de Junho de 1661 creou Marquez a D. Antonio Luiz de Menezes, Conde de Cantanhede, como se vê na Chancellaria do dito Rey liv. 19. Fol. 138. Depois lhe fez mercê do dito Titulo de juro, e herdade fóra da Ley Mental huma vez, e que casando seu filho mais velho se possa logo cobrir com o mesmo Titulo, consta por Alvarà de 14 de Mayo de 1675, que está no *liv*. 37. Da dita Chancellaria. (SOUZA, 1755, p. 117-118).

A partir dos títulos nobiliárquicos do Dom Antônio Luiz de Menezes como, por exemplo, o de III Conde de Cantanhede e I Marquês de Marialva, nota-se que ele era um varão enobrecido hereditária e politicamente. Portanto, sua nobreza é por viés sanguíneo ou natural e por mercê política, sendo esta concedida pela monarquia. É de suma importância acrescentar que a nobreza hereditária diz respeito a

> [...] huma antiga sucessão de sangue de huma antiga familia, que teve pessoas illustres, & famosa em armas, ou letras, ou em outro exercicio honesto. A nobreza, Politica, ou Civil, he aquella, que alguem logra, naõ pela successam do sangue, mas por respeito do posto, ou cargo nobre, que exercita (SAMPAYO, 1676, p. 11).

A condecoração de um varão com um título nobiliárquico, como nos inteira Nuno Gonçalo Monteiro (1998, p. 299), é condicionada principalmente pelo hábito virtuoso ou nobre de se viver e pelo seu desempenho em funções dignificantes como, por exemplo, exercer importante ofício no corpo militar do exército de sua pátria, de modo que sua atuação ocorra nas linhas de frente ou nas ordenanças; exercer uma função nobilitante de magistrado ou governante etc. As mercês, no Regime Antigo, eram condecoradas principalmente às pessoas de renome, em razão de seu "viver nobremente" e pelo desempenho de importantes funções administrativas e militares na pátria. Além disso, em Portugal, no século XVII, os grandes títulos nobiliárquicos e políticos "[...] foram concedidos a indivíduos com linhagem

fidalga reconhecida [...]" (MONTEIRO, 1998, p. 325). Deste modo, a nobreza política lusa se caracterizava como uma ampliação ou alargamento da nobreza herdada pela fortuna do sangue, que era uma condição necessária para que a monarquia estabelecesse a distribuição de tais honras e seus respectivos proventos ou remuneração pela administração. O marquesado de Marialva, por exemplo, tinha, no Antigo Regime, expressivo "[...] número de territórios jurisdicionais e também mais valimento na corte" (MONTEIRO, 1998, p. 313).

A Dom Antônio Luiz de Menezes são dedicados alguns panegíricos seiscentistas, em virtude de sua importante atuação militar em batalhas da Guerra da Restauração, por isso faz-se conveniente estabelecermos certas considerações sobre tal guerra em que o Marquês de Marialva teve um significativo papel. A Guerra da Restauração, de modo sucinto, foi uma série de batalhas ocorridas entre dois reinos Ibéricos: Portugal e Castela ou Espanha. O ano em que começaram as empresas militares dessa guerra foi 1641, porém, é o final do ano de 1640, mais especificamente o dia 1º de Dezembro, que é tido como o marco inicial da Guerra da Restauração, por ser o dia em que se estabeleceu a aclamação de Dom João IV como rei do povo português, que até então estava sob o governo da Dinastia Filipina de Castela. A aclamação foi um importante feito empreendido pelos lusitanos para conquistar a independência do reino, que estava passando por crises nos seus vários setores políticos, em virtude da indesejada e conturbada administração da Dinastia Filipina, que também reinava em Espanha e que teve seu reinado iniciado em Portugal a partir da segunda metade do século XVI, quando o então rei, o Cardeal D. Henrique I, que era o quinto filho do monarca luso D. Manuel I, nomeou rei luso a D. Felipe II, de Castela, que era neto de D. Manuel I e um dos principais pretendentes à coroa portuguesa, assim como a Duquesa de Bragança, Dona Catharina. Nesse período de reinado da Dinastia Filipina, Portugal era administrado principalmente por vários governantes e juízes nomeados pelos reis, uma vez que os monarcas moravam em Castela, onde também reinavam. Essa forma de governo e resolução filipina também não eram bem quistos pelo povo lusitano. Enfim, após a Aclamação, sucederam-se várias batalhas, por meio das quais Portugal almejava a independência e Espanha queria reaver o trono luso.

As principais empresas bélicas sucedidas durante a Guerra da Restauração foram

> [...] o cerco e a Batalha das Linhas de Elvas, em 1658-1659; a batalha de Ameixial, em 1663; o ataque, na Beira, a Castelo Rodrigo, em 1664; e, por fim, a última batalha, a de Montes Claros, em 1665, junto de Estromoz. Em cada um deles compreende-se um exército, impõem-se os seus chefes, quase todos agraciados com títulos nobiliárquicos em seguida [...] (GOUVEIA e MONTEIRO, 1998, p. 176).

Entre essas batalhas que configuraram as campanhas militares portuguesas em prol de sua independência do poderio castelhano, aquelas de Elvas e Montes Claros merecem destaque em nosso trabalho, uma vez que os lusos alcançaram a vitória nessas batalhas em razão da decisiva atuação do D. Antônio Luiz de Menezes, o I Marquês de Marialva, como Capitão General do exército português. A Batalha das Linhas da Praça de Elvas se caracteriza como uma das maiores empresas da Guerra da independência, que começou com a investida do exército castelhano comandado pelo D. Luiz Mendes de Haro, o Duque de Montoro, VI Marquês de Carpio e II Conde e Duque de Olivares, sobre a vila lusitana Elvas, que pertencia à Província do Alentejo. No período em que se deu tal investida castelhana, Elvas estava sendo acometida por enfermidades, e, depois do cerco, intensificaram-se ainda mais os males nessa praça, em virtude de os castelhanos impedirem a comercialização de produtos entre a vila e outras cidades do reino. Para tentar acabar com esse perigoso cerco ocorrido em finais do ano de 1658, Dom Antônio Luiz de Menezes foi convocado a liderar o exército luso para socorrer tal praça por meio de uma carta da Rainha regente de Portugal, D. Luísa de Gusmão, esposa do rei D. João IV, falecido no ano de 1656, e que teve por sucessor Dom Afonso VI, que, no ano do cerco, ainda não possuía idade suficiente para o governo do reino, cabendo assim a sua mãe efetuá-lo. Assim posto, a rainha regente D. Luísa de Gusmão elegeu em 1658, por carta, a Dom Antônio Luiz de Menezes como Capitão General das Armas lusas para o socorro das linhas de Elvas sitiadas pelos castelhanos. Segue a transcrição da provável carta, inscrita pelo Conde da Ericeira, na sua *História de Portugal Restaurado*, (Tomo II, 1698, p. 142-143):

Conde amigo, Eu El Rey vos envio muyto saudar, como aquelle que amo. He de tanta importancia acudir à Provincia de Alentejo com huma pessoa que a governe, em quanto o inimigo persiste sobre Elvas, & que esta seja tal, que a alente, & console, & tenha authoridade, atividade, & zelo para formar hum exercito, capaz de hir socorrer aquella Praça, se o pedir a necessidade, que ainda que a importancia da vossa pessoa nesta Corte pedia vos não apartasse de mim, me he preciso encomendarvos partais logo a livrarme do cuydado em que me tem posto as causas daquela Provincia, & a fazerme, & a este Reyno hum serviço tam grande, como aquelle será, & porque para tam conhecido amor como me tendes, & ao Reyno, & por o muyto que desejais sua conservaçaõ, & defensa, saõ necessarias poucas palavras para vos persuadir vades acudir a tam grande occasiaõ, com estas poucas

regras espero partires logo, & por ellas mãdo a todos os Cabos, & Officiaes de Guerra, Justiça, & Fazenda vos obedeçaõ, cumpraõ, & guardem vossas ordens, em tudo o que tocar ao intento referido, em que espero façais o que deveis a quem sois, & à boa vontade que vos tenho, que saõ duos motivos bem grandes, para hum homem como vòs. Escrita em Lisboa a 2. de Dezembro de 1658. RAINHA.

Após receber tal carta e aceitar o honroso cargo concedido, o III Conde de Cantanhede começou a organizar o exército com seus oficiais, cabos, infantarias etc., e partiu no dia 2 de Novembro de 1658 para socorrer a Praça, como nos informa o Conde da Ericeira em *História de Portugal Restaurado,* (Tomo II, 1698, p. 143). Durante a marcha do exército luso para o local almejado, incorporaram-se-lhe levas de soldados, assim como foi sendo informado sobre os movimentos do inimigo e da situação de Elvas por Dom Sancho Manuel, o Conde de Vila Flor, que também era um dos cabos do exército lusitano que estava preso no cerco e que muito ajudou na ordenação ou distribuição dos poucos mantimentos e remédios da vila. Enfim, no amanhecer de "[...] terça feyra, quatorze de Janeyro, do anno de mil & seyscentos, cincoenta & nove, dia tam fausto à Naçaõ Portugueza [...]" (MENEZES, Tomo II, 1698, p. 200-201), o exército lusitano, sob o comando de D. Antônio Luiz de Menezes, confrontou-se com o grande exército castelhano, que praticamente era o dobro do luso. Mesmo diante de tal adversidade, os lusitanos saíram vencedores, sobretudo pela ciência militar do III Conde de Cantanhede, que acudiu os seus em várias partes do campo de batalha e também teve decisiva participação na quebra das muitas fortificações do exército inimigo, cujo Capitão General, Luiz Mendes de Haro, foi "[...] gloriosamente desbaratado nas suas mesmas trincheiras, e constrangido a trocar a furia de pelejar em vergonhosa fugida a 14 de Janeiro de 1659 [....]" (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 3) para Baldajoz. Segue abaixo (Figura 3.) uma ilustração sobre a Batalha das Linhas de Elvas:

Figura 3 - STOOP, Dirk. Praça de Elvas sitiada pello exercito castelhano e levantamento do sitio a foçoa [sic] das armas portuguesas em 14 Ja. ro 1659. - [S.l. : s.n., ca. 1662]. - 1 gravura : água-forte.

Com relação à Batalha de Montes Claros, considerada como um dos marcos finais da Guerra da Restauração, ela ocorreu em 17 de Junho de 1665, em um sítio da Vila portuguesa de Montes Claros, que fazia parte da Província do Alentejo, sendo esta região de fronteira dos dois reinos ibéricos um dos principais palcos de entrada do exército espanhol, que almejava alcançar o centro do poder administrativo do reino, ou seja, Lisboa. Tal batalha aconteceu em virtude de o exército castelhano ter sitiado Vila Viçosa, uma cidade lusa próxima a Montes Claros. O Capitão General das Armas Portuguesas, Dom Antônio Luiz de Menezes, foi o encarregado de organizar um exército para contra atacar o inimigo e recuperar Vila Viçosa. Luiz de Benavides Carrillo, Marquês de Caracena e também general do exército espanhol, que havia sitiado tal vila, sabendo da aproximação do exército luso comandado por D. Antônio Luiz de Menezes, resolveu marchar de encontro às armas lusas, de modo a surpreendê-las, e, com isso, ganhar certa vantagem na batalha. E assim, “avistado hum, & outro exercito, deu principio à batalha a tempestade furiosa da artilharia, que das baterias referidas começou a jugar, dando lugar as pausas do estrondo às consonancias dos clarins, & cayxas [...]

(MENEZES, tomo II, 1698, p. 713), culminando na derrota dos espanhóis no dia 17 do mês de Junho, mais especificadamente às

> [...] tres horas da tarde, havendo passado sete de furioso combate, sem que no discurso deste tempo houvesse o nosso exercito [, ou seja, o exercito de Portugal,] mudado o sitio, em que se principiou a batalha, & neste tempo se começou a reconhecer, que os inimigos cediaõ a vitoria; porque a artilharia que em larga distancia havia jugado, suspendeu o exercício, parou o impulso da Cavalaria, & a fórma da Infantaria começou a confundir-se [...] (MENEZES, tomo II, p. 719).

Observe a seguir, uma bela espécie de narração de tal batalha, e, também, uma pintura em azulejo (figura 4.), do qual destacamos um quadro de palavras inscritas neste suporte sobre tal peleja

> [...] Marchava soberbo, e confiado em um luzido exercito de quinze mil infantes escolhidos, e sete mil e seiscentos cavalos o Marquez de Carracena, a quem o Mundo apelidava o Marte Hespanhol, tão afortunado nas guerras de Piemonte e Flandes, que contava as batalhas pelo aumento das victorias. Mostrou com os primeiros movimentos encaminhar-se a outras praças, e dirigiu-se a Villa Viçoza, que trazia por intento render, que nem pelositio, nem pela guarnição podia resistir. Pareceu ao Marquez de Marialva que devia Villa Viçoza ser socorrida a todo risco do nosso pequeno exercito, pois estando em Estremoz teve por afronta que fosse rendida quase á sua vista. Partindo de Estremoz foi investido por Carracena no sitio de Montes-Claros, que medeia com distancia igual entre as duas villas, com tamanho ímpeto, que rotas as primeiras linhas fomos feridos na vanguarda das segundas, com o que chegaram os nossos a grande extremo. Acudiu nesse conflicto o valor, trabalho, e constância do General S. ANTONIO LUIZ DE MENEZES, reforçou os batalhões, fez adiantar as fileiras, e atacar o inimigo, dispondo tudo com tamanha segurança como quem tinha por certa a victoria; e não faltando nos nossos o animo, e a boa ordem militar alcançou no dia 17 de Junho de 1665, a ultima coroa de seus gloriosos triunfos. Ficou em poucas horas abatidas com a perda de Carracena, a potencia castelhana, entregando a honra, as riquezas, e as vidas nas mãos dos vencedores. Passaram de quatro mil os mortos, e de seis mil os prisioneiros, sendo primeiro entre os restantes, que fugiram precipitadamente, o mesmo Carracena [...] (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 4-5).

Figura 4 - Painel de Azulejos sobre a Batalha de Montes Claros, presente na Sala das Batalhas do Palácio Fronteira; disponível online em: <http://www.fronteira-alorna.pt/batalhas.asp>, última consulta em 28/09/ 2017.

A Batalha de Montes Claros se caracteriza como a última grande empresa militar da Guerra da Restauração, que resultou na memorável derrota castelhana. Após esse episódio, foi instituído legalmente o acordo de paz entre os dois reinos, através do Tratado de Lisboa, assinado em fevereiro de 1668, momento este em que o Marquês de Marialva era um dos nobres plenipotenciários ou com poder de participação no acordo de paz com o reino castelhano.

É importante acrescentar que Dom Antônio Luiz de Menezes casou-se no ano de 1663 com Dona Catarina Coutinho, que era filha e herdeira de Dom Manoel Coutinho, que, por sua vez, era Senhor do Morgado de Medelo e também da Torre do Bispo. O Marquês de Marialva teve considerável descendência, sendo seu título de marquês e conde de Cantanhede continuado em seu primogênito, D. Pedro Antônio de Menezes. Quando Dom Antônio Luiz de Menezes morreu, determinou-se que

> [...] sepultassem seu corpo na villa de Cantanhede, e o seu coração ficasse em o Convento de S. Pedro de Alcantara de Religiosos da Provincia de Arrabida, que mandava edificar pelo bom sucesso de Montes-Claros. Do livro mais antigo dos Obitos daquelle Conevento consta, que ali permanecêra por algum tempo em uma caixa de prata com o grande respeito devido ao seu Fundador, até que ElRey D. Pedro de II., que governava estes Reinos por ElRei D. Affonso VI, seu irmão, mandára em nome deste, que fosse trasladado ao Real Mosteiro de S. Vicente de Fóra, ficando os demais intestinos depositados, logo que a Igreja se acabou, no carneiro da capella mó juntamente com a Marqueza sua mulher [...] (ANÔNIMO, [entre 1806 e 1817], p. 6-7).

Além disso, nesse Real Mosteiro de São Vicente de Fora foi enterrado seu coração em um pavimento próximo à sala onde foi sepultado o rei Dom João IV.

3.2. PRECEITOS RETÓRICOS DO GÊNERO PANEGÍRICO

Como é sabido, as letras verossímeis produzidas, por exemplo, nos séculos XVI e XVII, são doutrinadas por artifícios retóricos e poéticos, bem como por "[...] uma jurisprudência de "bons usos" da linguagem fundamentados nas autoridades retóricas e poéticas de um costume antigo e anônimo [...]" (HANSEN, 2002, p. 27). Destarte, para uma melhor compreensão da oração laudatória panegirical, julgamos conveniente discutirmos principalmente os preceitos retóricos que a instituíam enquanto gênero de proveitoso costume, sobretudo em preceptivas publicadas na dita "Idade Moderna". Tal abordagem se deve ao fato de que o gênero panegírico é retórico, o que implica o fato de que os dois panegíricos que constituem o *corpus* de nossa dissertação, antes de serem poéticos ou miméticos, são discursos da instituição retórica.

A tratadística retórica do "Antigo Regime" doutrina o gênero panegírico enquanto espécie de Oração Exornativa, que por sua vez, encerra os discursos encomiásticos de tipo

festivo ou celebrativo: Genetlíaco, louvor do dia do nascimento de insignes varões; Epitalâmio, discurso que comemora "[...] a los talamos, a las alcobas, a los novios y a la familia, pero, es sobre todo, al dios mismo del matrimonio em comemoración de las bodas [...]" (MENANDRO, 1996, p. 194); Epinício, também chamado de "[...] Oraçaõ Gratulatoria, he aquella, em que damos os parabens, e vivas por alguma insigne victoria, ou por outra qualquer acçaõ heroica [...]" (PEREIRA, 1759, p. 29); Oração Fúnebre "[...] he a que se costuma recitar nas exéquias de huma, ou de muitas pessoas benemeritas." (MELLO, 1766, p. 260) etc. O panegírico, por ser um discurso poético de louvor a toda uma vida, ao discorrer sua narrativa sobre determinada fase da vida da pessoa, como o nascimento ou casamento do encomiado, acaba por recolher ou acomodar tópicas daqueles discursos. Além disso, o contrário também pode ocorrer, pois "[...] muitos dos seus preceitos se podem facilmente acomodar às outras Orações, em que se louva o sujeito" (PEREIRA, 1759, p. 29). A análise da colheita de tópicas de outros discursos exornativos que o encômio panegirical estabelece não será escrutinada neste trabalho, uma vez que tal empreita demanda um maior tempo e espaço outro de pesquisa, porém, é digna de nota essa relação que o panegírico estabelece com as outras espécies que compreendem as Orações Exornativas, pois o fato de a tratadística retórica prescrever os preceitos do gênero panegírico não implica que tais preceitos sejam restritos a ele.

> Na instituição retórica, todos os atos discursivos mobilizam preceitos genéricos e apenas indicativos do que deva ser o discurso bem feito, como os de *méson* ou *proportio* ou *commensuratio*, medida ou proporção; *prépon* ou *decorum*, decoro; *eikós* ou *verisimilis*, verossimilhança. Nos mesmos presentes da instituição em que novos discursos se inventam, múltiplas recepções de várias competências lhes conferem diferentes valores polêmicos. Quando são julgados bem feitos, tornam-se modelares, incluindo-se cumulativamente em elencos de autoridades do seu gênero, que são emuladas em novos atos [...] (HANSEN, 2013, p. 15).

Destarte, os preceitos abordados e discutidos na presente seção não são aplicados à risca nos panegíricos que constituem nosso *corpus*. Contudo, tais panegíricos apresentam argumentos, por meio dos quais percebemos, por exemplo, a relação destes com muitos lugares-comuns argumentativos prescritos em tratados de retórica do Antigo Regime.

O panegírico, assim como as demais espécies de Orações Exornativas, é discurso pertencente ao gênero epidítico da retórica, que, por seu turno, trata do louvor de coisas virtuosas e belas ou do vitupério de vícios. A finalidade do panegírico é a amplificação de sua matéria, por meio da demonstração do valor e das virtuosas ações obradas pelo encomiado em

benefício de sua pátria, que são dignas de larga memória, honra e fama. O encômio panegirical é considerado por Pereira (1759, p. 29) como a parte mais nobre do gênero epidítico. Tal consideração, provavelmente, deve-se ao fato de ser o panegírico uma espécie de discurso que é capaz de englobar ou acomodar, em sua disposição, muitos dos lugares-comuns argumentativos próprios de outros tipos de Orações Exornativas. Por exemplo, o genetlíaco ou louvor do nascimento de pessoas insignes não consegue mobilizar como o panegírico os *loci* concernentes ao discurso epitalâmico, que trata da comemoração do casamento de pessoas de excelência. Além disso, o panegírico é uma das orações exornativas que mais logra de preceitos de ornamentos para a sua composição, uma vez que é aquela oração em que os preceptistas recomendam que "[...] deve o Panegyrista revestir a Oraçaõ de todo gênero de brilhantes, que saõ as figuras, e tropos; e dar lhe alma com a gravidade, e agudeza de sentenças [...]" (PEREIRA, 1759, p. 30). O brio do gênero panegírico também pode ser avaliado, grosso modo, pelo fato de tal espécie de discurso laudatório tratar a objeto celebrado de uma forma que o aproxima do gênero épico, uma vez que ambos tratam de matérias excelentes, dignas de duradoura memória e proveito para a ensinança da sociedade.

Com relação ao modo de disposição do louvor panegirical, a tratadística retórica da dita Idade Moderna, que aborda os preceitos de composição desse encômio, estabelece mais de um tipo de ordem para tal discurso:

> [...] huma artificial, outra natural; na primeira naõ se attende á ordem do tempo: com ella diriamos que Cataõ foi excellente Senador, excellente Orador, excellente Imperador: esta foi a disposiçaõ de Cicero no Panegyrico de Pompeo; porque o dispôs com a sciencia militar, com a virtude, e com a felicidade deste insigne Capitaõ: da mesma sorte Q. Curcio nos louvores de Alexandre, fundando-o no seu valor, e fortuna.
> A disposição natural he deduzindo os louvores pela série do tempo [...] (MELLO, 1766, p. 251).

O "Panegírico ao Marquês de Marialva", reunido em *Musica do Parnasso* com outros poemas também atribuídos ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, é um encômio que corresponde àquele tipo panegírico doutrinado em tratados de retórica como louvor que narra em acordo com "[...] a ordem dos tempos, discorrendo por toda a vida daquele Varaõ, que louvas; desde o nascimento até a morte, se já se tiver apartado dos vivos [...]" (ALCAÇAR, 1750, p. 44). Contudo, o panegírico que se quer de Botelho de Oliveira não estende seu louvor até a morte do figurado, decerto porque, no tempo de sua composição, aquele sujeito celebrado pela imitação estabelecida no panegírico, ou seja, Dom Antônio Luiz de Meneses, o

I Marquês de Marialva, ainda estava vivo. Esse tipo de panegírico, por apresentar uma narração que segue a ordem sequencial-cronológica dos tempos, caracteriza-se como "[...] hum Elogio histórico, qual he entre os Gregos o Panegyrico de Evagoras, Rey de Chypre, feito por Isocrates; entre os Romanos o de Trajano Imperador, feito por Plinio" (PEREIRA, 1759, p. 30).

Tal tipo de panegírico, portanto, normalmente perpassa sua narração pelo nascimento, pela educação, ações e casamento do encomiado. Com relação ao lugar-comum argumentativo relativo ao nascimento ou pertença do encomiado a uma nobre família, o panegírico atribuído ao poeta Manuel Botelho de Oliveira, por exemplo, demonstra-nos "[...] que pela formosura do ramo se pode conhecer bem a generosidade do tronco" (PEREIRA, 1759, p. 31). Ainda com relação ao nascimento, considera-se a fortuna de o encomiado pertencer a uma importante e rica família, assim como os dotes do corpo, ao qual "[...] pertence o que a natureza lhe atribuiu de vantajoso ou desvantajoso: rapidez, força, beleza, saúde [...]". (RETÓRICA A HERÊNIO, 2005, p. 161). Na celebração de sua educação, quando jovem, é lugar-comum demonstrar seus estudos em alguma arte, como a da caça, sua ciência e abundante prudência nessa idade, na qual o juízo é mais suscetível de ser acometido por afetos que obscurecem o discernimento e induzem aos vícios etc.

O louvor dos dotes do corpo e do caráter do encomiado pode estender-se por toda a vida figurada no panegírico. Os bens do caractere agente que melhor evidenciam o brio de seu caráter ou sua alma são "[...] o juízo, o engenho, a memoria, a virtude, os bons costumes" (PEREIRA, 1759, p. 32). Por exemplo, na vindoura estância do "Panegírico ao Marquês de Marialva", reunido em *Música do Parnasso*, o louvor da juventude do encomiado é pautado na celebração de seu admirável juízo e saber demonstrados nessa idade:

VII.

Quando vosso primor alimentava
Os doutos partos do subtil juiso,
Lusitania felìs vos acclamava,
Entre verde saber maduro sizo:
Lusitania felìs vos admirava,
Quando entre ostentações de sabio aviso
Fruttificava em prevenido abono
Na verde Primavera o rico Outono.

Sua sciencia na mesma idade.

O panegírico é um tipo de louvor que objetiva demonstrar o caráter e a grandeza dos feitos de uma pessoa, por isso, tal discurso celebra principalmente aquilo concernente ao ânimo do caractere agente, ou seja, "[...] as coisas que comportam nossa deliberação e reflexão: prudência, justiça, coragem, modéstia [...]" (RETÓRICA A HERÊNIO, 2005, p. 160). Tais virtudes demonstradas por meio dos atos mobilizados pelo encomiado é um fator que condiciona uma amplificação provável e conveniente da matéria. Enfim, há vários outros preceitos e *loci* estabelecidos na tratadística retórica para uma composição decorosa do discurso panegirical em celebração de uma vida ilustre, contudo, não nos delongaremos em tal escrutínio, uma vez que as considerações por ora apresentadas já oferecem importantes informações para entendermos essa tipologia de panegírico, à qual concerne aquele discurso encomiástico atribuído ao poeta Manuel Botelho de Oliveira.

O segundo tipo de panegírico em aplauso de determinada pessoa, por seu turno, consiste em

> [...] reduzir o seu louvor a certas acções, ou virtudes, sem attender à ordem dos tempos. Este tem mais artificio, e difficuldade, que o primeiro.
> Delle usou Cicero na Oraçaõ *pro Lege Manilia*, reduzindo o louvor de Pompeo ao louvor das quatro partes principaes de hum bom General, que são sciencia militar, valor, autoridade, e fortuna.
> A Cicero imitou depois Mamertino, que no Panegyrico de Maximiano todo se occupa em mostrar, que o ser Maximiano chamado para o governo da Republica, mais foy utilidade da mesma Republica, que beneficio feito a Maximiano (PEREIRA, 1759, p. 35-36).

A essa tipologia de louvor panegirical concerne o "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído a frei Antônio Lopes Cabral, pois tal encômio tem por matéria a ação do caractere agente em determinada batalha ilustrada como a ocorrida em Montes Claros. Logo, tal panegírico não estende sua narração por outras partes da vida do encomiado, como o nascimento, a juventude, o casamento etc. Além disso, a ordem da disposição desse tipo de panegírico é classificada pelos tratados de retórica como artificial, uma vez que a narração do discurso não é ordenada cronológica ou temporalmente.

A matéria desse exemplo de discurso panegirical são ações agenciadas pelo ânimo do encomiado, por meio das quais se demonstram as "[...] varias virtudes em que [o agente] foy excelente [...]" (ALCAÇAR, 1750, p. 44). Determinadas ações belicosas, nas quais o herói exemplificou seu valor, coragem e empenho em proteger o reino a que pertence, é genericamente a matéria que funda, por exemplo, o "Panegirico ao Marquês de Marialva", atribuído, na edição que tomamos como *corpus*, a frei Antônio Lopes Cabral. Na seguinte

estância do panegírico ora mencionado, que é dedicado a Dom Antônio Luiz de Menezes pela vitória alcançada na província lusitana de Montes Claros, em 1665, apresenta-se a obra que funda tal encômio em comparação com a vitória alcançada pelo forte [Cipião] Africano sobre os valentes Siphax e Hasdrubàl:

12.

Se do forte Africano a cruel sanha
Disposta com ardor, & bizarria,
Hua noute venceo com destra manha
De Siphax, & Hasdrubàl a valentia;
Tambẽ vosso valor com furia estranha
Exercitos venceo no meyo dia,
Porq̃ cantasse a Fama em eccos raros
Que fostes vecedor em Mõtes Claros.

De um modo geral, muitos tratados de retórica do Antigo Regime advertem que tanto no louvor panegirical que celebra toda uma excelente vida, de acordo com a ordem dos tempos, quanto no encômio panegirical que reduz o louvor apenas a determinadas empresas da pessoa figurada, é conveniente

> [...] louvar sómente as acções notaveis, e ilustres, deixando as leves, e de pouca monta. De outra sorte daremos a entender, que naõ achámos no sujeito cousa memoravel, nem digna de recommendaçaõ [...] Pôr especial cuidado em que as ações que se louvaõ naõ sejaõ as vulgares, [...] mas singulares, que são as que merecem toda a recommendaçaõ. (PEREIRA, 1759, p. 36-37).

Aqueles dois tipos de panegíricos ao Marquês de Marialva, de certa forma, atendem a esses preceitos retóricos, uma vez que as ações do encomiado figuradas neles são demonstradas como excelentes, merecedoras de memória que as perenizes e como superiores aos memoráveis feitos obrados por insignes heróis do passado, a exemplo de Eneias e Aquiles, que são figurados respectivamente nos poemas épicos *Eneida*, de Virgílio e *Ilíada*, de Homero. Não só as ações do encomiado são ajuizadas maiores ou equiparadas aos feitos desses ilustres varões do passado, mas também seu valor e virtudes são “recomendados” como dignos de emulação ou proveito para a doutrinação de pessoas.

Outra importante prescrição quanto à composição de qualquer tipo de discurso panegirical pondera que o panegirista não deve estabelecer ou “[...] dizer louvores que

pareçaõ inverosimeis, ou demasiadamente encarecidos [...]" (PEREIRA, 1759, p. 36). A verossimilhança é a virtude ou decoro argumentativo e mimético de um poema panegirical, por isso, a matéria nele tratada não é verdade e realidade, mas matéria figurada ou imitada, de acordo com preceitos técnicos de composição. Além disso, vale salientar que o verossímil se caracteriza como um tipo de "[...] relação entre discursos operada como semelhança de 2º grau que sempre pressupõe a comparação do discurso efetuado com outro já existente, que é considerado *endoxon*, verdadeiro [...]" (HANSEN, 2013, p. 24).

Os dois tipos de panegíricos selecionados como *corpus* também se aproximam por abordar em suas verossímeis celebrações da vida e de determinadas ações do caractere agente, [...] a fortaleza, e a constancia nos trabalhos, a grandeza, do animo em desprezar os perigos, e todos os horrores, e mudanças da fortuna, a fidelidade nas promessas, a prudencia nos conselhos, a celeridade nas execuçoens, [etc.] [...] (MELLO, 1766, p. 253).

Postulamos, por fim, que a composição de panegíricos varia, em virtude de a própria preceptiva retórica também variar e sofrer mudanças a depender da sociedade e ao longo dos tempos, pois os gêneros que ela regra também são ordenados pelas práticas e pelos costumes, que também tendem a mudar ou variar. Por isso,

> [...] há tantas disposições ou ordens do discurso quantos são os gêneros; por exemplo, a 'ordem natural' do histórico, que narra ações e eventos do mais passado até o presente do historiador, e a 'ordem artificial', como a do gênero épico, que faz a epopeia começar no meio da ação, seguindo-se a rememoração do que ocorreu antes e a narração de ações posteriores (HANSEN, 2013, p. 26).

Ademais, existem outros modos de ordenar o discurso panegírico prescritos, por exemplo, em tratados de retórica da "Idade Moderna", contudo, não os abordaremos na presente seção, uma vez que eles não dizem respeito diretamente aos dois tipos de panegíricos que constituem nosso *corpus*.

3.3. O TIPO AGENTE FIGURADO NOS ENCÔMIOS PANEGIRICAIS

No panegírico se imitam ações e vida de caracteres agentes ilustres. Esses agentes correspondem àquela tipologia proposta por Aristóteles em sua *Poética* acerca das pessoas imitadas nos discursos verossímeis pelos poetas:

> [...] os imitadores imitam homens que praticam alguma ação, e estes, necessariamente, são indivíduos de elevada ou de baixa índole (porque a variedade dos caracteres só se encontra nestas diferenças [e, quanto a caráter, todos os homens se distinguem pelo vício ou pela virtude]), necessariamente também sucederá que os poetas imitam homens melhores, piores ou iguais a nós [...] (ARISTÓTELES, 1973, p. 444).

O tipo figurado em poemas é conhecido como caractere agente, pois através das ações agenciadas pelo seu ânimo demonstra-se seu caráter. São pelas ações de seu caráter que compreendemos a que tipologia o "personagem", ou melhor, o agente figurado no discurso pertence. O Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede, celebrado nos panegíricos analisados em nossa pesquisa, é um tipo de homem nobre pelo sangue e pelas virtuosas ações realizadas, por isso, sua figura é correlata aos "melhores que somos", aos quais também dizem respeito, por exemplo, Aquiles, Odisseu e "[...] Eneias [...], que falam e agem inventados com lugares comuns de pessoa e *éthe* e *páthe*, caracteres e afetos, dos gêneros que recebem forma [...]" (HANSEN, 2013, p. 15). Destarte, em poemas imitam-se tipos agentes, os quais concernem a uma espécie de modelo caracterial.

A tipologia dos agentes é constituída historicamente por *loci* acerca das ações e virtudes fundamentais da pessoa que nela se conflui ou insere. Os lugares comuns atualizados na construção da pessoa imitada em poemas laudatórios, como é o caso do panegírico, são aqueles doutrinados, por exemplo, em preceptivas retóricas como a *Retórica a Herênio* (2005) e que concernem às coisas externas, aos dotes corporais e ao ânimo. Com relação àquilo de externo, temos como exemplo a riqueza, a nobreza de sangue, a educação etc.; já os predicados corporais são a formosura, a proporção do corpo, a saúde, a força, a ligeireza etc., e, no que diz respeito ao ânimo, temos como exemplo a coragem, a justiça, a prudência, a discrição, a diligência etc. O Marquês de Marialva é uma figura na qual se conjugam tais qualidades, pois a finalidade dos poemas panegiricais que o dignificam é apresentá-lo ou imitá-lo como exemplo de homem ilustre, cujos valores e empresas correspondem aos princípios formuladores dos tipos excelentes ordenados historicamente.

O Marquês celebrado nos dois panegíricos de nosso *corpus* é um tipo heroico e cortesão. Ele é um general luso predicado por virtudes bélicas, como a coragem, ciência militar e constância em proteger sua pátria. É um homem de corte gracioso nos atos, ostentativo diante das adversidades e bonanças oriundas das labutas belicosas e eloquente nos dizeres. Inclusive, a forma como se figura tal varão nesses discursos nos remete mais ao modelo de cortesão ibérico do que propriamente ao exemplar de herói ou soldado.

O homem cortesão é um tipo de varão nobre, cujas "[...] virtudes são inerentes a uma estirpe [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 140). Além disso, é imprescindível que o exemplar homem de corte possua um nobre caráter, a fim de incrementar a nobreza herdada pela natureza. O varão de nobre *ethos* é entendido por Aristóteles (2005, p. 140-141) como uma pessoa que não perde seus predicados naturais. Essa noção acerca da nobreza de uma pessoa é atualizada, por exemplo, em *O Cortesão*, do diplomata Baldassare Castiglione, tratado no qual se propõe uma discussão acerca dos princípios relativos ao modelo de homem de corte, tais como: fortuna da pertença a uma larga família enobrecida pelo valor, fama e prestígio; educação em letras e armas; ações grandiosas e memoráveis em honra da pátria e de seus antepassados; virtudes fecundas que incitam as pessoas à emulação destas; conhecimento de várias artes, como a música, e a poesia; presteza de serviços e bons conselhos aos príncipes etc.

A nobreza de sangue familiar à qual os membros devem a dignidade concedida pela fortuna ou pela natureza é um lugar comum argumentativo balizado nos panegíricos ao Marquês de Marialva, principalmente naquele atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, no qual o belicoso caractere agente, enquanto membro de grande árvore genealógica, decorosamente a eleva entre as demais ilustres famílias do reino. Na vindoura estrofe desse panegírico coligido em *Música do Parnasso*, observamos a belíssima e aguda figuração do agente enquanto ramo de "excelsa planta":

II.

Sua genealogia	Vòs Ramo illustre de hua excelsa planta, Que em fecunda virtude ennobrecida, Entre os Troncos mais altos se levanta, Grande na estirpe, no valor crecida:
Donde descendem os Menezes.	Tam nobre sempre, que em nobresa tanta, Com agoa naõ, com sangue foy nascida, Da Infanta Heroyca; dando em tempos muytos De espadas folhas, de vittorias fruytos.

Tal estância sobre a nobre e antiquíssima genealogia do encomiado atualiza o *locus* de que os "[...] galhos quase sempre se assemelham ao tronco [...]" (CASTIGLIONE, 1997, p. 28), a fim de demonstrar que, no caso do figurado, honra-se o remoto sangue dos seus ilustres antepassados que o sustenta. Ademais, podemos averiguar em tal poema panegirical "[...] a tópica de que o rebento é primavera do tronco [...]" (MOREIRA, 2011, p. 188). Logo,

enquanto ramo ou membro que alarga uma estirpe, o caractere agente é figurado, de certo modo, como continuação de uma excelência, cuja memória é mantida pelo valor e pela "fecunda virtude" que a enobreceu e que seus brotos vigoram.

Castiglione (1997) nos aponta ainda a nobreza conquistada pela arte, pela inteligência e pelo modo brioso de se viver em sociedade como outro tipo de nobreza muito bem vista em um cortesão. Essa nobreza é conhecida como civil ou política e consiste num incremento e alargamento daquela herdada pelo sangue. Tal nobreza, no século XVII, por exemplo, era conferida pelos reis àqueles cujas virtuosas ações, sejam elas administrativas ou belicosas, traziam muitos benefícios e honras ao reino. Na vindoura estância do "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído ao Botelho de Oliveira, demonstra-se a honrosa mercê da titulação de Marquês concedida pelo rei "Sexto Affonso" ao Conde:

XVI.

El Rey Dom Affonso VI. Lhe dá o titulo de Marquez.

Marquez vos honra o generoso Atlante,
Se do Ceo naõ, da Lusitana terra,
Sexto Affonso, que em armas fulminante
Fez invicto o valor na justa guerra:
Naõ foy por desempenho, porque amante
Pagàra o esforço, que esse braço encerra,
Se Affonso fora no valor profundo
Não Rey de hum Reyno, naõ; Senhor de hum Mundo.

O caractere agente figurado nos dois panegíricos é um tipo nobre por sangue, um Conde[11], e também nobre por mercê real - Marquês[12]-. O encômio panegirical demonstra que

[11] Como nos pondera o padre Rafael Blueteau em seu *Vocabulário Português e Latino*, Conde: Derivase do Latim *Comes*, que naõ começou a ter esta significação, se naõ quando em Roma a lingoa Latina hya acabando. *Comes* propriamente significa companheiro, & este nome sedeu aos que acompanhavaõ os Emperadores Romanos, & aos Generaes dos exércitos, & no tempo do Emperador Justiniano, aos que tinhaõ algum cargo consipicuo na Corte, particularmente nas tribunas da Justiça [...]" (BLUTEAU, 1728, vol.2, p. 444). Além disso, conde designa, basicamente, uma titulação nobiliárquica hierarquicamente superior ao título de visconde e abaixo da titulação de Marquês. Era comum no século XVII, os condes deterem grandes propriedades de terra e exercerem jurisdições em determinadas vilas; exemplo disso era o Condado de Cantanhede, o qual pertencia hereditariamente, no Seiscentos, ao ramo dos Menezes no qual o Dom Antonio Luiz de Menezes estava diretamente ligado.

[12] Com relação à titulação de Marquês é curioso que "[...] derivaõ alguns de *Marcha* vocabulo Alemaõ, que significa Cavalo, porque ao Marquez chamam Mestre de Cavaleria [...]" (SAMPAYO, 1676, p. 70). Essa noção é atualizada por BLUTEAU (1728, vol. 5, p. 340-341) e acrescida pela consideração de que Marquês significa Governador de Províncias, normalmente situada nas fronteiras ou limites do reino. Os Marqueses de Marialva, por exemplo, eram conhecidos por praticarem a arte da cavalaria, inclusive a arte equestre por eles balizada era apelidada em Portugal como "Arte de Marialva". Enfim, o título de Marquês hierarquicamente é superior ao de conde e abaixo de Duque.

essa nobreza política condecorada pelo rei foi conquistada em virtude de suas ilustres ações belicosas em prol do bem comum da pátria.

O "Panegírico ao Marquês de Marialva" que se quer de Antônio da Fonseca Soares principia o discorrer poético acerca do encomiado apresentando-o com base na sua ilustre nobreza política e, de certa forma, também aludindo à tópica da argumentação sobre a sua nobreza hereditária ou sanguínea, qual seja, a noção de que o tronco da estirpe é tão recuado no tempo, que não se tem notícias das raízes que sustentam os vindouros membros:

1.

Generoso Marquez, invicto Marte,
Augusto ser de tronco inaccecivel,
Atlante Portuguez, q̃ em toda a parte
Credito dais à Patria de invencível;
Comvosco meu furor hoje reparte
Do methodo melhor que he possivel,
Permiti que esta penna mal limada
Em os fios se apàre dessa espada.

O louvor desse panegírico já é principiado a partir dessa estrofe, na qual se apresenta o tipo agente que se há de celebrar em tal encômio. A virtude da generosidade que corresponde à nobreza e excelência do ânimo daqueles tipos "melhores que somos" doutrinados aristotelicamente é a primeira predicação do *ethos* do Marquês. O encomiado também é um "Augusto ser", ou seja, um exemplo de varão majestoso e grave, tal qual era Eneias, herói troiano imitado na célebre *Eneida* de Virgílio como modelo de cidadão que honrava sua pátria. O Marquês lusitano também é predicado como um tipo de "Atlante", ou seja, "[...] varoens illustres, que com valor, sciencia, ou virtude sustentão o decoro, & a gloria dos Reynos, Republica, & Monarchias [...]" (BLUTEAU, 1728, p. 635). O encomiado é figurado como um tipo Atlante não só nesse panegírico atribuído a Antônio Lopes Cabral, mas também no outro encômio de nosso *corpus*, pois ambos os panegíricos imitam a nobre constância e a força do general diante da crueza imposta pelas labutas bélicas, a fim de proteger e restaurar sua pátria que estava sob o jugo castelhano ou espanhol. Por fim, naquela estrofe supracitada apresenta-se tal general como um "invicto Marte", sintagma este que nos pondera, antecipadamente, que a matéria celebrada nesse panegírico é heroica.

O herói é um tipo belicoso e virtuoso que agencia ações em conformidade com as virtudes que ele conjuga aquando da realização de tais feitos. O tipo heroico figurado nos dois panegíricos de nossa pesquisa é mais gracioso ou galhardo do que um guerreiro bruto, pois seu comportamento perante as labutas de Marte é ornado com a pompa das virtudes típicas do cortesão, como a ostentação, eloquência retórica, discrição, vigor do ânimo, eminência, honroso para com seus antepassados, soberania, constância em demonstrar excelência nos atos e ditos, zelo, primor etc. Decerto, tal figuração do Marquês como herói garboso é mais conveniente à finalidade do panegírico de festejar ou celebrar um tipo agente, pois o tipo de soldado bruto pratica ações que não são decorosas para serem comemoradas ou festejadas. O heroísmo pintado nos panegíricos de nosso estudo está fundado em virtudes ou disposições do caráter do agente em obrar determinados feitos dignos de honra, fama e memória.

> A virtude heroica desdobra-se em formas fundamentais: força guerreira, correspondente à coragem e aos grandes feitos de armas; sabedoria, corresponde à experiência, à prudência, ao bom conselho e à eloquência. [...] A força guerreira aparece em virtudes marciais como conhecimento da arte militar, destreza no combate e perícia em armas [...]. A sabedoria corresponde à experiência [...] e à astúcia do homem maduro [...] (HANSEN, 2008, p. 70).

Essas virtudes que tipificam o nobre herói são passíveis de serem averiguadas nos encômios panegiricais. Algumas virtudes fundamentais do tipo herói podem ser observadas na seguinte estrofe do panegírico atribuído ao fidalgo Botelho de Oliveira, que vem acompanhada por uma nota escolial disposta em sua margem lateral que brevemente nos aponta a finalidade da estância:

XXXII.

Em vosso peyto habitam finalmente
Todas as prendas do primor glorioso,
Se naõ sois mil Heroes, Conde excellente,
Sereis por vezes mil Heroe famoso:
Lograis bellico ardil, voz eloquente,
Prudente discriçaõ, valor ditoso
Severo agrado, sangue esclarecido,
Amado no temor, no amor temido.

Breve elogio de suas virtudes.

O “Conde excelente” e “famoso Heroe” de tal panegírico é ilustrado nessa estrofe como um grandioso herói predicado pela astúcia belicosa, pela discrição, pela prudência, eloquência, pelo “sangue esclarecido”, pelo venturoso valor etc. Essas “prendas do glorioso primor” ou virtudes conquistadas pelo trabalho e ânimo do encomiado caracterizam-no como um tipo eminente, assim como lhe conferem valor e, de certa forma, elas também são fundamentais para lhe instituir larga fama. O escritor e jesuíta seiscentista Baltasar Gracián, em seu tratado *O Herói*, postula que o trabalho virtuoso é “[...] uma semeadura de façanhas que promete colheita de fama, de aplauso e de imortalidade” (GRACIÁN, 1997, p. 48). Assim sendo, os ardis labores bélicos do encomiado dos panegíricos ora estudados são pintados como dignos de larga fama, perene memória e honra, porque foram realizados a partir de árduo esforço e constância no propósito da busca e manutenção do bem comum de sua pátria. O excelente trabalho do Marquês nos campos marciais contra os castelhanos é demonstrado como constante mesmo diante das adversidades do tempo ou clima, como diligente e corajoso mesmo diante dos infortúnios oriundos de fortes contra-ataques do inimigo, como prudente em escolher o momento oportuno para aplicar estratégias militares etc.

Dentre as virtudes fundamentais ao ânimo do tipo heroico ou guerreiro, protetor de sua pátria, celebrado em panegíricos, decerto, a coragem é a principal delas, uma vez que “[...] a coragem é nobre; portanto, seu fim também é nobre, pois cada coisa é definida pelo seu fim. Donde se conclui que é com uma finalidade nobre que o homem bravo age e suposta conforme lhe aponta a coragem” (ARISTÓTELES, 1973, p. 291). O caractere agente belicoso, como postulamos, agencia empresas em conformidade com seu *ethos*, portanto, o fim das ações do encomiado celebrado nos poemas panegiricais é nobre, porque seus feitos marciais são movidos principalmente pela coragem, à qual estão aliadas outras virtudes como a prudência, justiça, diligência e temperança. Destarte, o agente imitado nos panegíricos é considerado bravo, porque “[...] se mostra destemido em face de uma morte honrosa e de todas as emergências que envolvem o perigo de morte; e as emergências da guerra são, em sumo grau, desta espécie” (ARISTÓTELES, 1973, p. 290).

Tendo em vista que o caráter é “[...] o que nos faz dizer das personagens que elas têm tal ou tal qualidade [...]” (ARISTÓTELES, 1973, p. 448), podemos considerar o “personagem” Marquês de Marialva como um tipo ou “exemplar da glória humana” que possui uma nobre disposição de ânimo, que lhe possibilita decorosamente mensurar suas atividades em acordo com seu brio. São justamente as virtudes que sustentam suas ações

aquilo que o tipifica como “melhor que somos” e que nos possibilitam entender a que fins se direciona seu ânimo.

Os panegíricos, ao imitarem cenas bélicas em que o herói mobiliza sua força, astúcia, coragem, eloquência de capitão general, ligeireza e ciência militar, demonstram um predicado muito importante do tipo heroico, a saber, o despejo ou intrepidez. O despejo de um herói “consiste numa certa airosidade, numa indizível galhardia, tanto no dizer como no fazer, e até no discorrer” (GRACIÁN, 1997, p. 66). O despejo doutrinado como qualidade ou primor de um herói adequa-se também aos predicados de graciosidade dos feitos e engenhosidade da eloquência característicos do modelo de cortesão. A seguinte definição acerca de tal excelência, estabelecida por Baltasar Gracián (1997, p. 65), no décimo terceiro capítulo de seu célebre tratado *O Herói,* é um exemplo de primor heroico que concerne àquelas excelências do homem de corte: “o despejo [é] alma de toda prenda, vida de toda perfeição, galhardia das ações, graça das palavras, e feitiço de todo bom gosto [...]”. Esse primor do tipo herói, de certo modo partilhado com o cortesão, é aquilo que confere lustre à prudente eloquência, assim como formosura e gravidade às ações marciais do caractere agente dos panegíricos, ações estas intensificadas pela sua pompa e força na luta e pelo furor de sua procelosa espada, cujos agudos fios abrem veios de sangue nos campos de batalha.

3.4. MEMÓRIA, COMPARAÇÃO E AMPLIFICAÇÃO

Um dos principais artifícios retóricos para o engrandecimento do caractere agente celebrado em discursos encomiásticos é a comparação, por isso, julgamos necessário discutirmos o tipo de amplificação fundamentada na comparação, por meio da qual se eleva o valor e os feitos do caractere agente dos panegíricos seiscentistas que compõem o *corpus* de nossa pesquisa. O “PANEGIRICO/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR/ DOM ANTONIO LVIS/ DE MENEZES/ Dignissimo Marquez de Marialva, Com-/de de Cantanhede, do Conselho de Es-/tado, & Guerra, Presidente no da Fazen-/ da, & Capitaõ General das Armas/ Portuguezas./ Em a memorável victoria de/ MONTES CLAROS./ Composto/ POR FREY ANTONIO LOPES CABRAL/ Frei professo da Ordem de N. Senhor Jesu Chisto, Cape-/lão de S. Majestade, & Cantor de sua Capella Real, Bene-/ficiado em as Igrejas de S. Maria dos Olivares da/ Villa Thomar, & Santa Maria do Castello/ de Ponte de Lima.”, publicado no ano de 1665, na Oficina de Antonio Craesbeeck de Melo, em Lisboa, é um poema cuja exposição do louvor ao Marquês de Marialva fundamenta-se numa argumentação comparativa para

amplificar o encomiado. Já o "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/ po que governava as Armas/ de Portugal./", poema este que muito provavelmente foi produzido na segunda metade do século XVII e que foi publicado em 1705, numa compilação de muitos poemas também atribuídos ao poeta, advogado e político do Império Luso, Manuel Botelho de Oliveira (1636 - 1711), intitulada de *Música do Parnasso*, é um tipo de encômio que também recorre à comparação para celebrar o caractere agente, porém, não é um poema de narração comparativa tal qual aquela predominante no panegírico de Antônio Lopes Cabral.

O panegírico ao Marquês de Marialva atribuído a frei Antônio Lopes Cabral procura comparar o encomiado "[...] com pessoas de renome, pois resulta amplificado e belo se se mostrar melhor que os virtuosos." (ARISTÓTELES, 2005, p.80). Já o panegírico que se quer de Botelho de Oliveira recorre a variados tipos de comparação para engrandecer o encomiado, a saber, comparando-o com deidade, com objetos, com outros seres do mesmo gênero, em termos de excelência, e também com heróis do passado. Essa espécie de comparação do caractere agente com outros heróis aos quais se assemelha em virtudes e ações é digna de muito crédito para a amplificação da pessoa celebrada em panegíricos, porque, como nos assevera Cícero (2002, p. 360), é ilustre em um encômio a comparação entre varões excelentes.

O que se compara, por exemplo, no panegírico seiscentista atribuído ao Frei Antônio Lopes Cabral são as ações e as virtudes do Marquês de Marialva com os memoráveis feitos virtuosos de outros insignes varões do passado, a exemplo de Aquiles, Eneias, Aníbal, Cipião Africano, Viriato etc. Observe-se a seguinte estância desse encômio, para principiarmos a demonstração e desenvolvimento dos argumentos que ora estabelecemos:

4.

Se de Æneas nos conta o Mantuano,
Que depois desse estrago tam sabido,
A quem lhe deu o ser, do imigo insano,
Em seus hombros livrou cõpadecido;
Melhor vosso valor por soberano
Cantàra em seu Poema esclarescido,
Quãdo ẽ riscos vos visse, & ẽtre asõbros
Vossa patria livrar em vossos hõbros.

Nessa estrofe, engrandece-se o caractere agente festejado no panegírico perante a difundida memória de Eneias, piedoso e forte herói troiano imortalizado no poema épico *Eneida*, de Virgílio, poeta romano nascido na cidade de Mântua, em 70 a.C. e que morreu em 19 a. C. Nessa comparação, lembra-se que Virgílio, no seu poema heroico, canta e louva Eneias como um tipo "compadecido" ou piedoso, que, após a famosa destruição de Tróia, salvou e carregou em seus ombros "a quem lhe deu o ser", ou seja, seu pai, Anquises. Contudo, se o poeta Virgílio visse as ações do atlante Dom Antônio Luiz de Menezes, o Conde de Cantanhede, Marquês de Marialva e Capitão-General das Armas Portuguesas quando este restaurou sua pátria, em seus próprios ombros, decerto, seriam tais feitos valorosos e soberanos que ele melhor cantaria no "seu Poema esclarecido". A comparação, nesse caso, assemelha duas ações virtuosas e impressionantes empreendidas pelos dois heróis, porém, a façanha do Marquês de Marialva é maior perante o memorável feito de Eneias, pois enquanto este livrou seu pai do perigo em seus ombros, aquele libertou e sustentou todo o reino lusitano. No entanto, é importante salientar que o louvor do caractere agente não é realizado a partir do vitupério de Eneias, mas na relação com um breve encômio deste guerreiro troiano, o que implica maior mérito ou valia por parte do Marquês de Marialva, uma vez que é mais difícil engrandecer algo perante uma larga e ilustre memória, como é aquela que os anais da história preservam do herói troiano. O simples fato de se louvar comparando o Marques de Marialva com Eneias se caracteriza como uma forma de amplificação. Ao mesmo tempo em que se prefigura o soberano feito do caractere agente como uma memória digna de larga alçadura no tempo, também se lembra da elevada memória de um antigo herói de Tróia, do poeta que a imortalizou e do ilustre poema que figurou suas virtuosas ações e as disseminou pelo mundo. Logo, tal panegírico lembra uma ação heroica do passado com vistas a, de certo modo, instituir outra grandiosa ação como memória ainda maior e mais digna de celebração e valor do que aquela vinda de recuado passado.

Nos exercícios de retórica há importantes considerações sobre a comparação. Por exemplo, nos *progymnásmata* de Elio Teón, de modo similar à definição de comparação estabelecida em outros exercícios preparatórios de retórica, como o de Hermógenes e Aftônio, assevera-se que "una comparación es una composición que confronta lo mejor o lo peor" (TEÓN, 1991, p. 128). Destarte, ao argumentar que comparar é confrontar algo digno de louvor ou vitupério, podemos pensar que comparação é encontro, aproximação ou relação de, no mínimo, duas coisas, com vistas a distinguir e amplificar a matéria celebrada. A argumentação comparativa empreendida naquela quarta estrofe do panegírico atribuído a

Antônio Lopes Cabral é um exemplo disso, porque estabelece um confronto, logo, um encontro de duas ações semelhantes em certo aspecto, porém, ao relacioná-las, a ação obrada pelo Marques de Marialva é soberana em comparação à ação de Eneias ao livrar seu pai do "i[ni]migo insano". A comparação é um artificio retórico que opera semelhança e distinção por meio da aproximação e relação entre pessoas ou coisas, das quais uma tende a engrandecer, com o objetivo de se equiparar ou superar a outra com a qual é posta em confronto. É importante ressaltarmos que

> [...] las comparaciones no se hacen entre quienes mantienen entre sí una gran diferencia, pues es ridículo que uno dude cuál de los era más valiente, Aquiles o Tersites, sino entre quienes son semejantes y entre aquellos acerca de los cuales discutimos cuál de los hay que colocar delante [...] (TEÓN, 1991, p. 128-129).

No encômio, a comparação é composta por predicados ou qualidades semelhantes entre as coisas aproximadas. Tal artifício retórico amplificativo recorre a muitos lugares argumentativos do encômio e, por isso, segundo Hermógenes (1991, p. 192):

> En efecto, comparamos ciudad con ciudad, de las cuales proceden los hombres, linaje con linaje, crianza con crianza, ocupaciones, acciones, biens externos, modos de muertes y circunstancias posteriores. Del mismo modo, si compararas árboles, confrontarás los dioses que los otorgaran, los lugares em los que se producen, su cultivo, la utilidade de sus frutos, etc. Igualmente, se compararas [...] las cualidades de su espíritu y [...] las de su cuerpo [...].

O panegírico, de um modo geral, é um tipo de discurso que recorre principalmente ao *locus* argumentativo das ações, uma vez que tem por objetivo amplificar os feitos do caractere agente em relação às proezas de grandes heróis do passado. Recorre-se também ao lugar-comum do louvor que concerne ao ânimo e caráter do encomiado perante determinadas situações, nas quais ele demonstrou determinadas virtudes e empenhou grande força para alcançar a vitória, um exemplo disso pode-se averiguar naquela quarta estância anteriormente citada do "Panegírico a Dom Antônio Luiz de Menezes, o Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede", atribuído a Frei Antônio Lopes Cabral, estrofe aquela que argumenta sobre a força e o soberano valor do encomiado diante de assombrosos riscos oriundos dos campos marciais, que ele corajosamente enfrentou em prol de restaurar sua pátria.

Hermógenes, em seus exercícios de retórica ou *progymnásmata*, apresenta-nos que o artifício de comparar ações com ações, linhagens, virtudes com virtudes, objetos, etc., possui certas tipologias, que conduzem

> [...] las comparaciones según el principio de la igualdad, mostrando como iguales los objetos que comparamos, ya sea en su totalidade o en su mayor parte; a veces preferimos una cosa a otra, aunque encomiamos también aquello a lo que preferimos esto; otras veces vituperamos enteramente una cosa, mientras que alabamos outra, por ej.: si expusieras una comparación entre justicia y riqueza. Hay también comparaciones con un objeto superior, en donde la cuestión reside en mostrar al inferior como igual al superior, por ej.: si expusieras una comparación entre Hércules y Ulises [...] (HERMÓGENES, 1991, p. 192).

O tipo de comparação predominante nos panegíricos analisados em nossa pesquisa é aquela formulada com vistas a amplificar o caractere agente figurado nos poemas, por isso, o confronto operado pelo artifício de comparar determinadas ações e virtudes do caractere celebrado com aquelas ações praticadas por um herói exemplar, evidencia-nos que o artífice do poema toma partido dos feitos e do valor do encomiado. Contudo, como já argumentamos, o engrandecimento laudatório do Marquês de Marialva é estabelecido concomitantemente ao louvor do exemplo comparado, a fim de se empreender aquele tipo de comparação entendida por Aftônio (1991, p. 246), como um encômio dobrado. Além disso, também podemos verificar a comparação do Conde de Cantanhede com um ser superior na XXVIII estrofe do "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira:

Comparaçaõ de Jupiter cõntra os Castelhanos.

XXVIII.

Se fulminais ousado, forte, & ledo
Contra Iberos Gigantes a pujança,
Oh que estrago! oh que lastima! oh que medo!
Quando a espada tratais, brandis a lança:
Muy cedo pelejais, venceis mais cedo
O Transtagano ardor Flegra se alcança,
Vendo Iberos Gigantes, senaõ erro,
Por Jupiter a vòs, por rayo o ferro.

Tendo em vista que na comparação, como nos argumenta Quintiliano (V, 10, 73, 2015, p. 255), demonstra-se a semelhança entre as coisas aproximadas ou se evidencia o contrário,

podemos averiguar que na estrofe citada acima o caractere agente pode ser comparado com um objeto superior, o deus Júpiter, pelo fato de ele ter lutado habilidosamente com espada e lança contra os Castelhanos ou "Iberos Gigantes", em terras além do rio Tejo, como aquela deidade lutou contra os gigantes no território de Flegra[13]. Em tal estância opera-se um cotejo não só entre o encomiado e o deus, mas também entre o ardor do Transtagano campo de batalha com o ardente Flegra, campo de batalha onde ocorreu a mitológica batalha entre os deuses e os Gigantes[14], batalha esta conhecida como *Gigantomakhía*; além disso, comparam-se também as armas portadas pelo encomiado com os raios usados por Júpiter para fulminar os colossais inimigos e, de certo modo, aproximam-se os Castelhanos com os mitológicos Gigantes. Tal cotejo discorrido na estrofe XXVIII do "Panegírico ao Marquês de Marialva" que se quer de Botelho de Oliveira nos é comentado na nota lateral ou escólio: "Comparaçaõ de Jupiter cõ-ntra os Caste-lhanos". Portanto, o "ousado, forte e ledo" Marquês é como Júpiter contra os grandes e fortes Castelhanos.

Esse belíssimo artificio de comparação entre o encomiado com um objeto ou ser superior, um deus, não tornou a ação do Marquês maior que aquela obrada por Júpiter, porém, o Marquês ainda é amplificado, pelo fato de seus feitos bélicos serem dignos de comparação com as mitológicas façanhas daquele deus romano. É um tipo de comparação não necessariamente de confronto entre as coisas comparadas, mas sim uma aproximação entre ações belicosas, as quais possuem certa semelhança.

Além desse tipo de cotejo dos feitos bélicos do caractere agente com objetos superiores, o panegírico seiscentista compilado em *Música do Parnasso* aproxima e assemelha a constância do Conde de Cantanhede na bonança e nas adversidades ocorridas no campo de batalha com a firmeza de um objeto, o escolho:

---

[13] De acordo com o Padre Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* ..., publicado em 1728, no sexto volume, p. 485: "Phlegra ou Flegra era uma cidade da Macedonia, que deu o nome ao famoso campo, em que, segundo a fabula, os Gigantes deraõ batalha aos deoses. Na Provincia da Campania, perto de Cumas, houve outro campo deste nome, em que dizem, q Hercules, ajudado com os rayos, que os deoses lançavaõ, desbaratou os Gigantes, & porque neste campo ha muita pedra de enxofre, & com a ventilação dos ares se geraõ huns bulcões com frequentes terremotos, fingio a Fabula que as ígneas exalações com violentas agitaçoens da dita terra, erão suspiros dos Gigantes, enterrados nella."

[14] Os Gigantes são seres, cujo nome deriva etimologicamente "[...] do Grego *Gi*, Terra, & *Gaein*, *nascer*, porque segundo Orpheo, & Hesiodo, naceraõ os *Gigantes* da Terra, & do sangue do Ceo. [...] foraõ homens de enorme grandeza, com pés, a modo de cauda de Dragaõ, que nos campos de Phlegra ajuntaraõ montes huns sobre outros para entrarem o Ceo a escala vista, que foraõ fulminados por Jupiter, & enterrados debaixo de diversos montes [...]" (BLUTEAU, 1728, v. 4, p. 70).

XXIX.

Sua constancia no bom, ou mao sucesso.

Qual firme escolho, que no mar resiste
Ao crystallino impulso, que discorre,
Ou quando o mar com crespa furia insiste,
Ou quando o mar com terso aljofar corre:
Assim tambem quando a borrasca assiste,
Assim tambem quando a bonança occorre,
Jà do bem, já do mal; ao mesmo instante
Constante sois no bem, no mal constante.

Tal estrofe se fundamenta em um tipo de comparação que estabelece uma decorosa relação de semelhança ou aproximação entre coisas, cuja qualidade comum é a resistência diante de adversidades da fortuna. A constância do Marquês de Marialva é análoga à firmeza do escolho, espécie de rocha, penha ou rochedo, cujo cume fica na superfície do mar; por isso, assim como tal rocha que resiste ao "crystalino impulso" da água do mar tanto em tempos de tempestades quanto em tempos de calmaria, nos quais o liso cristalino ou "terso aljôfar" escorre sobre as águas marinhas, o caractere agente belicoso é figurado como um tipo que permanece firme em sua resolução de defender a pátria nos campos de batalha, quando estes estão, metaforicamente, em tempos de "borrasca" e "bonança". Ademais, essa comparação nos é evidenciada a partir do primeiro verso, pela partícula comparativa "qual". Tal tipo de analogia entre uma virtude do encomiado - a constância - com a resistência e firmeza do escolho, concerne àquele tipo de comparação entre personagens e coisas, citada por Aftônio (1991, p. 246).

Já com relação às comparações das ações realizadas por varões ilustres, as quais predominam na narração do "Panegírico ao Marquês de Marialva" atribuído a Antônio Lopes Cabral, mas que também são passíveis de percebermo-las no encômio panegirical reunido em *Música do Parnaso*, Elio Teón preceitua nos seus *progymnásmata* que para a composição de discursos, nos quais se comparam ações, pode-se selecionar

> [...] las más hermosas y las responsables de más y mejores benefícios, las más firmes y las más duraderas, las realizadas más oportunamente, aquella de las que, en caso de no realizarese, resulta un gran daño, las que son resultado de la libre voluntade más que las debidas a la necesidad o al azar, las que unos pocos realizaron más que las que realizaron muchos (pues las empresas comunes y macivas no son muy dignas de elogio), las que hicimos en médio de fatigas más que las realizaas cuando era posible [...] (TEÓN, 1991, p. 129).

Para discutirmos essas considerações citadas e outras questões, atentemo-nos à seguinte estrofe do panegírico seiscentista de Antônio Fonseca Soares:

13.
Se chamado de Italia o graõ guerreiro
Empunhou o bastaõ cõ brio ardente,
Por mostrar seu esforço verdadeiro,
Em vẽcer de Hannibal essa Afra gẽte;
Vòs mostrais no valor ser o primeiro,
Pois vẽceis Hespanhoes, naçaõ valẽte;
E quando o Scipiaõ vence Africanos,
Venceis vós os valentes Castelhanos,

Em tal estrofe, amplifica-se o Marquês de Marialva a partir da aproximação da sua vitória sobre os Castelhanos com a vitória de Cipião, "o graõ guerreiro de Italia", sobre os Africanos, liderados por Aníbal. Como é comum nas estrofes desse panegírico seiscentista, primeiramente se apresenta o célebre e memorável feito de um varão do passado, feito este exposto com base na verossimilhança, a fim de posteriormente demonstrar soberano o valor e/ou a ilustre ação realizada pelo Marquês de Marialva. Deste modo, enquanto Cipião é louvado como aquele grande guerreiro de Itália que se tornou digno de portar o bastão ou insígnia de comandante, justamente por seu valoroso empenho "em ve[n]cer essa Afra ge[n]te de Hannibal", o valor do Marquês de Marialva é posto como maior do que aquele de Cipião, pois o capitão-general das armas lusitanas venceu os Castelhanos, considerados como uma nação mais valente do que aquela africana, que Aníbal liderava. A comparação entre os dois heróis demonstra-nos que eles são semelhantes no brio de suas vitórias. Esse tipo de comparação entre coisas símiles decerto, é mais digna de crédito para o engrandecimento do caractere agente, pois resultou do confronto de determinada vitória do Marquês com a memorável vitória do italiano guerreiro Cipião, que é conhecido, na história, por vencer os púnicos ou gente africana, liderada por um grande estrategista militar, Aníbal, aquando da segunda Guerra Púnica[15]. Portanto, a comparação é o artificio retorico que nos evidencia a semelhança e/ou diferença entre coisas.

[15] As Guerras Púnicas "[...] opuseram Roma a Cartago (cidade do Norte de África fundada por fenícios, a quem os Romanos chamavam *Poeni*) e configuraram uma disputa cerrada pelo domínio do Mediterrâneo. Geralmente, divide-se este confronto – um dos mais prolongados do mundo antigo – em três etapas: a Primeira Guerra Punica sucedeu entre 264 e 241 a. C. e centrou-se sobretudo na Sicília; a Segunda Guerra Punica – a mais

Com relação ao símil ou semelhança, faz-se necessário trazer a baila o que nos argumenta Henrich Lausberg (2004, p. 238):

> O semelhante (*simile*, *ὅμοιον*; [port. símile]), que é empregado como *locus* comparativo e como *ornatos*, consiste em que uma qualidade seja comum a várias (pelo menos duas) coisas. A qualidade, que é comum às coisas semelhantes, chama-se *tertium comparationis* (p. ex., a fortaleza e a rapidez do leão e de Ulisses) [...].

Destarte, podemos considerar que a comparação de ilustres varões semelhantes, seja por ações ou predicados, também tem por finalidade distinguí-los a partir daquilo que os assemelha. Ora, se naquela décima terceira estrofe do "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído a Antônio Lopes Cabral, compara-se, poeticamente, o caractere agente com um exemplo de antigo herói - Cipião Africano -, de certa forma é porque os dois heróis confrontados pelo cotejo possuem algo de semelhante, no caso, o valor das vitoriosas ações belicosas que eles alcançaram em prol de suas pátrias, aquando líderes ou generais de seus exércitos, porém, as ações e virtudes que os aproximam também os distinguem, uma vez que o feito do Marquês de Marialva foi elevado em relação ao semelhante feito agenciado por Cipião. Ademais, para o estabelecimento da verossímil comparação naquela estrofe poemática, recorreu-se a um exemplo histórico, a saber, a memorável vitória do esforçado Cipião Africano sobre as armas do general púnico, Aníbal, com o intuito de produzir e argumentar, a partir da verossimilhança, que a vitória do nobre encomiado é mais valorosa do

---

espetacular de todas, associada a figura do lendário general cartaginês Aníbal Barca – decorreu entre 218 e 201 a. C. e a Itália foi o seu palco principal; por fim, a Terceira Guerra Punica circunscreveu-se a uma pequena região do Norte de África, tendo demorado apenas três anos – de 149 a 146 a. C." (MONTEIRO, 2015, p. 145-146). A Segunda Guerra Púnica foi o momento em que o comandante e estrategista militar cartaginense Aníbal Barca (208 a.C. – 182 a. C.) obteve memoráveis vitórias sobre os exércitos romanos, como aquela sucedida às margens do Lago Transímeno, onde o exército romano foi derrotado e seu cônsul general Caio Flamínio foi morto em 21 de junho de 217 a. C.; Aníbal também atuou de modo célebre e foi vitorioso na Batalha de Canas, "[...] uma das maiores batalhas do mundo antigo e a maior derrota da historia de Roma [...]" (MONTEIRO, 2015, p. 171), peleja essa em que o enorme exército romano era comandado pelos cônsules Lúcio Emílio Paulo e Caio Terêncio Varrão. A Batalha de Canas recebe esse nome por ter ocorrido no território de Canas, situado na Ampúlia (Itália). Aquele general púnico só foi derrotado em Zama, região perto de Cartago, que conferiu nome à batalha de Zama (202 a. C.), cujos romanos tinham por líder Público Cornélio Cipião Africano. Essa batalha "foi um combate quase sem preliminares, ao contrario do habitual, e os dispositivos táticos não parece terem sido muito distintos, muito embora os Romanos tenham organizado uns corredores para contrariar as investidas dos elefantes, enquanto Aníbal optou, quiçá pela primeira vez, pelo uso de reservas, a maneira romana [...]. Na fase final da batalha, Aníbal foi obrigado a travar os seus veteranos, pois os cadáveres e o sangue que inundavam o terreno provocavam um risco elevado de as tropas escorregarem. Enquanto isso, Cipião alargou a sua frente, colocando os *hastati* e os *principes* nos flancos dos *triarii*, para evitar ser envolvido pela larga frente punica. Deu-se então o choque dos núcleos duros dos dois exércitos, tendo a peleja, bastante equilibrada, acabado por ser decidida quando a cavalaria de Cipião, que perseguira os seus adversários em debandada, regressou ao campo de batalha, envolveu o exercito de Aníbal por trás e perpetrou uma chacina com sabor a vingança, catorze anos depois de Canas…" (MONTEIRO, 2015, p. 186).

que aquela obrada pelo “graõ guerreiro de Italia”. Sendo assim, nessa comparação, se “[...] deduce por contraste un mayor grado de importancia para el objeto comparado” (AFTÔNIO, 1991, p. 246). O exemplo ou paradigma, como nos assevera Lausberg (2004, p. 241), diz respeito a uma matéria mais concreta ou particular do símil e, por isso, consiste em um fato estabelecido ou delimitado por meio da história, da literatura ou da mitologia, fato este que é usado na comparação com algo argumentado no discurso. O tipo de comparação predominante nos dois panegíricos ora estudados é um procedimento de amplificação que se fundamenta, ou melhor, que “[...] corresponde ao *locus a minore ad maius* e é um esquema de superação, pelo qual um *exemplum* (histórico, literário ou fictício), que já realiza em grau elevado, é superado pelo objeto tratado agora [...]” (LAUSBERG, 2004, p. 108). Exemplo disso é patente de notarmos na seguinte estrofe, que faz parte da proposição retórica do panegírico atribuído a Antônio Lopes Cabral:

3.

Cessem os de Carthago de jactarse
Do valor de Hannibal tam excellente,
Cessem ja os Romanos de acordarse
Daquelle Scipiaõ por eminente,
Não queira Portugal jamais lembrarse
Desse grande Viriato por valente,
Pois hoje vos vè ser proprio retrato
De Hannibal, Scipiaõ, & Viriato.

Vale ressaltar que os cotejos operados pelo artifício de comparação são sintéticos e seletivos, por isso, nos panegíricos não se comparam todas as ações ou a totalidade de uma ação realizada pelo Marquês de Marialva com todas as empresas ou com uma ação minuciosa realizada, por exemplo, pelo “tam excellente Hannibal” ou pelo grande general romano Cipião. Tal questão se deve ao fato de que, como nos adverte Aftônio (1991, p. 246-247), na comparação encomiástica não se confronta uma totalidade com outra, uma vez que isso resulta em algo longo e pesado, por isso, o mais conveniente é comparar um elemento excelente ou que sobressai com outro.

As comparações efetuadas nos dois panegíricos que constituem o *corpus* da nossa pesquisa têm como fim a amplificação da matéria do discurso encomiástico. A amplificação

retórica é um "[...] discurso pelo qual se engrandece o assunto de que se trata, ou seja, desenvolvendo-se mais, ou adicionando-lhe ornatos, argumentos etc., ou exagerando" (LAUSBERG, 2004, p. 107-108), por isso, ela é um recurso fundamental na demonstração da grandeza das virtudes e ações do objeto do qual se toma partido no encômio.

> A amplificação enquadra-se logicamente nas formas de elogio, pois consiste em superioridade e a superioridade é uma das coisas belas. Pelo que, se não é possível comparar alguém com pessoas de renome, é pelo menos necessário compará-lo com as outras pessoas, visto que a superioridade parece revelar a virtude. Entre as espécies comuns a todos os discursos, a amplificação é, em geral, a mais apropriada aos epidícticos; pois estes tomam em consideração as ações por todos aceites, de sorte que apenas resta revesti-las de grandeza e de beleza [...] (ARISTÓTELES, 2005, p. 80).

O panegírico, por ser um tipo de encômio pertencente ao gênero demonstrativo da retórica, que, de acordo com o anônimo da *Retórica a Herênio* (2005, p. 145), destina-se ao louvor e ao vitupério, tem por fim demonstrar serem exemplares e superiores as ações do encomiado em relação analógica aos feitos agenciados por alguns renomados heróis do passado e que, por serem exemplares, as belas ações do caractere agente também são dignas de aplauso, emulação e longuíssima memória. Isso concerne ao fato de que "no género epidícticio, a amplificação dever ser empregada para provar que os factos são belos e úteis, pois tais factos têm de ser dignos de crédito [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 218-219). Um exemplo de amplificação, na qual se toma a matéria celebrada como superior a um grande feito de um varão de renome, pode ser verificado, por exemplo, naquela décima terceira estância do panegírico atribuído a Antônio Lopes Cabral, que foi citada anteriormente, e em que se defende o valor demonstrado pelo Marquês de Marialva, quando este venceu os valentes castelhanos, como superior ao brio que o conhecido guerreiro romano, Cipião Africano, demonstrou ao derrotar a africana gente de Aníbal.

A amplificação retórica fundamentada na comparação da matéria do discurso com algum grandioso exemplo mitológico, histórico ou literário, como argumentamos, é um eficaz recurso de engrandecimento da causa tratada, uma vez que o fato de se aproximar ou equiparar o caráter e/ou os feitos do Marquês com alguém renomado por suas proveitosas e grandiosas ações, já é um artificio de engrandecimento do encomiado celebrado no panegírico. Destarte, o tipo de amplificação "[...] que é feita por comparação busca um incremento [...]" (Quintiliano, VIII, 4, 9; 2016, p. 279) do valor e dos feitos do caractere agente, a partir de outras coisas belas e honrosas. Exemplo disso podemos verificar na

vindoura estrofe do panegírico seiscentista atribuído a frei Antônio Lopes Cabral, na qual se discorre sobre a importância que, segundo o poeta Homero, os fortes gregos davam a Aquiles, o herói celebrado na epopeia *Ilíada*, e por isso eles o elegeram Capitão de seu exército, a fim de irem ao cerco de Tróia - o "acédio tam chorado" -, em relação congruente com o empenho de Portugal em tornar o encomiado "Cabo" ou Capitão das armas lusas, em virtude de a diligência de Dom Antônio Luiz de Menezes inspirar a confiança de "que quem comvosco vai leva sabido que hade ser vencedor, & não vecido":

6.

Se de Achiles, Homero celebrado
Nos refere que a Grega, & forte gente
Não quis hir ao acédio tam chorado
Sem Capitão levar tam eminente;
Ia vejo Portugal todo empenhado
Em levarvos por Cabo diligente,
Que quem convosco vai leva sabido
Que hade ser vencedor, & não vẽcido.

O artífice anônimo da *Retórica a Herênio* (2005, p. 145) argumenta-nos que a amplificação é um recurso adotado para incitar ou animar o público, por meio dos lugares-comuns da argumentação delimitados pelo uso e costume. É importante ressaltar que há vários *loci* ou sedes de inferências sobre alguma matéria, às quais a amplificação epidítica pode recorrer para empreender o louvor do caractere agente, a exemplo dos lugares-comuns relativos à família, à pátria, ao nascimento, sexo, à educação para as labutas bélicas etc., e que também há outros tipos de amplificação, além daquela fundada na comparação, como nos assevera Quintiliano (2016, p. 277)[16], porém, o estudo empreendido nesta seção do capítulo

[16] As outras espécies de amplificação, além da comparativa, apresentadas por Quintiliano, em sua *Instituição Oratória*, (VIII, 4, 3; 2016, p. 277) são: o incremento, a acumulação, e o raciocínio (silogismo). O incremento possui "[...] grande força de expressão, porque faz parecer grande até aquilo que é inferior. Pode ele ser feito ou com uma gradação ou com muitas e atinge não só o ponto mais alto, mas por vezes, de algum modo, o mais além, o suprassumo" (QUINTILIANO, VIII, 4, 3, 2016, p. 277). Com relação ao raciocínio, Henrich Lausberg nos pondera no seu *Elementos de Retórica Literária*, em acordo com as considerações estabelecidas por Quintiliano em sua *Instituição Oratória*, que "a *ratiocinatio* é uma ênfase de pensamento, na qual, a partir das circunstâncias (signa) concomitantes, se podem tirar conclusões, quanto às dimensões do objeto em si, sem que este raciocínio (*ratiocinatio*) seja levado a cabo: [...] [Lus. IV, 28 *Deu sinal a trombeta Castelhana, / Horrendo, fero, ingente temeroso;/ Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana / Atrás tornou as águas de medroso; / Ouviu o Douro e a terra Transtagana, / Correo ao Mar o Tejo duvidoso; / E as mães que o som terríbil escuitaram, / Ao peito os filhinhos apertam*. Pelos sinais concomitantes pode o leitor avaliar quão grande sea a batalha (N. T.)]" (LAUSBERG, 2004, p. 109). Já a acumulação ou congérie "[...] é uma conglomeração de sinônimos (*congeries verborum, exaggeratio a synonymis*), ou de membros de enumeração (*congeries rerum*), a qual não ascende forçosamente por graus, mas pode ser também, p. ex., caótica" (LAUSBERG, 2004, p. 109).

pauta-se principalmente na forma de amplificação estabelecida a partir da comparação ou do *locus a simile*, por meio do qual se confrontam o valor e as ações da pessoa celebrada com qualidades e feitos de outros seres, aos quais ela se assemelha. O engrandecimento das belas ações e virtudes do encomiado corresponde a certos *loci*, porque o próprio louvor, em acordo com considerações aristotélicas estabelecidas na sua *Retórica*, constitui-se a partir da mobilização de determinados lugares-comuns, a exemplo daqueles apresentados e discutidos por nós, em capítulo anterior, que foram balizados pelo grego Retor Menandro, em seção de *Dos tratados de retórica epidíctica*, por Teón, Hermógenes e Aftônio, em seus *progymnásmata*, e por Quintiliano, em sua *Instituição Oratória*. Destarte, "[...] a fonte dos pensamentos para a *amplificatio* são os *loci*" (LAUSBERG, 2004, p. 106).

O lugar de argumentação fundado na semelhança de conceitos das coisas, o *locus a simile*, o qual se verificou naquelas estâncias citadas anteriormente, também é empregado na seguinte estrofe do "Panegírico ao Marquês de Marialva", reunido em *Música do Parnaso*:

XXVII.

Comparaçaõ com a Aguia mais avanteja-do.

Qual Aguia illustre, que do Sol os rayos,
Sendo de altivas plumas adornada,
Sem maltratarse à lus, sem ter desmayos,
Bebe constante, oppõemse remontada:
Vòs remontado em bellicos ensayos,
Vendo rayos de Marte na estacada,
Aguia sois, & subis com mais instinto,
Ella ao Planeta quatro, vòs ao quinto.

O objeto ou coisa usada para estabelecer uma analogia com o guerreiro lusitano festejado em tal panegírico é a Águia. Essa ave foi escolhida como objeto de comparação, decerto porque "entre as aves se tem por mais nobre a Aguia, pelo valor nativo, com que as domina, & contando ao Sol os rayos, se avezinha mais a suas luzes [...]" (SAMPAYO, 1676, p. 12). O artificio de amplificação empregado em tal estância primeiramente apresenta a "Aguia illustre", predicando-a como a soberana ave "remontada", cujas plumas são aformoseadas pelos fios de sol que vertem sobre si, os quais tal ave colhe e confronta, em elevada altura, sem perder seu vigor e "sem maltratarse à lus". O Marquês, por sua vez, tornou-se remontado ou engrandecido por meio de seus "bellicos ensayos" - as experiências advindas das labutas marciais -, porém, os raios aos quais ele se opõe são os "rayos de

Marte", que muito provavelmente é metáfora dos soldados dispostos nas estacadas com suas espadas e lanças. Destarte, o predicado comum aos dois nobres seres comparados é o serem remontados ou engrandecidos: a águia por natureza e o Marquês de Marialva pelas experiências nos campos de batalha. Contudo, essa maravilhosa comparação pelo *locus a simile* estabelece certa amplificação do caractere agente frente à nobre ave, ao argumentar que ele é águia - "Aguia sois" -, cujo "instinto" o eleva mais alto do que a ave, por isso, enquanto ela sobe até o "quarto Planeta", o planeta Marte, mitologicamente considerado o lar da deidade que lhe confere nome, o avantajado guerreiro lusitano, por sua vez, alcança o "quinto [Planeta]", ou seja, Júpiter, que segundo a mitologia romana é o lar do pai dos deuses, ao qual se deve o nome de tal planeta. Na mitologia, a águia é o animal que o deus Júpiter tem ao seu lado, mas, em tal estância, para se engrandecer o brio do encomiado, o elevou ao planeta do pai dos deuses, e a águia foi posta abaixo, no planeta Marte, que comumente é associado, em virtude de sua cor vermelha, aos campos de guerra cobertos de sangue. Destarte, por meio de tal argumentação amplificadora podemos entender que

> a função principal da amplificação é o aumento (vertical). A execução deste aumento (vertical) pode dar como resultado um alargamento (horizontal) da expressão. Portanto, o que verticalmente se aumenta, é a matéria do discurso ou um pensamento, que serve para o seu tratamento, facto esse que geralmente acarreta um alargamento da formulação linguística. (LAUSBERG, 2004, p. 106).

Assim sendo, aquele procedimento de louvar ao Marquês de Marialva em relação analógica à remontada águia é uma maneira de produzir um engrandecimento vertical do encomiado, que é figurado como mais avantajado que a nobre ave. Além disso, o uso de predicativos para a águia, a exemplo de "ilustre", "adornada de altivas plumas", "remontada" e forte ao ponto de não se maltratar ou perder o ânimo perante os raios do sol, e também a qualificação do Marquês em analogia aos predicados da nobre ave, a saber, "remontado em bellicos ensayos" e mais instintivo que a águia, de certo modo, caracteriza-se como um alargamento horizontal da exposição ou narração. O desenvolvimento da formulação linguística predicativa tanto do caractere agente quanto da águia influencia também na amplificação da matéria do panegírico, pois o valor do encomiado ficou ainda mais elevado e admirável em relação a algo qualificado como admirável e nobre pelo ânimo, vigor, força e beleza.

4. BREVIDADE, CLAREZA E RELAÇÕES TEXTUAIS DOS ESCÓLIOS DO PANEGÍRICO AO MARQUÊS DE MARIALVA, ATRIBUÍDO A MANUEL BOTELHO DE OLIVEIRA

O "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal./", cuja composição é atribuída ao poeta Manuel Botelho de Oliveira[17], é tipo de discurso laudatório produzido provavelmente na segunda metade do século XVII e impresso no ano de 1705, em *Música do Parnaso*, conjuntamente com outros poemas também atribuídos ao artífice. Tal discurso está disposto em trinta e quatro estrofes em oitava rima toscana, das quais trinta e uma vêm acompanhadas por notas situadas em uma das margens laterais das estrofes. É importante frisar que quando nos referirmos à "obra": "Panegírico ao Marquês de Marialva", nós a estamos compreendendo como uma unidade poemática, da qual as notas marginais conhecidas como escólios e a didascália também fazem parte. Destarte, procurar-se-á analisar os escólios, tendo em vista que eles são elementos constitutivos do poema, por isso também os estudaremos a partir de suas relações com os demais dispositivos textuais que compõem esse panegírico.

O poema que ora discutimos se adequa à definição retórica do gênero panegirical enquanto discurso laudatório ou "[...] Oração com que celebramos toda a vida de huma pessoa" (ALCAÇAR, 1750, p. 42). Ao estabelecer esse tipo de louvor, o artífice discorre por meio de uma ordem temporal sobre momentos e empresas importantes da vida do nobre encomiado, a fim de demonstrar o empenho e a constância desse caractere agente em ser virtuoso durante sua vida. Um dos elementos desse artefato que também nos faz perceber essa disposição sequencial-cronológica do louvor da vida figurada no discurso são os escólios, espécies de notas que se caracterizam como breves e pedestres comentários da provável matéria tratada nas estâncias, e que, por isso, muitas delas, ao discriminarem o assunto ilustrado na estrofe, acabam por nos apontar rapidamente uma etapa da vida do encomiado como, por exemplo, a educação quando criança, a juventude, o casamento etc.

---

[17] "O poeta Manuel Botelho de Oliveira nasceu em 1636, na Bahia, e aí faleceu em 05 de janeiro de 1711, aos 75 anos de idade. Segundo Barbosa Machado, em sua Biblioteca Lusitana (publicada entre 1741 e 1758), Manuel Botelho estudou Jurisprudência Cesária na Universidade de Coimbra, e mais tarde exercitou em sua pátria, "com muito crédito", a Advocacia de Causas Forenses; exerceu também o cargo de vereador do Senado e capitão-mor. Quanto a suas obras, Barbosa Machado menciona somente a publicação, em 1705, do volume de poesias Musica do Parnaso, dividida em quatro coros de rimas. [...]" (MUHANA, 2011, p. 35).

Os escólios do panegírico ao Marquês de Marialva são notas breves e claras dispostas nas margens laterais das estrofes às quais remetem. É importante ressaltar que não podemos afirmar ou asseverar quem é o compositor dessas anotações, mas podemos supor como artífice o "autor" do poema, o(s) leitor(es) que o emendaram aquando de sua circulação, o editor ou outra pessoa qualificada; pois, como se sabe, os poemas produzidos no século XVII circulavam em diversos tipos de manuscritos, como, por exemplo, livros de mão, e, também, em folhas volantes, antes de serem reunidos em obras miscelâneas impressas; por isso, nessa circulação, eles poderiam muito bem ser incrementados com novas partes ou dispositivos textuais. Com isso, podemos pensar que o panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, também pôde ter circulado pela cidade da Bahia e pelo Reino luso, antes de ser coligido em *Música do Parnaso.* Tal poema poderia muito bem ter sido modificado e acrescido de novas partes, com o intuito de torná-lo mais inteligível ou acessível para aqueles que o tomariam como objeto de recepção. A produção dos escólios de tal encômio panegirical poderia, de certo modo, ser pensada a partir dessa questão, uma vez que eles testemunham uma recepção da obra, recepção esta que ajuizou necessária a escrita de comentários para servirem como informação basilar da interpretação das ornamentadas estrofes poemáticas. De qualquer forma, mesmo tendo sido escritos ou não pelo poeta Manuel Botelho de Oliveira, hipoteticamente os breves escólios podem ter sido avaliados por ele e/ou pelo editor da obra miscelânea como decorosos ao poema, por isso foram mantidos nele.

4.1. DA BREVIDADE DAS NOTAS ESCOLIAIS

Os escólios do panegírico ao Conde de Cantanhede, que vêm escritos em letras cursivas, são dispositivos textuais breves. Assim são, porque o local no qual eles se inscrevem é delimitado verticalmente pela largura das margens e, devido ao fato das notas se situarem numa zona de remissão às estrofes, decerto, não poderiam ultrapassar a zona horizontal, na qual elas estão inscritas. As notas escoliais, nesse sentido, diferem em termos de extensão, por exemplo, das notas de rodapé, em razão do espaço em que são produzidas, pois as notas de pé de página dispõem de um espaço marginal que pode ser ampliado para tecerem suas informações, ao passo que os escólios têm uma estreita margem lateral para se apresentar. Destarte, o seu caráter breve está relacionado, primeiramente, com o seu espaço de inscrição.

Por outro lado, a brevidade também diz respeito ao fato de que tais notas procuram apontar, de forma concisa, informações básicas acerca de uma interpretação de alguma forma

ajuizada como decorosa ao provável sentido das estrofes poemáticas. Por isso, elas funcionam como aqueles tipos de textos que antecipam o porvir, com vistas à "[...] proporciona[r] uma amostra do conteúdo do discurso, a fim de que se conheça previamente sobre o que será o discurso [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 210). Destarte, podemos pensar que os escólios se caracterizam como dispositivos textuais que tendem a fixar "[...] su atención en el tema central[...] de la materia [...]"(TÉON, 1991, p. 88) das estrofes às quais remetem, a fim de ressaltar o argumento basilar destas e servir ao propósito de guiar o leitor por um caminho de interpretação.

Os escólios não podem se delongar em informar sobre o poema, porque eles acabariam concorrendo com as estrofes pela atenção do leitor, de uma forma que induziria um leitor a não ver mais necessidade de empreender uma análise mais acurada das estâncias, pois os escólios já lhe eram suficientes para fazê-lo entender o argumento do poema e seu desenvolvimento. Outro problema na delonga das notas escoliais está no fato de que na fatura da leitura das estrofes, o leitor precisa, vez ou outra, recorrer aos escólios para conferir se as informações que ele depreendeu por meio de sua análise das oitavas condizem com o argumento das notas. Nesse sentido, é conveniente que os escólios interrompam a leitura das estrofes, mas de um modo que faça com que o leitor retome rapidamente o ponto de interpretação das oitavas em que ele havia parado. Ser breve ou conciso, então, é uma virtude das notas escoliais que as possibilitam melhor apontar o argumento basilar das estrofes, "[...] sin añadir lo superfluo ni suprimir lo necesario [...]"(TÉON, 1991, p. 88).

Ainda com relação à brevidade textual, o anônimo artífice da *Retórica a Caio Herênio* nos diz que:

> Conseguiremos narrar com brevidade se começarmos de onde é necessário e evitarmos retomar o assunto desde a mais remota origem; se narrarmos resumida e não detalhadamente; se prosseguirmos não até a última consequência, mas só até onde for preciso; se não fizermos transições e não nos afastarmos daquilo que começamos a expor [...] e com certeza é preferível deixar de lado não só o que atrapalha, mas também aquilo que, mesmo não atrapalhando, em nada ajuda. Deve-se tomar cuidado para não dizer a mesma coisa duas ou mais vezes; também não devemos repetir o que acabamos de falar. (RETÓRICA A HERÊNIO, 2005, p. 67)

Então, discorrer ou informar algo com brevidade pressupõe principiar o texto de onde é necessário ou conveniente. No caso dos escólios, podemos pensar que se a finalidade deles é expor a provável matéria das estrofes, a fim de esclarecer e "[...] guiar o leitor pela leitura que iniciarão [...]" (CARVALHO, 2009, p. 36), logo, isso implica que eles devem comentar

rapidamente o texto, para que o leitor tenha uma rápida noção daquilo que é tratado nas estrofes. Sendo assim, esses escólios do panegírico são concisos, porque não se prolongam a informar, minuciosamente, coisas que poderiam distanciar o leitor do texto comentado. Segue abaixo, para exemplificar essa questão, uma estrofe do panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira:

XXIII.

Tal Luso valor, que Sol se apura,
Consente entre escondidos ardimentos
Que do Ibero conflicto a nevoa impura
Offusque de seu brio os luzimentos:
Porèm depois na bellica ventura
Castigando nublados pensamentos
Com luzidas façanhas, vibram logo
Bala a bala, aço a aço, fogo a fogo.

Alcança-se a Vittoria.

Com relação à estrofe e nota supracitadas, percebemos que o escólio é constituído somente por dois sintagmas: 1- um verbo acompanhado pela partícula “se”, que indica que a ação de conquistar a vitória foi realizada pelo próprio sujeito da oração que, no escólio em si, não é determinado, mas ao estabelecermos uma relação entre o comentário lateral com a estrofe, inferimos que o sujeito selecionado pelo verbo “alcançar” seria o “Luso valor” ou o valoroso povo português, que nos é apresentado na estância poética; 2- um objeto direto: “a Vittoria”, ou conquista do povo português. Nesse sentido, o escólio foi breve ou conciso sintático e semanticamente, pois apontou o principal argumento da oitava, ou seja, o triunfo do brioso valor português sobre os “nublados pensamentos” do inimigo castelhano, “na bellica ventura”. Esse escólio, assim como os outros do panegírico, foi produzido em relação com o sentido da estrofe, por isso só conseguimos depreender quem é o sujeito aludido pela anotação, quando interpretamos essa oitava em conjunto com a informação nele elencada. Ademais, essa anotação também foi objetiva, porque deixou de lado os outros argumentos constitutivos da estrofe, em detrimento de apresentar o suposto argumento fundamental dela, a partir do qual o leitor deve principiar para estabelecer uma leitura decorosa. Portanto, começar de onde é necessário, no caso dos escólios, diz respeito a direcionar seu comentário ao provável fundamento estrófico, pois ele é aquilo que interliga os demais argumentos discorridos na oitava.

A brevidade textual, portanto, consiste "[...] não em dizermos menos, mas não a mais do que seja conveniente [...]" (QUINTILIANO, IV, 2, 43; 2015, p. 83). Deste modo, os comentários escoliais do panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira, apresentam uma informação concisa sobre o assunto discorrido na estância, porque não procuram se estender além do necessário e tampouco dizer menos do que o leitor precisa saber para a melhor compreensão do texto.

4.2. DA CLAREZA

Os escólios são dispositivos textuais pertencentes ao gênero "nota", por isso, eles são regidos por preceitos ou finalidades próprias do gênero, como, por exemplo, disponibilizar ao leitor uma informação pertinente para que este compreenda melhor os argumentos abordados no texto comentado. Mas para servir a tal propósito, eles precisam informar de uma forma clara, objetiva e didática, de modo que o leitor possa se valer dessa informação durante o processo de interpretação do texto, no qual os escólios também estão envolvidos. Os escólios, ao deixarem pistas, as quais seu compositor julga como eficaz para se compreender o sentido do texto, também nos evidenciam que um determinado tipo de leitor pode não conseguir interpretar as ornamentadas estrofes que compõem o poema, e, por isso, é necessário a presença de mecanismos textuais que rapidamente o esclareçam e guiem nessa empreita.

Os escólios, assim como as notas de rodapé, são recursos textuais que apresentam preceitos e aspectos que os caracterizam como pertencentes ao gênero "nota". O fato de as notas escoliais do panegírico ao Marquês de Marialva fazerem parte de uma obra ficcional bastante ornamentada, não implica que elas também devam ser demarcadas por um estilo ornado ou elevado para ser decorosos ao assunto do poema. A sua linguagem didático-informativa se deve à função própria do gênero "nota", qual seja, esclarecer os argumentos daquele assunto discorrido nos textos que eles acompanham. Essa questão também não implica que ao serem convenientes a preceitos fundamentais das notas, os escólios deixam de estabelecer decoro (*aptum*) frente às estrofes que margeiam, uma vez que o seu decoro para com tais textos também está no fato de eles realizarem uma boa e proveitosa relação com as estâncias comentadas, sem precisar reproduzir o caráter "*clus*" da elocução delas. Destarte, quando argumentamos no texto que ora produzimos que os comentários marginais-laterais das estrofes são adequados à matéria tratada nelas, pressupomos que o decoro, nesse caso, está na eficácia com que os escólios se relacionam com as estrofes, ou melhor, com o todo da "obra",

de modo que conseguem extrair informações acerca dos argumentos basilares das estrofes e as dispor de modo claro, conciso ou didático para proveito do leitor. Nesse sentido, a clareza de um texto ou dispositivo textual, como no caso dos escólios, está relacionada com o decoro deste, pois um texto se torna claro quando seus argumentos são compreendidos pelo leitor. Portanto,

> [...] a virtude suprema da expressão enunciativa é a clareza. Sinal disso é que se o discurso não comunicar algo com clareza, não perfará a sua função própria. E ele nem deve ser rasteiro, nem acima do seu valor, mas sim adequado. É verdade que o discurso poético não será porventura rasteiro, mas nem por isso é apropriado a um discurso de prosa [...]. (ARISTÓTELES, 2005, p. 178).

A clareza textual é um artifício retórico por meio do qual um texto consegue comunicar algo de forma inteligível, a fim de esclarecer e convencer àqueles que o recepcionam. Logo, um texto que se quer claro não pode argumentar:

> de modo confuso, obscuro, inusitado; não passar a outro assunto; não começar de muito longe, não seguir muito adiante e não deixar de lado o que diz respeito à matéria. Pois, se observarmos os preceitos sobre a brevidade, quanto mais breve for a narração, mais clara e fácil de entender. (RETÓRICA A HERÊNIO, 2005, p. 69)

Segue um exemplo, para discutirmos como os escólios do panegírico ao Conde de Cantanhede atendem aos preceitos acerca da clareza (*claritas*) textual, apontados no excerto supracitado:

III.

Escassamente quinze Mayos eram,
Que abrem do tenro buço os resplandores,
Quando logo no peyto vos alteram
Guerreyra propensão vossos Mayores:
Venatorio exercicio pretenderam
Vossos brios, se verdes, superiores,
Vendo em desejos de tratar escudos
De Cynthia agrados não, de Marte estudos.

Começou a en-sayase na guerra com o exercicio da caça.

Nessa estrofe, a *persona* poética enuncia que o caractere agente praticava o nobre exercício da caça, com vistas a adquirir traquejo para atuar em guerras, ou seja, para labutar com os "escudos e estudos de Marte", e não necessariamente para agradar e servir à deusa da caça, Cynthia. Essa disposição do encomiado para a guerra foi estimulada por seus antepassados - "vossos Mayores". Ademais, isso começou quando esse caractere agente tinha apenas quinze anos, tempo em que estavam despontando e resplandecendo os primeiros e finos pelos loiros da sua barba. No que diz respeito à doutrinação do encomiado em determinada arte, preceitua-se em um tratado de retórica, publicado no século XVIII, que nesse processo de ensinança podem entrar os "[...] estudos, a arte a que se applicou, a boa indole que teve, os mestres com quem aprendeo, os progressos que fez, as provas que deu do seu talento, e engenho" (PEREIRA, 1759, p. 34). É lugar-comum argumentativo na parte do louvor que trata sobre "[...] la ejercitacion para la guerra y las armas, se admirar de que haya nacido con buen hado, ya que la fortuna hace de casamentera entre él y el porvenir [...]" (MENANDRO, 1996, p. 154). De certa forma, podemos observar o funcionamento de tal *locus* naquela supracitada estrofe, que demonstra a natural propensão do encomiado em labutar com as coisas bélicas, propensão esta evidenciada a partir de seu empenho nos "venatórios exercícios" praticados. Esse argumento basilar é apontado de forma mais breve e clara pelo escólio que margeia a estrofe, que estabeleceu uma informação em tom pedestre que não fugiu da matéria estrófica, e, por isso, a notação não ficou confusa ou obscura[18] para quem a ler. Ainda com relação à clareza, Heinrich Lausberg assevera que:

> a *perspicuitas* consiste na compreensibilidade intelectual do discurso. A compreensibilidade intelectual é, ela própria, condição prévia da credibilidade: só aquilo, que é compreendido, pode ser crível. A credibilidade, por seu lado, conduz ao sucesso da persuasão. A *perspicuitas* é, portanto, uma condição do sucesso do discurso. (LAUSBERG, 2004, p. 126-127).

[18] Quintiliano, em sua *Instituição Oratória*, ao discutir sobre a obscuridade do discurso, argumenta-nos que ela é um vício responsável pelo fracasso da finalidade do discurso retórico: persuadir ou convencer seu leitor/ouvinte, com base nos argumentos mais adequados à causa em questão. Ainda com base nesse vício, esse professor romano de arte retórica tece uma crítica àqueles oradores que, "[...] levados pela busca da brevidade, eliminam também palavras necessárias ao discurso e, como se fossem suficiente saberem apenas eles mesmos o que querem dizer, em nada levam em conta tudo quanto se refere aos outros. Eu, porém, tacharia de inútil o discurso que o ouvinte só consegue entender por perspicácia própria. [...]" (QUINTILIANO, 2016; Livro VIII, II, 19; p. 219). Deste modo, se a finalidade do discurso retórico é ser compreensível e persuasivo para o público ao qual se destina, decerto é necessário que seu artífice escolha e ordene, de modo claro e decoroso, as palavras e as partes dele, pois, caso isso não ocorra, tal discurso seria confuso e ineficaz.

Destarte, aquele escólio da estrofe III do panegírico ao Marquês de Marialva nos foi compreensível e convincente, porque ele apresentou, de forma concisa, as palavras-chaves para um melhor entendimento da estância.

> A clareza de estilo reside principalmente no uso das palavras; no entanto, essa propriedade admite várias interpretações. Pois a primeira acepção é a designação própria de cada coisa, que nem sempre usaremos; de fato evitaremos os termos obscenos, triviais e fracos. (QUINTILIANO, VIII, 2, 1; 2016, p. 209).

A exposição de um texto, então, será clara "[...] se antes de tudo for expressa com palavras adequadas e significativas e não triviais, mas também não rebuscadas e distantes do uso comum [...]" (QUINTILIANO, IV, 2, 36; 2015, p. 79), pois "[...] he sem duvidas que as que tiverem mais proporção com a cousa que significaõ, mais efficacia haõ de ter para persuadir[...]" (BARATTA, 1734, p. 11).

4.3. O TOM PEDESTRE DOS ESCÓLIOS FRENTE À ORNAMENTAÇÃO POÉTICA DAS ESTÂNCIAS

Quando postulamos no trabalho que ora se desenvolve que tais escólios são claros e possuem uma linguagem pedestre, pressupomos que esse seu caráter simples se evidencia principalmente em sua relação com as ornamentadas estrofes que eles margeiam.

O principal artifício de ornamentação da poesia produzida no século XVII é a agudeza ou *Concepto*, que se caracteriza como uma forma de deleitar e doutrinar o público ouvinte ou leitor, por meio de um efeito maravilhoso que afeta ou encanta o ânimo de quem o decompõe e compreende. Ademais, "[...] a agudeza foi definida retórica e poeticamente por Aristóteles e autores latinos como a "palavra brilhante" de significação inesperada que relaciona dois conceitos distanciados [...]" (HANSEN, 2002, p. 30). Tal artifício, nesse panegírico, é como, por exemplo, uma fina flor clara que, de forma imponente, desabrocha em campos de Marte que minam sangue, do qual tal flor se alimenta e se tinge. É inesperado e gracioso artificio que confere riquíssimo adorno ao discurso panegírico. A agudeza causa certo estranhamento inesperado que maravilha, pois apresenta certa sutileza e elegância como a flor.

O jesuíta Lorenço Gracian em sua "obra" seiscentista, *Arte de Ingenio, Tratado de la Agudeza. En que se explican todos los modos, y diferencias de Conceptos*, estabelece a seguinte definição da agudeza: "Consiste pues este artificio conceptuoso en una primorosa concordancia, en una armonica correlacion entre los cognocibles extremos, expressa por um acto del entendimiento." (GRACIAN, 1642, p. 4). A agudeza ou *Concepto*, portanto, evidencia a astúcia de um argumento que consegue estabelecer uma surpreendente concordância entre coisas conceitualmente distintas. Isso demonstra que tal artifício de elegância elocutiva está fundado em tropos e figuras retóricas, principalmente na metáfora, tropo que consiste na substituição de algo próprio por algo impróprio.

> Nas práticas de representação do século XVII que ainda vão sendo classificadas dedutiva e anacronicamente com a categoria neokantiana "barroco", de Heinrich Wölfflin, prescrevia-se que as metáforas inventadas pela faculdade intelectual do engenho deviam ser, antes de tudo, *agudas*, como o "belo eficaz" de um efeito inesperado de sentido que maravilhava [...] (HANSEN, 2006, p. 85).

O *Concepto* agudo é gracioso, diferentemente do tom pedestre e didático dos escólios do panegírico ao Marquês de Marialva. A agudeza era uma prática de erudição agenciada por homens discretos ou cortesãos que, por engenhosidade, conseguia aproximar coisas distantes, a fim de causar um estranhamento sobre o público, de modo que o instigue a decompor e descobrir o sentido que tal aproximação produziu.

> A agudeza resulta de uma operação dialética, como análise, e de uma operação retórica, como tropo ou figura, por isso os retores seiscentistas costumavam chamá-la de "ornato dialético". Agudamente, Tesauro a compara às estrelas, que necessitam da escuridão para serem vistas, afirmando que ela exige a maciça noite do conceito para brilhar e passar sob o arco do triunfo do cílio admirador. (HANSEN, 2006, p. 90).

Ela exige do leitor, portanto, uma habilidosa análise para decompor ou tornar claro o seu sentido. É como um enigma que no início é obscuro, pois é complicado estabelecer uma resposta sem se fazer uma análise perspicaz, mas quando se descobre seu sentido, a mente se clareia e se maravilha com a resolução. A agudeza é como um desafio para o leitor; é artificio culto para poucos, pois se destina aos eruditos. Já os escólios, por exemplo, por seu tom pedestre, são mais fáceis de compreender, por isso o leitor não precisa estabelecer uma análise mais acurada e engenhosa para depreender o que neles se argumenta. Segue uma estrofe do

panegírico ao Conde de Cantanhede, com sua respectiva nota, para ilustrar o funcionamento da agudeza nela:

XXVI.

Sua estancia no campo em tempo do Estio.

Quando entre obstinações do ardor nocivo
Latindo nesse Polo o Caõ lusente,
Vomita em grave horror o fogo esquivo,
Abre na bocca adusta o cirio ardente:
Vosso peyto tambem no esforço vivo
Fomentava os ardores de valente,
Ambos ardendo, hum de outro satisfeyto,
Na calma o cirio, no valor o peyto.

Nessa estrofe, louva-se a constância do encomiado no campo de batalha, durante o verão, cujo propósito era, decerto, restaurar e defender a sua pátria. É agudíssima a forma como é tratada essa sua virtude: com um firme propósito ou ânimo, o caractere agente permanece no campo de batalha, como nos informa o escólio que acompanha a estrofe XXVI, durante o "tempo do Estio", no qual o persistente e "nocivo ardor" da grande constelação Cão maior, o "Cão lusente" ou celeste[19], faz escorrer intensamente o arisco ou bravo fogo vomitado por sua boca queimada, em virtude de seu alinhamento com o sol. Ademais, nessa boca está contida a ardente e grandiosa estrela Sirius[20], cujo aparecimento está associado ao início do verão. Assim como o alinhamento dessa estrela com o sol estimula a quentura, o denodado peito do Marquês de Marialva também estimulava o seu ânimo. Deste modo, a coragem e a valentia do encomiado ardem em seu peito conforme a estrela Sirius queima a boca do "Cão luzente". O tom grave dessa estrofe intensifica a forma como se evidencia o ardor ou ânimo do caractere agente belicoso, fazendo assim com o que o leitor se maravilhe com a intensidade elocutiva. As metáforas agudas relativas ao Cão luminoso são convenientemente proporcionais à comparação dessa constelação com o tipo de animal que

[19] **Cão celeste**- he o nome de duas constelações chamadas *Caõ mayor* e *Caõ menor*, e este cão menor não he o que de ordinário se chama *Canicula*, porque *Canicula* é o Cão mayor, que leva na boca a mayor das Estrellas fixas chamada *Canicula*, e se levante e se poem com o Sol dos 24 de Julho até quasi os 24 de Agosto, o que faz os dias caniculares[...] (BLUTEAU, 1728, vol. 2, p. 115).

[20] **Sirius**- Estrella chamada dos Latinos *canícula*, por estar na boca do Caõ[...] Esta Estrella, junta com o Sol no centro do Ceo, lhe dobra o fervor de seus rayos, e com o nimio(excessivo) calor occasiona graves enfermidades; os Gregos lhe chamaõ *Sirios* do verbo *Seirainein*, que vale o mesmo que *Secar*, porque a sua demasiada quentura seca os rios, e as fontes.[...].(BLUTEAU, 1728, vol.7, p. 662).

ela representa, pois o “latindo” nos remete ao fato de o cão estar bravo ou arisco e isso o torna perigoso de ser enfrentado; “vomita” diz respeito à intensidade com que se jorra algo danoso para fora do seio, no caso da constelação, concerne ao intenso calor expelido por Sirius que está em sua “bocca adusta”. Já “Abre na bocca adusta o cirio ardente” metaforiza, a partir do termo impróprio “abre”, o aparecimento ou despontamento do verão em Portugal, que se dá quando a constelação canícula lhes demonstra a estrela Sirius.

O artifício primoroso dos conceitos agudos é um agrado às vistas, por isso nos maravilha. É uma intensa ou grave formosura a forma com se metaforiza a constância e ardente ânimo do Marquês de Marialva no polo ou campo de batalha, no qual o herói teve que suportar um verão a pino. A figuração da constelação Cão maior com sua grande estrela Sirius, que fomentava os ardores do estio, ocorreu de um modo agudo, pois os termos e os sintagmas da estrofe XXVII conseguiram estabelecer “[...] una cierta armonia, y agradable correspondencia que dizen entre si dos extremos [...]” (GRACIAN, 1642, p. 8). Por meio da agudeza se consegue ver as sutis semelhanças entre coisas, que, por meio da linguagem coloquial, normalmente não nos proporcionam tamanha maravilha ou efeito inesperado, por isso, através de tal artifício, se estabelecem usos mais intensos da metáfora. É importante frisar que para se fundar o concepto agudo, faz-se necessário que a semelhança entre os extremos seja algo inusitado, por isso, “[...] no qualquiera Semejãça cõtiene en si sutileza, y passa por Cõcepto, sino aquellas que se fundã en alguna circunstãcia especial, y les da pie alguna rara cõtingéncia [...]” (GRACIAN, 1642, p. 26).

A ornamentação estrófica do panegírico, como dissemos, é constituída por muitos tropos e figuras retóricas, a exemplo da metáfora e comparação, porque se o objetivo dessa espécie de Oração Exornativa é celebrar ou festejar a vida do caractere agente figurado, decerto, faz-se necessária uma linguagem adornada por essas flores da elocução retórica, a fim de o discurso apresentar um tom comemorativo, gracioso, alegre, grandioso e maravilhoso.

Tendo em vista que a “[...] agudeza constitui as variadas formas de realização de analogias, quer seja por semelhanças, quer por dessemelhanças [...] (CARVALHO, 2007, p. 135), podemos pensar, a partir disso, que a comparação, enquanto argumento de analogia e aproximação entre coisas, pode muito bem ser um dos artifícios retóricos que também evidencia o funcionamento da agudeza. A comparação, como foi posto em capítulo anterior, é uma forma de se estabelecer uma relação entre coisas, que partilham de alguma semelhança ou diferença entre si. No caso do gênero panegirical, a relação analógica entre os objetos

comparados normalmente tem por finalidade a amplificação da matéria tratada no discurso. Nesse sentido, a agudeza pode ser aplicada no discurso como uma forma de chamar mais atenção para a matéria louvada, através de um formoso e belo artificio de amplificação que estabelece semelhanças e diferenças entre as coisas aproximadas. Segue uma estância para se exemplificar essa questão:

XXXI.

Qual Orion de estrellas matizado,
Para que com crystaes ao Mundo ofenda,
Da procellosa espada nasce armado,
Luminosa no Ceo, no mar tremenda:
Tal vòs com vossa espada denodado
Fazeis de estragos tempestade horrenda,
Se bem com mais terror, que em gloria nossa
Agoa esperdiça aquella, & sangue a vossa.

Comparaçaõ de sua espada.

Em tal estrofe estabelece-se uma formosa comparação entre o herói encomiado e sua espada com a constelação de Orion[21], que representa um caçador que "nasce armado da procellosa espada". O adorno dessa estância com palavras que remetem a coisas sutis como a luz e a coisas graves como espadas tempestuosas produz um efeito de encantamento sobre o ânimo do leitor. A comparação põe em analogia o poder da espada do denodado Marquês com a fúria causada pela brilhante espada do "matizado" Órion sobre as águas marinhas, as quais tremem quando a estelar arma desponta no céu. Contudo, como o objetivo de tal comparação estabelecida na estância é amplificar a belígera arma do encomiado perante aquela que Órion porta, podemos averiguar nos últimos quatro versos os argumentos que engrandecem a arma do caractere agente diante daquela empunhada por Oriente. O enfeixamento de adjetivos

[21] Orion: "Oriaõ, ou Oriente. Derivase este nome do Grego, *Ouros*, que quer dizer *Ourina*, porque (segundo a Fabula) foy Orion gerado da ourina de Jupiter, Neptuno, & Mercurio, & dela tomou o nome. Naõ permite a modéstia a narração deste cujo nascimento. Foy Orion grande caçador, & finalmente morreo de picada de hum escorpiaõ, & os deoses o collocàraõ no ceo, transformado em estrela, em sinal de que Principes, & Senhores, atà seus excrementos querem que pareção resplandecentes ao povo. He pois Orion huma constellação Austral, diante do Tauro. Traz, quando apparece, o Inverno, nella observou Ptolomeo trinta & oito Estrellas, Tycho Brache sessenta & duas, & ultimamente Galileo, mais de quinhentas. Duas delas collocadas no hombro direito, saõ da primeyra magnitude, & claríssimas; outras saõ da segunda, terceyra, & quarta magnitude; as da quinta, & sexta magnitude saõ tantas, que se naõ póde determinar certamente o número delas [...]. Os efeytos deste lucidíssimo Astro neste mundo sublunar saõ vários, segundo os diferentes aspectos, que tem com os Planetas. Quando se levanta com Marte, causa ventos impetuosos, relampagos, & trovoens. Quando sahe com Saturno, Venus, ou com a Lua, occasiona grandes chuvas. As Estrellas do hombro direyto, ao nascer, ou pôr do Sol, levantão o vento Favonio, & das Estrellas nebulosas, & escuras se occasionaõ nevoas, escuridades, &c. Geralmente fallando, he constelação tempestuosa [...]" (BLUTEAU, 1728, vol. 6, p. 120)

acerca dos objetos aproximados estabelece uma argumentação comparativa muito ornamentada, por isso, as palavras que predicam e amplificam tais objetos produzem um efeito de maravilhamento para o leitor. A elocução empregada na adjetivação da constelação Oriente, por exemplo, recorre a palavras que nos remetem principalmente à luz, como “estrelas”, “procellosa”, “crystaes” e “luminosa”. Tal artificio de qualificação da matizada constelação é realizado de um modo como se estivesse sendo pintada uma brilhante imagem dela perante nossos olhos. É justamente essa ornamentada elocução da estância que nos torna ainda mais evidente a linguagem pedestre dos escólios.

4.4. O ASPECTO INTRODUTÓRIO DAS ANOTAÇÕES DE MARGENS

Os escólios do panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira, com base naquilo que argumentamos, são breves e claros porque seu objetivo é apresentar ou introduzir concisa e previamente a matéria tratada nas estrofes do poema, a fim de que o leitor estabeleça uma melhor recepção da obra. Nesse sentido, esses tipos de comentários possuem uma função similar à finalidade retórica do proémio ou exórdio retórico, que se caracteriza como

> a parte inicial (breve) do discurso *(exordium, prooemium)* [que, por sua vez,] deve atrair a atenção, a boa aceitação e a benevolência do juiz [, ouvinte ou leitor] para a causa partidária defendida no discurso *(iudicem attentum, docilem, benevolum parare)* [...] (LAUSBERG, 2004, p. 92).

As anotações escoliais apresentam certa semelhança com o exórdio retórico, no que concerne ao fato de elas procurarem apresentar brevemente uma amostra daquilo discorrido ao longo das estrofes do discurso panegirical. Os escólios, portanto, adentram nos domínios do exórdio, pois ao apresentarem uma informação do que se há de discorrer nas estâncias, eles acabam por chamar a atenção do leitor e conquistar sua disposição em aceitá-los como um bom apoio para principiar o processo de interpretação das estrofes poemáticas. Destarte, tais comentários funcionam como um dispositivo textual que, retoricamente, seduz a atenção do leitor para que este atente a ler as estrofes a partir daquilo que eles especificaram. Assim sendo, ao apontarem a provável matéria estrófica, de forma clara, breve e pedestre, os escólios

acabam esclarecendo e convencendo o leitor também rapidamente, e isso torna o público benévolo para aceitar tais notas como mecanismos textuais fundamentais para um melhor entendimento do poema panegírico. Podemos levar em consideração, portanto, que essas notas possuem um objetivo similar à "[...] finalidade do exórdio, qual seja, conquistar o interesse e a benevolência do leitor, exibindo por antecipação a causa final do discurso [...]" (CARVALHO, 2009, p. 15). Nesse sentido, "[...] a sedução do leitor, do ouvinte ou espectador é igualmente seu pressuposto [...]" (CARVALHO, 2009, p. 15).

Para darmos continuidade a essa discussão acerca do caráter conciso e introdutório dos escólios e sua relação com o proêmio, julgamos conveniente apresentar melhor essa parte primeira do discurso, a partir de alguns preceitos instituídos em tratados de retórica.

Aristóteles, em sua *Retórica*, estabelece que:

> O proémio é o inicio do discurso, que corresponde na poesia ao prólogo e na música de aulo ao prelúdio. Todos eles são inícios e como que preparações do caminho para o que se segue.
> O prelúdio é, por conseguinte, idêntico ao proémio do gênero epidítico. Na realidade, os tocadores de aulo, ao executarem um prelúdio que sejam capazes de tocar bem, ligam-no à nota de base. Ora, é deste modo que é preciso compor os discursos epidíticos: tendo se dito abertamente o que se quer, introduzir o tom de base e conjugá-lo com o assunto principal [...] (ARISTÓTELES, p. 208-209).

A partir do excerto supracitado, notamos que pelo fato de o proêmio se dispor no discurso como sua primeira parte, ele tem por função retórica preparar ou apontar um caminho de interpretação decoroso ao discurso propriamente dito, a fim de o leitor aderir a ele e o seguir. Os tocadores de aulo, como argumenta o Filósofo, quando executam bem o prelúdio de suas músicas, o fazem de modo que seu tom inicial seja condizente com a nota de base da composição. Sendo assim, as informações introduzidas no proêmio devem adequar-se àquilo abordado no desenvolvimento do discurso, para que o leitor as reconheça ou atualize na fatura da análise. Portanto,

> "[...] na disposição de um discurso reside uma ação artificiosa e que, por consequência, o exórdio é também um artifício retórico, o que significa, como decorrência direta e simples, que apresenta efeitos previstos ao texto que principia [...]" (CARVALHO, 2009, p. 11).

Os escólios do panegírico que ora analisamos funcionam de um modo semelhante, pois visam, através de uma forma clara e breve, "[...] pôr em evidência qual a finalidade daquilo sobre o qual se desenvolve o discurso [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 210) produzido na estrofe que eles margeiam. Segue um exemplo da objetividade com a qual as notas de margem lateral introduzem uma informação sobre o argumento basilar do texto comentado:

VI.

Na manhã tenra da florida idade,
Onde se ofusca a lus do entendimento,
Com nevoas de appetites a vontade,
Com nuvens de locura o pensamento:
Na manhã tenra em fim a claridade
Da prudencia mostraveis sempre attento,
Qual dia bello, que em manhã celeste
Naõ se orna nuvens, naõ; rayos, se veste.

Sua mocida-de & pruden-cia.

Na estrofe acima citada, discorre-se sobre a juventude, da qual nos é apresentada, primeiramente, a sua abordagem mais tópica, ou seja, como a fase da vida em que estamos mais suscetíveis de ser acometidos pelos afetos, que são apetites ou paixões da alma que ofuscam "a lus do entendimento" ou da razão, "a vontade" e "o pensamento", e, por isso, nosso juízo tem dificuldade de discernir as coisas viciosas e virtuosas. Deste modo, os afetos comuns da juventude tendem a direcionar nossa vontade e ânimo ao vício. Contudo, os apetites da alma brotados, normalmente, durante a primavera da vida, não produziram tais frutos ou efeitos na "florida idade" do encomiado, pois ele tinha disposição de ser prudente nessa "manhã tenra". Logo, ser prudente ou virtuoso na juventude é o argumento basilar do louvor ao caractere agente, estabelecido nessa estrofe. Assim sendo, o propósito de tal estância nos é opinado de maneira mais concisa pelo decoroso escólio que a acompanha: "*sua mocida-de & pruden-cia*.", que, ao apresentar o assunto tratado na estância, acabou por oferecer ao leitor uma importante amostra daquilo sobre o caractere agente celebrado no texto comentado.

Por outro lado, quando aquele escólio da estrofe VI significa que esta aborda a prudência da juventude do encomiado, isso, de certo modo, chama a atenção do leitor, porque não é comum abordar a juventude enquanto idade para se demonstrar a prudência de alguém,

pois ela é, como dissemos, o período em que mais se está propenso aos afetos. Isso causa certo estranhamento no leitor. O propósito desse estranhamento é similar à função do exórdio que, segundo a *Retórica a Herênio* (2005, p. 57), consiste em deixar o público com boa disposição de ânimo para recepcionar a obra, logo, o tornar atento, benevolente e receptivo para com o porvir. Nesse sentido, aquele efeito de estranhamento proporcionado por aquela nota objetiva captar, por meio de algo inesperado, a benevolência e a atenção do leitor para com o assunto discutido na estrofe. Portanto, os escólios podem ser considerados como dispositivos textuais que possuem uma "[...] ação retórica similar à do exórdio [...]" (CARVALHO, 2009, p. 11).

Ademais, como nos assevera Marco Fábio Quintiliano, em sua *Instituição Oratória*, (IV, 1, 34; 2015, p. 35):

> Existem ainda aqueles meios, que não serão inúteis, de despertar a atenção dos ouvintes [ou leitores], se eles julgarem que não seremos prolixos nem diremos coisas alheias à causa. Sem dúvida, essa mesma aplicação torna flexível o juiz; todavia, se apontarmos com brevidade e clareza o essencial do assunto, do qual ele deve tomar conhecimento, estaremos fazendo o que Homero e Virgílio fazem nos exórdios de suas obras.

A função dos escólios também pode ser pensada a parir de tais preceitos acerca do exórdio retórico, porque eles também apresentam, objetivamente, somente uma informação tida como decorosa ao assunto discorrido nas estrofes, de forma a preparar o leitor para entender melhor os argumentos do discurso estrófico.

Com relação ao exórdio do discurso judiciário, por exemplo, Quintiliano aponta que:

> O mais interessante do exórdio está no fato de que recolhe a matéria da ação da parte adversária e, por isso mesmo, não foi composto em casa, mas nasceu ali, do acontecimento; aumenta a reputação da inteligência pela habilidade demonstrada e aumenta ainda a confiança pelo aspecto da linguagem simples e improvisada no momento; tanto assim que, embora tudo o mais seja escrito e elaborado, geralmente pareça um discurso todo de improviso, em que fica evidente não ter tido o início nada de preparado (QUINTILIANO, IV, 1, 54; 2015, p. 47).

A partir do excerto supracitado, podemos levantar importantes considerações acerca da brevidade e clareza constituinte dos escólios do panegírico ao Marquês de Marialva. As notas escoliais, que estão dispostas sistematicamente nas laterais das estrofes desse

panegírico, nos evidenciam que, enquanto notas de uma leitura das estâncias da obra, elas, hipoteticamente, poderiam muito bem ter sido compostas “de repente” ou no ato de leitura e, também, de forma breve, pois, se esse leitor-compositor se delongasse na escrita delas, ele poderia perder o “fio” da leitura das estrofes poemáticas. Sendo assim, o caráter breve dos escólios também pode ser pensado em razão dessa necessidade de seu compositor-leitor de retomar rapidamente a leitura das estrofes da obra, de modo que o instante de escrita de tais anotações ou observações não o prejudique. O aspecto breve e claro dos escólios os torna de fácil memorização por parte do leitor, por isso, podemos ainda pensar que seu artífice os produziu para que ele ou o destinatário retomassem-nos pela memória quando necessário fosse, sem precisar interromper a (re)leitura, ou melhor, sem precisar desviar sua visão das estâncias para as notas laterais, a fim de recapitular a matéria estrófica. Já enquanto notas úteis para uma boa leitura, essa clareza, brevidade e objetividade da linguagem dos escólios os tornam mais fáceis de ser compreendidos e memorizados rapidamente e, por isso, convencem também mais rápido. Portanto, o efeito de espontaneidade, objetividade e precisão da linguagem das anotações escoliais evidencia uma confiança de interpretação do poema por parte de seu compositor e, por isso, o destinatário tende a aderir ao juízo de leitura presente nelas também de uma forma natural ou espontânea, sem necessariamente se questionar sobre sua credibilidade e adequação.

Com relação ao exórdio do panegírico ao Marquês de Marialva, percebemos que ele não apresenta escólio a sua margem, pois se os escólios são sistematicamente empregados nesse poema encomiástico, decerto, ao serem inscritos à margem do exórdio do panegírico, acabariam competindo com a função introdutória do proémio panegirical e, ao mesmo tempo, os escólios denegariam e apontariam o exórdio como ineficaz em sua função. Deste modo, a ausência de escólio à margem da estrofe exordial desse panegírico também é uma evidência da disposição sistemática dessas notas nele, uma vez que sua presença, ali, decerto, prejudicaria ou interferiria no decoro da “obra”. Segue a estrofe exordial do panegírico, para argumentarmos acerca de sua engenhosa função e concluirmos nossas considerações acerca do caráter introdutório dos escólios:

GORA, Aquilles Lusitano, agora,
Se tanto concedeis se aspiro a tanto,
Deponde hum pouco a lança vencedora,
Inclinay vossa fronte ao rude canto:
Se minha vea vossa fama adora,
Corra em Mavorcio, corra em sabio espãto,
Chea de gloria, de Hippocrene chea,
No Mundo a fama no discurso a vea.

Primeiramente, julgamos conveniente estabelecer uma simples análise da letra capital ou capitular- "A"-, que foi reproduzida na transcrição dessa primeira estrofe, pelo fato de ela também se caracterizar como um dispositivo de texto que corrobora com o funcionamento do exórdio e, de certo modo, do poema. A capital é o primeiro elemento dessa estrofe, pois ela a abre, de forma que, por meio de sua imagem ornamentada, conseguimos estabelecer uma relação desta com um *telos* politico-teológico que também rege a produção e circulação da poesia seiscentista produzida em Portugal e no Brasil. Essa capital nos remete, de certo modo, ao caráter doutrinário e às circunstâncias entorno da produção e exposição de poemas panegiricais. O panegírico, como se sabe, é uma espécie de poema exornativo ou laudatório produzido para celebrar as distintas pessoas da sociedade, por isso, enquanto artifício de celebração, ele era normalmente proferido àquele a que se destinava, perante um distinto público e durante ocasiões festivas ou solenes. Na antiga Grécia, a prática de publicar panegíricos era um costume exercitado, por exemplo, durante as celebrações dos vitoriosos nos jogos olímpicos, cuja finalidade também era a de incitar nos presentes a emulação dos feitos dos loureados e, por isso, o panegírico era chamado de "ajuntamento", pois em sua publicação, no sentido de uma exposição pública, ajuntavam-se muitas pessoas para apreciá-lo. Em Roma, a prática laudatória do panegírico também era exercitada, exemplo disso foi o panegírico ao Imperador Trajano, composto e entregue por Plinio-O-Jovem, durante uma reunião solene no senado romano, em presença de um grupo seleto de pessoas. O panegírico, portanto, era prática costumeira que tinha por finalidade elevar ou engrandecer o encomiado, com vistas a estimular no público que testemunhava tal louvor a emulação do exemplo celebrado; por isso, tal tipo de encômio era muito útil para a doutrinação e manutenção da ordem social. A partir dessas breves considerações sobre o gênero panegírico, podemos estabelecer uma sumária análise da letra capital, a fim de realizar um paralelo desta com essas

observações do gênero panegirical. No quadro onde se inscreve a capital, observamos, ao fundo, um ajuntamento de pessoas em uma área ao ar livre e com algumas casas e morros atrás delas; essas pessoas, pelo que podemos inferir dos seus gestos e direção dos rostos, estão observando atentamente certos personagens dispostos a sua frente, que nos são enfatizados, no quadro da capitular, pela posição central e mais ampliada de sua imagem. Um desses personagens centralizados e enfatizados no ornado quadro da letra capital é figurado com uma auréola na cabeça, com o cabelo comprido e com uma espécie de túnica, de um modo que, por meio de tais elementos e características, podemos inferir que se trata da típica imagem europeia de Jesus Cristo. Ademais, esse personagem, que se supõe ser Cristo, está estendendo a mão para algumas pessoas que estão em sua frente e o observam com um semblante de sofrimento. Enfim, na parte inferior e central de tal quadro da capitular, está inscrito: "LVC. VI.", que se pode interpretar como a referência do Livro Bíblico de Lucas, Capítulo 6., capítulo este que se refere à escolha dos dozes apóstolos que Jesus elegeu dentre seus discípulos, e também nos apresenta o sermão das bem-aventuranças, que foi o discurso inaugural da pregação realizada por Jesus, em uma planície, para a multidão e os doze apóstolos que o seguiam. Nesse livro, demonstra-se uma das principais circunstâncias por meio da qual Jesus pregava a Doutrina, a saber, através da cura de enfermos e de relatos de vidas que eram aproveitados por Jesus para ensinar ao público que testemunhava suas palavras. Veja-se abaixo, o versículo 17 do Capítulo 6 do Livro de Lucas, que exemplifica tal circunstância de pregação que podemos inferir a partir da inscrição e das imagens que ornam a letra capitular:

> Desceu [Jesus] da montanha com eles[, os doze apóstolos], e parou num lugar plano, onde havia numeroso grupo de discípulos e imensa multidão de pessoas de toda a Judeia, de Jerusalém e do litoral do Tiro e Sidônia. Tinham vindo para ouvi-lo e ser curados de suas doenças. Os atormentados por espíritos impuros também eram curados. E toda a multidão procurava tocá-lo, porque dele saía uma força que a todos curava (BÍBLIA DE JERUSALÉM, Lucas, 6, 17-19).

Esse excerto do livro de Lucas, que melhor se relaciona com a imagem da capital, remete-nos à doutrinação de pessoas em público efetuada por Jesus que, extraía membro(s) do ajuntamento para tomá-lo(s) como exemplo, a fim de ensinar aos ouvintes sobre as virtudes e atos fundamentais para o bem viver, assim como repreender os vícios constatados. A prática de reunião ou ajuntamento de pessoas para testemunhar um discurso sobre alguém que se distinguiu dentre os demais membros da sociedade, pois logra de valores e feitos dignos de

serem avaliados como exemplo, é algo que caracterizava a função do panegírico em sociedades greco-romanas. Contudo, no século XVII, essa prática se adequa em outro *telos* que, por sua vez, atende aos interesses da política católica como, por exemplo, doutrinar a população para que se estabeleça uma ordem social enraizada nos dogmas do catolicismo. A figura da capitular, portanto, remete-nos àquela noção de que

> o panegírico, nos Estados ibéricos, é uma certa "arte de viver", em sua lógica ou *telos* católico e contrarreformista, que ele objetiva figurar efetuando-a como *ordo*, tornando uma posição ocupada no espaço social uma posição "objetiva", frente a outras posições, e, simultaneamente, eletiva, porque realizada nesta arte da vida como *voluntas* ou vontade de ser e fazer, nobreza como nascimento e ao mesmo tempo como ação (MOREIRA, 2011, p. 187).

Procurar-se-á, agora, deter na análise da estrofe exordial de um modo geral. Como argumentamos, o exórdio é a parte inicial do discurso retórico, cujo propósito é introduzir e chamar a atenção do público para a matéria tratada no poema. O proêmio desse panegírico seiscentista em louvor ao Conde de Cantanhede, engenhosamente, evidencia essa função do exórdio, por meio da disposição horizontal e vertical dos vocábulos e sintagmas na estrofe, de modo a formar, visualmente, a portada ou faixada de um templo.

> Poucas vezes a agudeza atingiu tamanha eficácia em língua portuguesa. Observe-se a elegante horizontalidade arquitetônica do primeiro verso, em que os advérbios externos centralizam a alusão perifrástica ao homenageado: *agora, Aquiles lusitano, agora*, como a sugerir que a existência do Marquês antecede em muito o momento do canto. Essa estrutura reiterativa repete-se no verso seguinte, em que a ordem do advérbio se alterna conforme o esquema do quiasmo. Se, aqui, o fluxo sintático segue, conforme a natureza da língua, a disposição horizontal dos vocábulos, nos três últimos versos, contrariamente à natureza da língua, o fluxo sintático orienta-se para baixo, em franco declínio vertical, graças ao esquema da correlação entre os termos da oração, isto é, os sintagmas iniciais dos três versos, cujo limite é marcado por vírgula, forma uma frase, assim como os três sintagmas restantes dos mesmos versos formam outra frase, verticalmente (TEIXEIRA, 2001, p. 203).

A construção poética de uma faixada de templo no exórdio, portanto, nos é demonstrada desde o primeiro verso, no qual os advérbios "agora" estão dispostos nos extremos do verso superior da estrofe, de uma forma que lhe conferem similitude no topo,

assim como, por exemplo, fazem os acrotérios[22] na arquitetura templária grega. Esses advérbios funcionam, de um modo geral, como um dispositivo exordial para se chamar a atenção do público e situá-lo na cena enunciativa do discurso panegirical. Ademais, os dois advérbios do segundo verso - "tanto" -, os quais estão situados logo abaixo dos "agora", também corroboram com a similitude horizontal conferida pelos vocábulos extremos da parte superior da estrofe. Entre aqueles advérbios do primeiro verso - "agora" -, está disposto o vocativo ou o sujeito/ouvinte hipotético: "Aquilles Lusitano*"*, ao qual a voz enunciativa se dirige ou interpela com o apoio desses advérbios. Esse vocativo e também epíteto do Marquês de Marialva se caracteriza, no topo, como a parte frontal e central da estrofe, que nos remete ao frontão[23] da faixada de um templo. Normalmente, é por meio do ornamento do frontão que se evidencia a quem um templo é destinado, por isso, por meio desse epíteto amplificador do encomiado, notamos que essa fachada de um templo da fama de papel poético figurada no exórdio visa a estabelecer a apoteose do Marques de Marialva, perante a difundida memória do herói Aquiles, que é posta em analogia com o valor do encomiado Lusitano. Já os versos 3, 4 e 5: "Deponde hum pouco a lança vencedora,/ Inclinay vossa fronte ao rude canto:/Se minha vea vossa fama adora/", funcionam como uma espécie de entablamento[24] que sustenta a parte na qual está situada o frontão e os acrotérios do pórtico ou fachada do templo. No terceiro e

---

[22]**Acrotério**: 1. Qualquer elemento decorativo no ponto mais elevado, ou cimo, de edifício. 2. Pequeno pedestal sem ornatos, geralmente colocado nas extremidades ou no cume do frontão; usado também para espaçar balaustradas, servindo de suporte para estátuas e vasos, entre outros ornamentos. (Luís Menechino – ArkitektUrbo, 2006, s/p).

[23] **Frontão**: 1. Elemento de coroamento da fachada em forma triangular, aproximadamente triangular ou em arco (2) de círculo, que compõe a fachada na parte superior do edifício ou parte dele. Originalmente tinha como função arrematar externamente os telhados de duas águas, daí a sua forma triangular. Ao longo do tempo tornou-se elemento essencialmente decorativo e sua forma sofreu alterações, assim como sua localização na fachada tornou-se arbitrária, sendo usado como ornamento sobre portais (2), portadas (1), portões, portas (1), janelas, e até nichos, peças de ourivesaria ou mobiliário; nesse caso também chamado frontal (2). Especificamente no caso de portas e janelas, também chamado coroa de porta. Usado também para arrematar alpendres que são formados pelo prolongamento de telhados de duas águas. Foi muito utilizado, com formas variadas, no coroamento superior central das fachadas de antigas igrejas. É composto essencialmente pela cimalha (3), a base horizontal; empenas (4), os lados inclinados, e o tímpano (1), a superfície central limitada pelas outras duas partes. Também chamado espelho e frontispício (Luís Menechino –ArkitektUrbo, 2006, s/p).

[24] **Entablamento**: compõe-se da arquitrave, do friso e da cornija. Tais elementos fazem parte principalmente da fachada. A **arquitrave**, na arquitetura clássica, é a parte inferior do entablamento, logo abaixo do friso, que repousa nos capitéis das colunas (1). Chamada de epistílio quando é de pedra ou mármore. 2. Viga mestra, assentada horizontalmente sobre colunas ou pilares para vencer o vão (intercolúnio) entre eles, recebendo e transmitindo para os apoios as cargas de eventuais pavimentos superiores e da cobertura. **Friso**, na arquitetura clássica, é o espaço que separa a arquitrave (1) da cornija (1), na parte superior do entablamento (1) de um edifício ou monumento, que é frequentemente ornado de esculturas, com inscrições. 2. Em geral barra ou faixa pintada, esculpida ou com inscrições, disposta horizontalmente, que guarnece exteriormente ou interiormente a parte superior de um edifício ou cômodo. Já a **cornija** é, na arquitetura clássica, parte superior do entablamento[...] (Luís Menechino –ArkitektUrbo, 2006, s/p).

quarto versos, a voz poética pede ao encomiado para deixar um pouco de lado a sua "lança vencedora" e, depois, o convida modestamente para ouvir o seu "rude canto" panegirical, como se por meio desse entablamento da fachada o estivesse convidando, assim como ao público, para adentar no discurso panegirical que glorifica o herói luso. Já o quinto verso funciona como uma espécie de arquitrave do entablamento templário, que, metaforicamente, é como o engenho ou "vea" poética que objetiva servir de base para sustentar e manter ainda mais elevada a marcial fama do encomiado. Os últimos três versos apresentam uma estrutura sintática, cuja ordem natural da oração foi quebrada pelos hipérbatos, a fim de dispor os sintagmas que compõem cada oração em um eixo vertical. Deste modo, a ordem natural das orações é estabelecida quando se efetua uma leitura de cima para baixo e levando em consideração a delimitação das orações proporcionada pela vírgula. Essa disposição vertical dos sintagmas das orações remete-nos às colunas que sustentam um templo. Observe-se essa direção tomada pelos sintagmas das orações: 1- "Corra em Mavorcio, chea de gloria, a fama no Mundo; 2- corra em sabio espãto, chea de Hippocrene, a vea no discurso*"*. Portanto, essa engenhosa portada de um templo de papel poético[25] é um artifício retórico que não só visa chamar a atenção ou captar a benevolência do público, mas também nos evidencia a função do exórdio em introduzir o público ou leitor no discurso propriamente dito. Destarte, o exórdio deste panegírico funciona como um pórtico ou entrada de um templo da fama, por meio da qual se apresenta ao público a memorável matéria celebrada e preservada nesse discurso. Essa fachada exordial é como um "convite" para se adentrar nesse monumento poético.

Portanto, se houvesse um escólio à margem dessa primeira estrofe, de grosso modo, ele acabaria interferindo na função do exórdio de tal panegírico em introduzir o discurso para o leitor. Deste modo, a sua ausência nessa parte é um dos fatores que nos evidenciam a sua disposição sistemática, pois demonstra que sua função é decorosa à função exercida pelas partes do discurso panegirical.

---

[25] Ver SILVA, M. P. ***Ut Architectura Poesis*: palácios de papel poéticos e arquitetônicos no reinado de Dom João V de Portugal**. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas (OmniScriptum GmbH & Co. KG), 2015.

4.5. AS RELAÇÕES TEXTUAIS ESTABELECIDAS NO DISCURSO PANEGIRICAL

Os escólios componentes do “PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal./”, atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, como já mencionamos, são dispositivos textuais remissivos, que se caracterizam como paratextos de caráter breve e claro.

> Na introdução de seu *Seuils* [Limiares], Gérard Genette define o paratexto como um “vestíbulo”, uma “orla”, ou uma “zona não só de transição, mas também de *transação*: um lugar privilegiado de pragmática e estratégia, de influência sobre o público [...] que [....] está a serviço de uma recepção melhor para o texto e uma leitura mais pertinente do mesmo” [...]. Continuando sua taxonomia, ele distingue duas classes de elementos paratextuais: o peritexto, que encontramos dentro do próprio livro (título, epígrafe, prefácio, prólogo do autor, comentários preliminares, notas, ilustrações etc.), e o epitexto, que se situa fora do livro em si (correspondência, diários e revistas, entrevistas etc.) [...] (CHARTIER, 2014 , p. 235).

Os escólios daquele panegírico seiscentista, por sua vez, caracterizam-se como um “lugar”, ou melhor, uma zona de transição e de transação, porque, no primeiro caso, eles se situam numa “orla” textual do impresso, na qual ele intermedeia com o leitor certas informações sobre a “obra”, avaliadas como pertinentes para o entendimento dela. A presença intermediária dos escólios, no poema, implica que esse sentido a que o leitor deve aderir e compreender se dá na conjugação destes com as estrofes e com os outros paratextos constituintes do panegírico, que serão mais bem analisados em linhas vindouras. Isso ocasiona um sentido não fixado no corpo estrófico em si, mas nas relações intertextuais intrapoemáticas. Portanto, o sentido desse panegírico se estabelece nas confluentes e transitáveis relações entre as unidades que compõem uma unidade genérica maior: “o panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira”. Enquanto zona de transação, podemos pensar as notações escoliais como dispositivos que angariam a atenção do público na fatura da leitura, seduzindo-o para aderir à informação ofertada como algo útil para uma melhor compreensão do texto. O espaço onde os escólios se inscrevem, ou seja, nas margens ora direita e ora esquerda das páginas, é um lugar estratégico para a sedução principalmente daquele leitor necessitado de apoio para a leitura, pois em virtude da proximidade entre as estrofes e as notas, parece-nos que estes comentários são uma extensão

dessas estâncias, e isso lhes faculta angariar ainda mais a disposição do leitor em aceitá-los como mecanismos fundamentais para um melhor entendimento do poema.

A posição de destaque dos escólios também é enfatizada, de certa forma, pela grafia cursiva de sua escrita e também pelo aspecto breve ou pequeno de sua proporção textual nas "orlas" do poema. A sua influência sobre o receptor é tamanha, e isso notamos melhor quando comparamos esses tipos de notas com as notas de rodapé, uma vez que estas, por estarem no pé de página, não têm tanto poder para influenciar certo leitor quanto o têm os escólios, pois se encontram num espaço mais "distante" do texto ou parte textual sobre a qual se visa esclarecer ou referenciar algo, e isso acaba, muitas vezes, induzindo um leitor a ignorá-las, pois as veem como algo "extra" ou secundário ao texto propriamente dito. Já os escólios, por estarem numa posição mais próxima do texto comentado, atraem mais a nossa atenção, pois parece que eles são uma continuação dos versos, ou melhor, parece-nos que estão invadindo as estrofes comentadas. Durante a leitura das estâncias, o nosso campo de visão também os abarca e os deseja.

Os escólios, com base naquela terminologia de Gérard Genette, classificam-se como epitextos, por serem internos à "obra" remetida. São internos, para nós, no sentido mesmo de serem eles parte integral do poema. O sentido deles não é restrito a si, mas partilhado no interior da "obra" por outras partes que constituem o poema. Não pensamos o panegírico ao Conde de Cantanhede sem levarmos em consideração os escólios enquanto unidades suas que estabelecem seu sentido. Não são extras ao poema, pelo contrário, o sentido desses comentários se dá na e a partir da "obra". Por exemplo,

> [...] Michel Fishbane mostrou, em um livro notável [M. Fishbane. *Biblical interpretation in ancient Israel*. Oxford, 1985], como os escribas, assim como os autores, incorporaram comentários valiosos diretamente no texto da Bíblia hebraica. Breves notas explicativas sobre palavras e frases incomuns tornaram-se partes orgânicas dos textos que elas esclareciam; os livros subsequentes citaram e comentaram os anteriores; algumas vezes deliberadamente, outras inadvertidamente, as Escrituras se tornaram seus próprios intérpretes. Até mesmo comentários posteriores – como os assim chamados *Glosa* de Accursio, comentador medieval do *Corpus iuris* romano -, com o tempo, acabaram por ser vistos como partes dos textos que explicavam [...]. (GRAFTON, 1998, p. 35).

Assim como os escólios operacionalizam e referendam um sentido julgado como inerente a um sentido latente do poema, o seu sentido também é esclarecido e estabelecido pelas estrofes margeadas, assim como pelo título ou didascália do panegírico. Esses comentários operam uma análise de estrofes, partindo delas para retornar a elas. É como uma

leitura circular, que sai do texto para voltar de uma forma mais breve e clara para esse mesmo texto. Sendo assim, podemos considerá-los como dispositivos que absorvem em si o caráter verossímil das estrofes margeadas e, por isso, também se pode pensá-los como tipos de

> [...] textos [que] são por vezes também eles "obra de ficção", na medida precisa em que se constituem como componentes do todo da obra, compondo sua verossimilhança no caso das obras ficcionais. Ou, de resto, favorecendo a adequação nas obras em geral [...] (CARVALHO, 2009, p. 11).

Tal questão é importante de se salientar, porque a nossa análise dos escólios daquele panegírico seiscentista atribuído a Manuel Botelho de Oliveira é estabelecida tendo em vista que eles mesmos são partes significativas do "Panegírico ao Marquês de Marialva", assim como as demais unidades que o constituem. E o fato de propormos, nesta seção do capítulo, discutir as relações textuais operadas pelos e com os escólios no poema é outra forma de evidenciar que, quando falamos desses escólios, também estamos falando desse panegírico, pois eles partilham mutuamente da verossimilhança ou *fides* da "obra". Portanto, tais notas são uma das unidades poemáticas que também fazem parte da verossimilhança desse panegírico ao nobre Marquês de Marialva[26].

4.5.1. A Inter-relação paratextual

O caráter remissivo dos escólios do panegírico não se dá por uma relação restrita somente entre as estrofes e as suas respectivas notações. Os escólios também se inter-relacionam com outro dispositivo textual, além das estrofes.

Um primeiro dispositivo paratextual ao qual as notas se vinculam ou inter-relacionam é a didascália que intitula o poema: "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal./". A didascália é uma espécie de título que, como nos assevera MOREIRA

[26] Como nos pondera a professora e pesquisadora Dra. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, em seu estudo sobre os discursos preambulares de livros seiscentistas produzidos em Portugal e no Brasil, e publicado pela Edufpi e Fapepi, em 2009: a disposição de textos preliminares, a exemplo de prólogos, dedicatórias, didascálias etc, é retoricamente doutrinada, de modo que interfere no decoro da obra propriamente dita, e por isso, também partilha ou compõe sua autoridade. Deste modo, esses textos preliminares, assim como os escólios, decorosamente obtêm uma parcela do sentido da obra. Logo, os paratextos tem autoridade para com a compreensão do sentido de uma "obra".

(2011), funciona como protocolo de leitura de textos, pois lhes discriminam um suposto sentido e, também, são dispositivos que garantem uma coerência e coesão interna dos poemas.

A didascália de um texto impresso, a exemplo daquela do panegírico ao Conde de Cantanhede, evidencia, assim como as notas, uma recepção da "obra", recepção esta que se quer coerente e, por isso, tal leitor-artífice julgou conveniente preservar essa sua recepção por meio de um dispositivo intitulador, que precautela para os próximos leitores o tipo de discurso que se segue: "PANEGYRICO", discurso este que exige grande atenção e consideração para com a matéria tratada, pois é grandiosa, grave e de grande proveito para o deleite e doutrinação daqueles que o recepcionam decorosa e diligentemente. Ademais, a expressão "EXCELLENTISSIMO SENHOR" referenda, de certo modo, a forma de tratamento do encomiado pelo gênero panegírico, ou seja, qualifica o caractere agente como um tipo insigne que excede os seus semelhantes, por isso, o louvor desse discurso principia desde a didascália; além disso, tal expressão nos remete a uma possível prática de angariar a proteção e o patrocínio da pessoa ao qual o poema se destina. Já os termos de nobiliarquia "MARQUEZ DE MARIALVA" e "Conde de Cantanhede" indicam principalmente o caractere agente louvado e figurado no panegírico, assim como destacam, por meio de uma grafia em maiúsculas, o título de nobreza - Marquês -, por ser hierárquico frente ao título de Conde. Por fim, tal paratexto intitulador nos faz inferir por meio da colocação: "no tempo que governava as Armas de Portugal", que o artífice da didascália pondera que tal panegírico foi produzido durante o período em que Dom Antônio Luiz de Menezes, Marquês de Marialva, exercia o cargo político de governador das armas lusitanas, pois se o referente dessa didascália fosse exclusivamente verossímil ou interno ao poema, essa colocação não cairia bem, uma vez que o discurso encomiástico também alude a outros períodos da vida do caractere agente, a exemplo de sua juventude, na qual ele não era figurado como detentor do governo das armas portuguesas, pois ainda estava treinando para essa arte. Além de apontar um período, tal parte da didascália também nos informa sobre um espaço, onde se situaram as ações agenciadas pelo caractere agente: "Portugal". É importante frisarmos também que há outro paratexto situado abaixo da didascália desse poema, a saber: "OYTAVAS.", que nos indica que tal panegírico se estrutura em oitava rima, como é próprio de poemas heroicos ditos modernos, e, por isso, a informação da estrutura formal do poema é mais um indício do tipo de matéria que será tratada nas estrofes.

As didascálias, portanto, condicionam um sentido sobre os textos e, pelo fato de se caracterizarem como:

> [...] leituras efetuadas *a posteriori* por letrados e registradas nos monumentos codicológicos que garantem a perpetuidade do poeta e de sua obra, elas, na verdade, legitimam certa legibilidade de cada poema constitutivo da obra, e, em certo sentido, uma sua posteridade, ao tornar memória a "notícia" do notado [...] (HANSEN e MOREIRA, 2013, p. 179).

Esses paratextos intituladores são formulados depois da produção e de uma recepção dos textos que eles encimam, porque, enquanto espécie de título, a sua fatura normalmente se dá quando se retira de um texto feito aquilo de basilar que ele nos quer apresentar; sendo assim, uma didascália não pode discriminar, de antemão, um texto que ainda não foi produzido. Assim como elas condicionam um sentido para o texto referendado, esse mesmo texto é condição para a sua produção e compreensão.

A didascália do panegírico ao Marquês de Marialva, por sua vez, funciona como um elemento de coesão e coerência interna da obra, justamente por estar vinculada a outros dispositivos do poema. Os escólios são um desses elementos do encômio que, para serem mais bem compreendidos, faz-se necessário relacioná-los tanto às estrofes quanto à didascália. Segue a décima primeira estrofe do panegírico, com vistas a discutirmos essa questão da inter-relação operada por dispositivos textuais na "obra":

XI.

	Vendo o frecheyro Deus que valeroso
Seu cazamen-to.	Vosso peyto se oppunha ao fogo activo,
	Hymeneo vos prendeo por amoroso,
	Cupido vos frechou por vingativo:
	Sendo vòs igualmente amante ayroso,
	Vòs logrando igualmente esforço altivo,
	Se ornou no forte ardor, na doce chamma,
	Mavorte o Myrto, Cytherea a grama.

A nota à direita dessa estrofe: "Seu cazamento", por meio do pronome pessoal "seu", estabelece referência a um sujeito que não está explicitado nela. Já que no escólio não se cita um nome próprio ou termo mais especificador do caractere agente figurado na estrofe, podemos tentar recorrer à leitura da estância, a fim de tentarmos averiguar mais claramente quem é o sujeito a que a nota se dirige. Nesta estrofe, aborda-se um casamento, cujos laços

que envolveram os consortes foram firmados pelo deus do matrimônio, Himeneu[27], uma vez que assim desejava o "valeroso peyto" do encomiado, que, por ser prudente, não cedia aos afetos suscitados pela paixão ou "fogo activo". É engenhosíssimo o modo como se demonstra a disposição do encomiado para as coisas do matrimônio: Cupido[28] ou "frecheyro Deus", percebendo que o ânimo do encomiado não se inclinava às prendas ofertadas por suas flechas carregadas do ardente amor, o "frechou por vingativo", porém, a fabulosa deidade Himeneu, por amor ou consideração para com o caractere agente, o enlaçou em uma relação amorosa mais firme do que aquela proporcionada pelas armas de Cupido, qual seja: o casamento. Do mesmo modo que o garboso encomiado tinha esse grande ânimo para com seu matrimônio, a sua bela consorte também tinha essa disposição, por isso, na celebração do casamento conquistado, o encomiado ou o "Myrto Mavorte" - assim figurado por se caracterizar, metaforicamente, como uma "planta" cultivada por Marte, mas que também fora colhida por Vênus -, tornou-se mais formoso em virtude do "forte ardor" proporcionado por Cupido e também pela "doce chamma" do delicioso amor matrimonial ofertado por Himeneu; da mesma formosura sofreu a sua esposa, que é figurada agudamente como a "grama Cytherea", ou seja, planta que, no caso, é cultivada pelos finos tratos da deusa da beleza e do amor, Vênus, também chamada de Cytherea, por ter nascido na ilha de Citéria. Portanto, constatamos que a estrofe não nos evidencia, de forma mais explícita que o seu escólio, o nome do caractere agente figurado nela, por isso não conseguimos designar o nome do sujeito que está oculto no comentário.

O nome do referente ou sujeito ao qual alude o pronome possessivo "seu" do escólio daquela décima primeira estrofe não é explicitado em nenhuma estrofe do panegírico, mas sim na didascália que o intitula: "PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal./". Deste modo, a nomeação nobiliárquica do encomiado - Marquês de Marialva e

---

[27] **Himeneu**- "Poeticamente significa matrimônio, porque Hymem ou Hymeneo era o fabuloso Deos, que na opinião dos Gentios presidia nos casamentos, & o Nume, que os Poetas invocavaõ nos Epitalhamios. Imaginavaõ que era filho de Bacco & de Venus, & davaõ lhe a figura de hum moço com huma tocha na maõ. Outros querem, que Hymeneo fosse hum mancebo Attico, valerosissimo que, tomando certas donzellas a huns ladroens que as levavaõ furtadas, as restituyo intactas a seus pays, & que por essa razaõ se invocava o seu nome nas bodas, como defensor da virgindade[...]" (BLUTEAU, 1728, vol. 4, p. 83).

[28] **Cupido**- "Fabuloso Deos do Amor. Hesiodo o faz filho do Chaos & da Terra; Cicero lhe dá por pays Marte & Venus; Arcesilao o fez nascer da noyte & do ar; & Seneca o reconhece por filho de Vulcano e de Venus. Segundo adevertio Plutarco, adoravaõ os Egypcios duos *Cupidos*, hum celeste & outro vulgar ou terreno, & entre nós por *cupido* de ordinario se entende o *Amor profano*. Pintaõ-no menino, fermoso, com os olhos tapados, despido, com azas nos hombros, & armado de arco & settas; menino, por fácil & fágueyro; fermoso, porque a beleza he o objeto dos amantes; despido, porque se não pode encobrir; cego, porque não vê, nem conhece a razão; com azas nos hombros, por ligeyro, & mudavel; armado, por sorte, poderoso & cruel." (BLUTEAU, 1728, vol.2, p. 639).

Conde de Cantanhede - especifica o sujeito a que se refere o escólio da décima primeira estrofe do panegírico. Do mesmo modo, é por meio da didascália que o leitor infere quem é o caractere agente figurado nas estrofes do poema. Sendo assim,

> As didascálias operacionalizam a atualização do sentido dos poemas, a partir de seu funcionamento como protocolos de leitura; didascálias e critérios de legibilidade para a poesia reunida nos códices poéticos implicam-se mutuamente e se superpõem funcionalmente (MOREIRA, 2011, p. 349).

Deste modo, as informações acerca do caractere agente celebrado no panegírico também são estabelecidas por meio da inter-relação operada pela didascália com os escólios e, decerto, com as estrofes, por isso, como nos asseveram João Adolfo Hansen e Marcello Moreira na sua edição do *copus* poético colonial atribuído a Gregório de Matos e Guerra, as didascálias estabelecem o caráter de complementariedade das unidades textuais que constituem um poema. Por outro lado, os comentários escoliais também "[...] podem vincular-se a outras unidades paratextuais que as ecoam, complementam, transformam [...]" (MOREIRA, 2011, p. 346). Portanto, os paratextos do panegírico ao Marquês de Marialva, atribuído ao fidalgo Manuel Botelho de Oliveira, por funcionarem em inter-relação, são dispositivos responsáveis pela organização tanto da coesão quanto da coerência desse panegírico.

4.5.2. Da correlação

Outro tipo de relação textual realizada no panegírico que ora estudamos, além da inter-relação entre as suas unidades textuais, discutida na seção anterior, é a correlação entre os escólios. Destarte, um ou mais escólios também podem coparticipar e compartilhar da informação estabelecida por outra nota. Observemos as seguintes estrofes com seus respectivos comentários marginais para exemplificarmos esse argumento:

VIII.

Quando a Patria sugeyta se rendia
Do Castelhano Imperio à força crua,
Oh como infelismente se affligia,
Funebre, triste, desmayada, nua!
Depois izenta da violencia impia,
Despindo as dores da tristesa sua,
Acclamouse no ardor de vossa espada
Festiva, alegre, valerosa, ornada.

Restauraçam de Portugal. em que teve grande parte o Senhor Marquez.

IX.

Descingindo da fronte bellicosa
As verdes folhas da Arvore funesta
Dourando a nuvem d'ansia lastimosa,
O pranto serenou da màgoa infesta:
Adornada escarlata generosa,
Entre a voz popular da heroyca festa
Juntou, prevendo o forte, & fausto agouro,
Na mão a espada, na cabeça o louro.

Ao mesmo.

X.

Roma jà não se jacte por ufana
De Curcio o arrojo, na lealdade pio,
Não solennize jà por soberana
De Fabio a testa, de Marcello o brio:
Pois logra em vòs a gente Lusitana,
Pois em vòs com mais credito avalio,
(Unindo tres Heroes neste desvelo]
Outro Curcio, outro Fabio, outro Marcello.

Ao mesmo.

Basicamente, nessas estrofes supracitadas, trata-se da liberdade ou restauração de Portugal, que estava sob o jugo do Império Castelhano. A celebração da conquista ou vitória operada pelos lusitanos se deu concomitantemente à aclamação do Marquês de Marialva, que é figurado como um dos heróis mais participativos nessa empresa, e, também, como aquele por meio do qual a gente lusa se vangloria da e desfruta a vitória. É sobre essa conquista lusitana e a decisiva participação do encomiado nela que nos informa o escólio da oitava estrofe, e, de certa maneira, os dois outros escólios que lhe são paralelos.

O esclarecimento prestado pelo escólio: "*Restauraçam de Portugal. em que teve grande parte o Senhor Marquez.*" também é partilhado pelos dois escólios que o sucedem,

que se apresentam textualmente por meio da expressão: "*Ao mesmo*". Esse primeiro escólio se caracteriza como a informação recapitulada e partilhada pelos outros dois escólios, que lhe são subordinados, no que diz respeito ao estabelecimento do sentido deles. Além disso, pelas notas grafadas como "*Ao mesmo*", inferimos que essas três estrofes emparelhadas são fundadas por um tema comum ou correlativo. Logo, esses dois escólios, estrategicamente, estabelecem uma breve informação que se quer correlativa àquela da oitava estância que, de certo modo, ecoam, a fim de o leitor efetuar uma leitura que correlacione as três estrofes e/com os seus respectivos escólios. "*Ao mesmo*" é uma zona paratextual a ser preenchida por: "*Restauraçam de Portugal. em que teve grande parte o Senhor Marquez.*". Portanto, as notas da nona e décima estrofe se constituem como uma evocação ou "memória" do comentário marginal que as antecede e regulamenta. Tais notas, portanto, evidenciam uma estratégia de leitura e, também, para uma leitura.

Os escólios conjuntamente apontam uma interpretação paralela entre as três estofes, a qual ao analisar os argumentos discorridos nas estâncias, os reconheceu como informação partilhada. É como se pelos escólios aquelas estrofes fossem consideradas como uma unidade poemática estendida ou alargada. Mas é importante ressaltar que cada uma dessas estrofes apresenta, retoricamente, um teor elocutivo próprio de abordar o tema de "*Restauraçm de Portugal, em que teve grande parte o Senhor Marquez*.". Os seus escólios, contudo, interessam-se pela informação basilar delas e não, necessariamente, pelo enfeixamento poético de cada uma. Eles perpassam por tais enfeixamentos, a fim de alcançar o nó que os liga. E nessa busca, as notas encontraram um nó tido como comum entre aquela sequência de estâncias poéticas.

Ademais, esse prolongamento e desdobramento de um mesmo tema em três estrofes, apontado na nota da oitava estrofe e ecoado nas duas outras notas pares, de certo modo, confere às três estâncias um aspecto de glosa desse primeiro comentário. O funcionamento de tal escólio nessa seção do panegírico lhe confere grande autoridade e destaque, pois ele é o principal elo dessas três estrofes e daqueles dois outros escólios que o reproduzem tematicamente ou o ecoam, por isso, tal nota se caracteriza como a base para a leitura dessa seção ou sequência de estrofes.

Esses escólios, por sua repetição, nos situam mais ainda na parte da vida do Marquês de Marialva, que, grosso modo, melhor justificaria a produção desse louvor panegirical: a sua heroica e decisiva atuação no processo de Restauração do reino lusitano e a sua fama ou reconhecimento advindo disso. E, por isso, talvez, as estrofes se alargam, pois é tema digno

de ser mais abordado pelo encômio, já que isto melhor justifica tal fazer poético ou essa celebração em forma de panegírico. A correlação dos três escólios ora discutidos, portanto, torna mais evidente ainda esse foco operado no poema.

4.6. AS NOTAS DE CARÁTER HISTÓRICO

Em seção anterior, discutimos que os escólios normalmente ratificam a verossimilhança do panegírico, uma vez que evidenciam e prescrevem um caminho de leitura pautado naquilo que o próprio poema oferece. Contudo, há algumas notas do panegírico que nos incomodam por sua "ressalva" na informação concedida e que, por isso, nos fazem pensar num possível referente externo ao poema. Comecemos tal discussão pela primeira estrofe do panegírico e seus respectivos comentários, situados em sua margem direita e lateral:

II.

Sua genealogia	Vòs Ramo illustre de hũa excelsa planta, Que em fecunda virtude ennobrecida, Entre os Troncos mais altos se levanta, Grande na estirpe, no valor crecida:
Donde descendem os Menezes.	Tam nobre sempre, que em nobresa tanta, Com agoa naõ, com sangue foy nascida, Da Infanta Heroyca; dando em tempos muytos De espadas folhas, de vittorias fruytos.

O que nos intriga nesse excerto supracitado que, supostamente, pode referir algo externo ao panegírico, é seu segundo escólio: "*Donde descendem os Menezes*". Seria ele um dispositivo que fere a verossimilhança da "obra"? Para esclarecermos isso, faremos uma análise dele em sua inter-relação com a estrofe que margeia e com a didascália que intitula o panegirico, e, também, em sua correlação com o outro escólio dessa segunda estrofe, que o antecede.

A segunda estrofe do panegírico ao Conde de Cantanhede, o Marquês de Marialva e governador das armas de Portugal, discorre sobre a nobre genealogia do encomiado, que é figurada como uma alta ou "excelsa planta", cuja fértil nobreza é evidenciada pela abundante virtude dos seus vários ramos ou membros. Essa família de nobre ascendência, de grande descendência e valor, se estabeleceu e cresceu entre aquelas famílias, que, por sua vez, também se desenvolveram a partir de grandes membros ou "Troncos". A árvore genealógica

da sempre nobre família do encomiado germinou "naõ com agoa, [mas] com sangue" da "Infanta Heroyca"[29], e ao longo do crescimento de tal árvore, brotaram muitos membros belicosos - as "folhas de espadas" - e também frutificaram nela muitas vitórias. Essa estrofe do poema está fundada no preceito retórico de engrandecimento do encomiado por meio do louvor da importante e grande estirpe da qual ele faz parte. Esse preceito retórico, levado a termo na composição do tipo de panegírico em louvor à vida dos ilustres, é exposto de forma clara e breve pelo escólio: "*Sua genealogia*". Esse primeiro escólio, por si só, não nos esclarece a que família ele remete; contudo, ao relacionarmos ele com outros dispositivos textuais do panegírico, como a didascália e o segundo escólio dessa estrofe, inferimos que se trata da genealogia do encomiado, o Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede, discriminado na didascália desse panegírico. Contudo, o sobrenome "Menezes", explicitado no segundo escólio: "*Donde descendem os Menezes*.", estabelece uma informação que, de primeira análise, nos parece algo externo ao poema, pois na estrofe que tal escólio margeia não se cita ou explicita tal sobrenome e, tampouco, nas outras notas e na didascália. Sendo assim, seria essa informação algo alheio à *fides* do poema? Pensamos que não, pois mesmo apresentando um caráter histórico, tal nota é condicionada por elementos discursivos internos ao poema. Ora, se a didascália discrimina o encomiado com uma nomeação ou nome nobiliárquico: "MARQUEZ DE MARIALVA, Conde de Cantanhede" e também com sua função política de governador das Armas de Portugal, é para que, na fatura da leitura, se reconheça o provável dedicatário figurado ou imitado, que será mais especificado, de modo verossímil, pelo próprio discurso poético, do qual os escólios fazem parte. Do mesmo modo como a didascália explicitou melhor o encomiado, naquele segundo escólio também se julgou possuir essa licença, justamente para que a interpretação do panegírico se restrinja à leitura da própria "obra", cujo sentido também é condicionado pela informação ou ressalva que tal escólio contribuiu para constituir. Os escólios são como uma "barreira" que não permitem que nossas interpretações vazem para fora do poema, pois eles apontam até onde devemos ir.

Assim como, por exemplo, almeja-se nas estrofes engrandecer o encomiado e estabelecer, de modo verossímil, uma grande e digna memória de seus ilustres feitos, aquele escólio também procurou ressaltar e registrar um sobrenome - "Menezes"-, a fim de que esta nobre família, por intermédio de um discurso poético, dedicado a um dos seus, seja lembrada

[29] Na história, a princesa Ximena, filha do rei Dom Afonso V, do reino de Leão, é considerada como um dos membros que constituem o tronco da linhagem dos Meneses. Os Meneses, segundo um tratado de nobiliarquia portuguesa, composto por Antonio de Villas Boas e Sampayo, e publicado em Lisboa no ano de 1676, "procedem de Dom Pedro Bernardo de Sahagum, Rico home del Rey Dõ Affonso chamado o Emperador, & neto de Diogo Rodriguez Duque de Asturias, & de sua mulher a Infanta D. Ximena filha del Rey Dom Affonso V de Leão [...]" (SAMPAYO, 1676, p. 302).

pelo leitorado coetâneo e do futuro que recepciona tal encômio. O estabelecimento dessa informação especificada pelo segundo escólio da estrofe ora analisada, destarte, é operado por fatores e dispositivos internos ao panegírico ao Marquês de Marialva. Portanto, os dois escólios da segunda estrofe do poema, por sua vez, são eficazes em

> [...] esclarecer os leitores do futuro sobre tudo aquilo que a simples erudição não pode suprir por razão do crescente apagamento dos "casos particulares" de que supostamente se partiu para a efabulação poética. As notas servem, desse modo, para fixar para o leitorado um "referente", que parece externo ao discurso poético, mas que é, na verdade, constituído por ele, pois que lhe é anterior; é pela justaposição de uma nota ao poema que este passa a ser lido como um desdobramento discursivo do paratexto, e, nesse sentido, as notas têm a mesma função das didascálias, sendo uma espécie de protocolo de leitura, tanto quanto estas (HANSEN e MOREIRA, 2013, p. 179).

Assim sendo, os escólios da segunda estrofe do panegírico ao Conde de Cantanhede ratificam a verossimilhança da estofe, em sua correlação e, também, na inter-relação com a didascália.

Para finalizarmos essa discussão sobre um suposto referente externo ao poema, mobilizado pelas anotações escoliais do panegírico, julgamos necessário apresentar outros dois escólios, que nos parecem, de antemão, ser de forte cunho histórico:

XVII.

Depois seguramente conduzindo
Contra Principe Austriaco insolente
Exercito segundo, persuadindo
Com muda discriçaõ, voz eloquente:
Com a Deidade Estrymonia competindo,
Do Tejo abristes o crystal corrente;
Jactase jà, pois logram em seu festejo
Se Neptuno o Oceano, Marte o Tejo.

Passando ao Alentejo com segundo exercito no tempo, em que era Governador das armas Dom Sancho Manoel.

XVIII

Na campanha do Ibero mal segura
Vosso nome altamente publicado,
Ambos vencestes a batalha dura,
Sancho guerreyro, então, vòs respeytado:
Com vosso nome a palma se assegura
Sómente pelas voses de affamado,

Vittoria do Cano, que hoje se chama do Ameyxial.

Quando Lysia acclamou glorias ufanas,
Sendo Sancho Annibal, o Cano Cannas.

O primeiro escólio supracitado: "*Passando ao Alentejo com segundo exercito no tempo, em que era Governador das armas Dom Sancho Manoel.*", principia nos informando que a estrofe XVII discorre sobre a marcha de um segundo exército lusitano contra o "Principe Austriaco" ou castelhano, pela região do Alentejo, e, provavelmente, sob o comando do caractere agente figurado no panegírico. O período em que esse exército lusitano atravessou tal região se deu, segundo a nota, "no tempo, em que era Governador das armas Dom Sancho Manoel". Essa informação do escólio sobre a região do "Alentejo" e de um período histórico em que "Dom Sancho Manoel" comandava as armas portuguesas, decerto, caracteriza-se como uma ressalva de caráter histórico, pois, em nenhum momento nessa estrofe, diz-se que aquela marcha do exército lusitano que cruzou o "crystal corrente" ou as águas do Tejo aconteceu no período em que Dom Sancho Manoel era governador de armas, e, tampouco, que ocorreu no Alentejo. Aliás, em nenhuma das estrofes do panegírico se explicita o nome Sancho Manoel, mas sim somente Sancho, na estrofe XVII; contudo, o sobrenome que o particulariza como pessoa ou personagem histórico não é exposto. A informação geral condicionada por esse escólio, contudo, é decorosa ao caso particular da matéria estrófica, porque, de qualquer forma, ela está fundada ou diz respeito às coisas da invenção dos argumentos dessa estrofe; por outro lado, a ressalva de caráter histórico estabelecida nessa nota, grosso modo, também se adequa ao fundamento dela, porque nos apresenta o provável argumento histórico pensado pelo poeta para a invenção do argumento verossímil dessa oitava. Portanto, o escólio estabelece um comentário de caráter histórico para além da estrofe, com vistas a fazer com que o leitor retorne ao argumento basilar dela, a fim de tentar perceber o "caso particular" mobilizado pelo poeta para produzir um outro caso, por sua vez, pautado na imitação ou verossimilhança. Para tanto, esse escólio, por sua ressalva de aspecto histórico, ratifica mais uma vez a verossimilhança da estrofe, pois nos mostra que ela não se preocupou em explicitar ou citar informações que se querem históricas ou particularmente alheias ao contexto verossímil do panegírico.

O escólio da estrofe XVII estabelece uma relação com a estância XVIII e, de certa forma, com o escólio que a margeia, pois, por meio do estabelecimento do referente ou personagem que se quer histórico, a saber, "Dom Sancho Manoel", o leitor, durante a leitura da décima oitava estrofe, irá inferir que aquelas espécies de epítetos mencionados nela:

“Sancho guerreyro” e “Sancho Annibal”, referem-se ao nome próprio “Sancho Manoel”, que foi discriminado na estrofe anterior. Destarte, o sentido que o leitor depreende aquando da leitura da estrofe XVIII é condicionado ou influenciado também por aquela informação concedida pelo escólio da décima sétima estância do panegírico. Deste modo, essa inter-relação entre uma estrofe posterior à nota que lhe é “alheia” - no sentido de fazer parte do espaço marginal e lateral de uma estrofe anterior -, também nos ratifica que os escólios em suas relações textuais ressemantizam o poema. Mesmo o escólio possuindo uma parcela de informação de caráter histórico, ele ainda pode ser pensado como elemento que está a serviço da verossimilhança, pois procura informar algo com “uma ressalva” de cunho histórico, que pode ajudar o leitor a adentrar na análise do panegírico, inferindo o suposto caso particular que está relacionado com o fundamento mimético dessa estrofe.

Ademais, o escólio da estrofe XVIII: “*Vittoria do Cano, que hoje se chama do Ameixyal*.”, também possui, assim como a nota que lhe é anterior, uma ressalva de caráter histórico. Primeiramente, essa nota nos informa, assim como a estrofe que ela margeia, da vitória alcançada pelos portugueses num local mencionado na estância panegirical como “Cano”, pois, na estrofe se estabelece, por analogia, que “Sancho guerreyro” está para “Annibal” como o “Cano” está para com uma famosa localidade conhecida como “Cannas”, que, na história, foi o lugar onde ocorreu a famosa Batalha de Canas entre os púnicos, liderados por Aníbal, versus o exército romano, que era comandado por Caio Terêncio Varrão. Contudo, ao dar prosseguimento em sua informação sobre essa poética vitória de Cano, o escólio estabelece a uma ressalva, recorrendo a algo de cunho histórico: “*que hoje se chama do Ameixyal*”, informação esta que não é produzida na citada estrofe. Historicamente, tal batalha ocorrida entre os portugueses e os castelhanos, em 1663, recebeu primeiramente o nome de vitória do Cano, justamente por ter sido erguido um padrão comemorativo em uma estrada que vai para a vila do Cano. A atualização do nome da vitória de Cano para Vitória do Ameixial se deu em virtude de tal batalha ter ocorrido na região lusitana de Santa Vitória do Ameixial, cujo nome reforçou a denominação dessa conquista. Deste modo, essa ponderação do escólio da décima oitava estrofe acerca do “atual” nome da vitória de Cano se apresenta como uma informação a mais sobre a Vitória de Cano imitada no poema e que foi buscada na história. Portanto, o escólio estabeleceu uma relação dos argumentos poéticos da estrofe com algo que é marcado como verídico ou histórico. Contudo, essa ressalva possui um certo efeito retórico, que reforça o argumento histórico em que supostamente o poeta pensou ao fundar o argumento basilar dessa estrofe, e, por essa relação, o escólio não deixou de ser decoroso à

estância margeada e tampouco à verossimilhança que a funda, pois traz o leitor ainda mais para “dentro” do poema, já que o faz tentar encontrar na oitava o fundamento dela e sua possível relação com o argumento histórico. Tal escólio, para tanto, ressemantiza a estrofe margeada, pois lhe confere uma ampliação semântica a ser pensada e adequada, pelo leitor, aos argumentos verossímeis erguidos na estância. Destarte, essas notas pensadas como também históricas partem de estrofes com vistas a retornar a elas com algo a mais, a fim de incrementar a sua verossimilhança.

> É engenhosíssima a invenção de notas referenciais para acompanhar os textos poéticos, pois são análogas às de caráter histórico que acompanham marginalmente o poema heroico e que tem a mesma função de incrementar a sua fides, reforçando seu argumento. O que sabemos do “caso particular” a que o poema supostamente faz remissão nos é provido pela exígua informação sobre ele contida na nota, e, mais ainda, por aquilo que o próprio poema passa a prover a partir do momento em que é lido como espécie de glosa da nota ou da didascália, como se didascálias e notas fossem anteriores ao poema e o tivessem enformado [...] (HANSEN e MOREIRA, 2013, p. 179).

Em nossa análise dos escólios do “Panegirico ao Marquês de Marialva”, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira, portanto, procuramos discutir as relações textuais estabelecidas por eles na “obra”, com outros dispositivos textuais dela, a fim de entender melhor a função e funcionamento deles. Pensamos que “[...] o estudo de textos deve seguir o mesmo curso que o das sociedades, que hoje põem mais ênfase nas relações do que em taxonomias, e mais em contextualizações dinâmicas do que em tabelas de classificação” (CHARTIER, 2014, p. 257). Ao discutirmos os escólios, também discutimos, de certo modo, o panegírico ao Marquês de Marialva, pois eles são partes dessa “obra”, cujo sentido dela também é por eles condicionado. O sentido desse encômio, portanto, também circula nas suas margens laterais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que se desenvolveu nas linhas dessa dissertação objetivou estabelecer uma discussão acerca de dois discursos laudatórios panegiricais: o “Panegírico ao Marquês de Marialva”, atribuído a Antônio Lopes Cabral, e o “Panegírico ao Marquês de Marialva”, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira, que são dedicados a Dom Antônio Luiz de Menezes, I Marquês de Marialva e III Conde de Cantanhede, um nobre general português celebrado por sua excelente atuação aquando da Guerra da Restauração, ocorrida entre o reino de Portugal e Castela, no Seiscentos. O panegírico, como se postulou, é um retórico tipo de encômio ou louvor de ações que objetiva amplificar grandes feitos praticados pelo caractere agente figurado no discurso, de modo a torná-los, por agenciamento da poesia, perene memória, a qual era digna de proveito para o ensinamento do virtuoso enquanto medida de se viver nobremente em sociedade.

No primeiro capítulo, apresentaram-se algumas considerações acerca do conceito do gênero, do costume e proveito que os antigos gregos e romanos faziam do discurso panegírico. Os apontamentos estabelecidos nesse capítulo foram de grande valia para percebermos a antiguidade do gênero e a utilidade doutrinária que os antigos lhe conferiam, assim como nos possibilitou introduzir determinados lugares comuns do louvor, pertencentes ao gênero epidítico da retórica, do qual o panegírico é espécie.

O segundo capítulo dissertou sobre determinados recursos retóricos e poéticos empregados nos dois panegíricos para alcançar o fito do gênero em amplificar a vida ou ações da matéria celebrada e torná-las memória para o proveito e ensinança dos homens. Discutiram-se, nessa parte, as variáveis disposições da narração do discurso panegirical, as quais são patentes de se observar nos dois panegíricos dedicados a Dom Antônio Luiz de Menezes, I Marquês de Marialva e III Conde de Cantanhede, sobre o qual dedicamos uma seção do segundo capítulo, a fim de apresentar algumas informações históricas sobre sua vida, família e suas ações perante determinadas batalhas da Guerra da Restauração. Com relação às disposições do encômio panegirical, apresentamos, com base em preceptivas retóricas, uma forma de ordenar o poema que discorre sobre a vida do agente seguindo uma natural ordem temporal, que é característica do panegírico atribuído a Botelho de Oliveira; argumentou-se também acerca de uma disposição artificial de certos discursos panegíricos, que seguem uma

ordem estabelecida a partir de excelentes ações do encomiado, como é o caso daquele panegírico atribuído a Antônio Lopes Cabral.

O último capítulo de nosso estudo analisou um tipo de notas presentes nas margens laterais de estrofes do "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído a Botelho de Oliveira, que discriminam um suposto sentido acerca do assunto tratado nas estâncias. Essas notas são conhecidas como escólios e nosso estudo objetivou discutir primeiramente o seu aspecto breve e claro, o qual caracteriza os escólios como tipos de dispositivos textuais didático-informativos e proveitosos para o leitor, como mecanismos para um melhor entendimento da matéria estrófica. Por serem os escólios dispositivos do poema panegirical atribuído a Botelho de Oliveira, estudamo-los em consonância com as demais unidades que constituem a obra, a exemplo das estrofes e didascália, pois o sentido das notas nos é esclarecido também pelas informações elencadas pelo título e discorridas nas estâncias. Constatamos ainda que o caráter didático-informativo ou pedestre da linguagem dos escólios se torna mais evidente quando comparamos as notas com a maravilhosa e engenhosa forma como as estrofes ilustram seus argumentos acerca da matéria.

Nossa dissertação almejou primeiramente ater-se ao estudo de um tipo de discurso retórico e poético que faz parte de um conjunto de práticas letradas agenciadas em um período muito recuado no tempo, e que normalmente não recebem a devida atenção dos estudos literários de nossa sociedade, a qual tem um gosto mais voltado para as letras contemporâneas e modernas, apreço este que é contaminado pela sufocante e ilusória noção do positivismo da evolução, que impôs certa desvalorização nas letras de outrora. Nosso estudo intenta fluir para uma direção de análise do objeto que não vai de encontro àquelas abordagens das letras verossímeis dos Seiscentos, que as postulam como obscuras, barrocas, adulatórias, subjetivistas etc. Destarte, julgou-se importante tomar o panegírico como objeto de estudo, a fim de diversificarmos a escolha do *corpus* dos estudos literários. Ademais, tendo em vista que as práticas letradas verossímeis estão alinhadas com o objetivo de instituição e perpetuação da memória da matéria tratada, procurou-se estabelecer um estudo em que se traz à baila essa importante função da poesia laudatória em perenizar memórias de vidas, virtudes e ações figuradas, a partir das quais são ajuizados comportamentos exemplares e valores fundamentais para um público se mirar e emular.

O trabalho desenvolvido também teve como objetivo contribuir para com importantes estudos acerca das práticas de representação letrada do Antigo Regime monárquico, empreendidos por críticos e empenhados pesquisadores, a exemplo de João Adolfo Hansen,

Antônio Alcir Bernardez Pécora, Marcello Moreira, Adma Fadul Muhana, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, entre outros. Apesar de o número de pesquisadores das letras verossímeis da chamada Idade Moderna ser pequeno, frente à abundancia de artefatos a serem analisados, os estudos empreendidos por esses pesquisadores são de grande valia para serem referendados, balizados e levados a diante com novas contribuições, pois são de suma importância para se compreender muitas das especificidades que constituem os textos poéticos e retóricos de outrora. Destarte, nosso texto almejou, de alguma forma, contribuir com os fecundos trabalhos alicerçados e desenvolvidos em âmbito acadêmico acerca de práticas letradas engenhosas, as quais são dignas de estudo, porque deleitam e muito ensinam àquele que as toma como objeto de análise.

REFERÊNCIAS

ALCAÇAR, Bartholomeu. “Das espécies, Invençam e Disposiçam das Oraçens, que pertencem ao Gênero Exornativo. Do Padre Bartholomeu Alcaçar da Companhia de Jesus no seu Trat. De Rethorica”. In: **Delicioso Jardim da Rethorica, Tripartido em Elegantes Estâncias, e adornado de Toda a casta de Flores da Eloquência, ao qual se juntam os opúsculos de Modo de Compor, e Amplificar as Sentenças, e da Airosa Colocaçam, e Estrutura das Partes da Oraçam. Segunda edição, mas correcta,e augmentada ultimamente com o Opúsculo Das espécies, Invençam e Disposiçam das Oracens, que Pertencem ao Gênero Exornativo**. Lisboa: Na Officina de Manuel Coelho Amado, na Rua das esteiras e à sua custa impresso. M.DCC.L. pp. 42-74.

ANÔNIMO**. D. Antonio Luiz de Menezes, III Conde de Cantanhede, I. Marquez de Marialva**. - [Lisboa: Philopatrica, entre 1806 e 1817] ([Lisboa: : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira]). - 1 gravura : buril e ponteado, p&b ; 16,7x11,1 cm (matriz).

ARISTÓTELES. “Ética a Nicômaco”. Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. In: **Os Pensadores: Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. — (Os Pensadores; v. IV).

_____ “Poética”. Tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. In: **Os Pensadores: Aristóteles**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. — (Os Pensadores; v. IV).

_____ **Retórica**. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BARATTA, Custodio Jesam. **Espelho da Eloquencia Portugueza**... Lisboa occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galraõ: 1734.

BARROS, Elena Mesa Sandulski. **Tradução comentada de El Heros, obra de Baltasar Gracian**. 1997. 96f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000125857>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

BARROS, João de. **Panegíricos**. Texto restituído, prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1937.

BERTACCHI, A. R. **O Panegírico, de Isócrates: tradução e comentário**. Dissertação de Mestrado em Letras Clássicas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. 8ª impressão. São Paulo: Paulus, 2012.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

CABRAL, A. L. “PANEGIRICO/ AO EXCELLENTISSIMO SENHOR/ DOM ANTONIO LVIS/ DE MENEZES/ Dignissimo Marquez de Marialva, Con-/de de Cantanhede, do Conselho de Es-/tado, & Guerra, Presidente no da Fazen-/da, & Capitaõ General das Armas/ Portuguezas./ Em a memoravel victoria de/ MONTES CLAROS.// LISBOA./ *Com todas as licenças necessárias*./ Na Officina de Antonio Craesbeeck d’ Mello Impressor de/ SUA ALTEZA. Ann. 1665.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. **Poesia de agudeza em Portugal**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2009.

CASTIGLIONE, B. **O Cortesão**. Tradução de Carlos Nilson Moulin Louzada. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CHARTIER, R. “Paratextos e preliminares”. *In*: **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 235-257.

CÍCERO. “Libro II”. **Sobre el Orador**. Introducción, traduccion y notas de Jose Javier Iso. – Madrid: Editorial Gredos, 2002.

[CÍCERO] **Retórica a Herênio**. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino e Faria e Adriana Seabra.— São Paulo: Hedra, 2005.

COUTO, Aires do. **Panegíricos de D. João III de dois Humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Morais**. In: Máthesis, n. 9, p. 37-68, 2000.

ERICEIRA, 3º Conde da. **HISTORIA/ DE/ PORTUGAL/ RESTAURADO./ OFFERECIDA/ AO SERENISSIMO PRINCIPE/ DOM PEDRO NOSSO SENHOR / ESCRITTA/ POR/ DOM LUIS DE MENEZES/ CONDE DA ERICEYRA,/ do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vêdor da Fazenda,/ & Governador das Armas da Provincia de/ Tras os Montes, &c./** TOMO II./ - LISBOA,/ Na Officina de MIGUEL DESLANDES, Impressor de S. Magestade./ *Com todas as licenças necessárias*. Anno M.DC.XCVIII.

GAIO, F. “Tomo XVIII”. **Nobiliário de famílias de Portugal**. - [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941 (Braga: : Pax). - 17 v.

GONÇALVES, A. T. M. “Algumas considerações sobre a *Liberalitas* de Trajano, na *Gratiarum Actio* de Plinio”. In: **Phoînix**. Rio de Janeiro, 3: 53-63, 1997.

GRACIAN, L. **ARTE/ DE INGENIO,/ TRATADO DE LA/ AGUDEZA. En que se explican todos los/ modos, y diferencias de/ Conceptos**./ POR/ Lorenço Gracian./ DEDICALA/ Al Pricncipe Nuestro Señor./Com Privilegio em Madrid, Por Juan/ Sanchez, Año 1642./ Acosta de Roberto Lorenço, Merca-/der de Libros.

GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé**. Tradução: Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papirus, 1998.

HANSEN, J. A. “Agudezas Seiscentistas”. In: **Floema Especial -** Ano II, n. 2 A, p. 85-109 out. 2006.

_____. “Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução”. In: **Poesia seiscentista: Fênix renascida & Postilhão de Apolo**. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2002.

_____. “Instituição retórica, técnica retórica, discurso”. In: **Matraga**, rio de janeiro, v.20, n.33, jul/dez. 2013

_____. “Introdução: notas sobre o gênero épico”. In: Ivan Teixeira. (Org.). **Épicos: Prosopopéia, O Uraguai, Caramuru, Vila Rica, A Confederação dos Tamoios, I Juca Pirama**. 1ed.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, v. , p. 17-91.

HANSEN, J. A.; MOREIRA, M. **Para que todos entendais: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII**, volume 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HENDERSON, J. “Down the Pan: historical exemplarity in the *Panegyricus”*. In: ROCHE, P. (org.). **Pliny’s praise: the *Panegyricus* in the roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 142-174.

HESPANHA, A. M. (coord.). **O Antigo Regime (1620-1807). História de Portugal**; dir. José Mattoso, vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

INNES, D.C. “The *Panegyricus* and rhetorical theory”**.** In: ROCHE, P. (org.). **Pliny’s praise: the *Panegyricus* in the roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 67-84.

KENNEDY, G. A. **The art of persuasion in Greece**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1971.

LAUSBERG, H. **Elementos de Retórica Literária**. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MANUWALD, G. “Ciceronian praise as a step towards Pliny’s *Panegyricus*”. In: ROCHE, P. (org.). **Pliny’s praise : the *Panegyricus* in the roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 85-103.

MELLO, F. de P. de S. e de. **THEATRO DA ELOQUENCIA,/ OU ARTE DE RHETORICA,/ FUNDADA NOS PRECEITOS DOS/ melhores Oradores Gregos, e Latinos.**// Lisboa:/ na officina de FRANCISCO BORGES DE SOUSA./ Anno de MDCCLXVI.

MENANDRO EL RÉTOR. **Dos tratados de retórica epidíctica**. Introducción de Fernando Gascó. Traducción y notas de Manuel García García y Joaquín Gutiérrez Calderon. – Madrid: Editorial Gredos, 1996.

MENECHINO, L. **ArkitektUrbo- Dicionário de Arquitetura**. Estrutura e Desenvolvimento do Sistema: Tiago Luís Facco | Adequação do Sistema: Cristiano Faria. 2006. Disponível em: <http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/>. Último acesso em: 04/04/2017.

MONTEIRO, J. G. “As Guerras Púnicas”. *In*: Brandão, José Luís (coord.); Oliveira, Francisco de (coord.). **História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015; p. 145- 200.

MOREIRA, M. **Critica Textualis in Caelum Revocata?: Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra**. São Paulo: Edusp, 2011.

_____. “O louvor ao Marquês de Marialva: um estudo sobre o panegírico”. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.88, p. 183-192, dezembro/fevereiro 2010-2011.

MUHANA, A. **A “maravilha” na poesia de Manuel Botelho de Oliveira**. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.24, 2011, p.35-42.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. “PANEGYRICO/ AO/ EXCELLENTISSIMO SENHOR/ MARQUEZ DE MARIALVA,/ Conde de Cantanhede, no tem-/po que governava as Armas/ de Portugal.” In: **Musica do Parnasso dividida em quatro coros de rimas portuguesas, castelhanas, italianas & latinas** / pelo Capitam Mor Manoel Botelho de Oliveyra, Fidalgo da Caza de Sua Majestade. - Lisboa : na Officina de Miguel Manescal, impressor do Santo Ofício, 1705.

PEREIRA, A. **Elementos da Invençam ou Locuçam Retorica, ou Principios da Eloquencia...** Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

PONCE, M. J. Menandro Rétor y el Discurso Imperial. In: **HABIS.** Sevilha: n. 29, p. 221-232, 1998.

QUINTILIANO, M. F. “Livros III, IV, V e VIII”. In: **Instituição oratória**. Tradução, apresentação e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2015-2016, 4. vol.

REES, R. “Panegyric”. In**: A companion to roman rhetoric**. Edited by William Dominik and Jon Hall. — Hoboken, N.J: Blackwell Publishing. 2007; p. 136-148.

ROCHE, P. “Pliny’s thanksgiving: an introduction to the *Panegyricus*”. In: ROCHE, P. (org.). **Pliny’s praise: the *Panegyricus* in the roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 1-28.

SAMPAYO, A. V. B. e. **NOBILIARCHIA/ PORTUGVEZA/ TRATADO DA NOBREZA hereditária & politica. OFFERECIDA/ Ao Excellentissimo Senhor/ DOM JOAM DA SYLVA/ MARQUEZ DE GOVVEA,/ CONDE DE PORTALEGRE,/ Do Conselho de Estado/ DO PRINCIPE NOSSO SENHOR,/ seu Mordomo Mòr, Presidente do Desem-/ bargo do Paço, &c./ ESCRITA/ POR ANTONIO DE VILLAS BOAS E SAMPAYO**./ EM LISBOA/ *Com todas as licenças necessárias*/ Na Officina de FRANCISCO VILLELA. *Ano* 1676.

SILVA, M. P. ***Ut Architectura Poesis*: palácios de papel poéticos e arquitetônicos no reinado de Dom João V de Portugal**. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas (OmniScriptum GmbH & Co. KG), 2015.

SOUZA, A. C. de. “Marquez de Marialva”. In: **MEMORIAS/ HISTORICAS, E GENEALOGICAS/ DOS/ GRANDES/ DE PORTUGAL/ QUE CONTÉM A ORIGEM E ANTIGUIDADE/ de suas Famílias: os Estados, e os Nomes dos que actual-/mente vivem, suas Arvores de Costado, as allian-/ças das Casas, & os Escudos das Armas, que lhes/ competem ate o anno de 1754./ OFFERECIDAS/ A ELREY FIDELISIMO/ D. JOAO V./ NOSSO SENHOR.** [...] LISBOA,/ Na régia officina SYLVIANA, e da Academia Real./ M. DCC. LV./ Com todas as licenças necessárias; p. 117- 127.

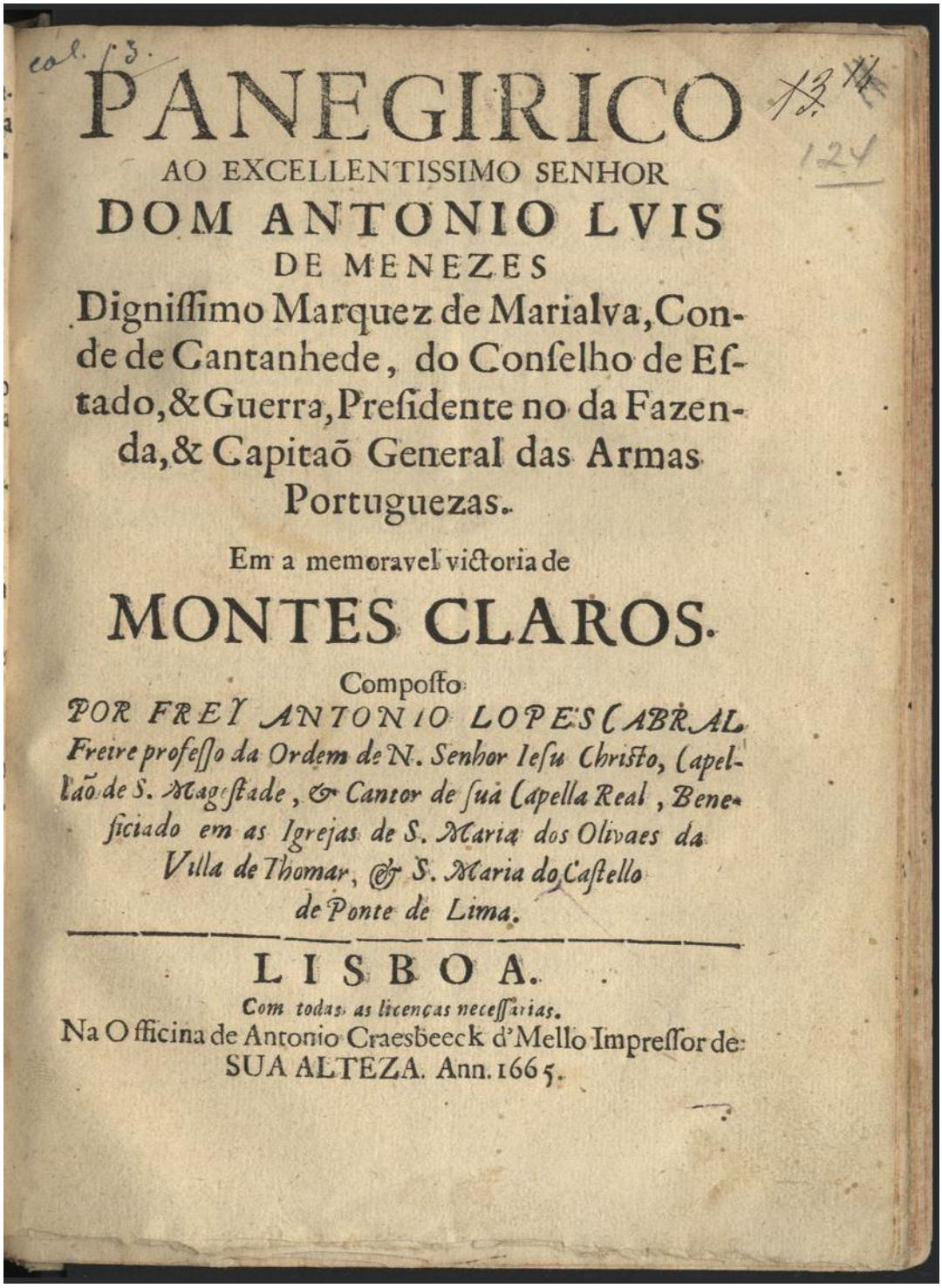
TEIXEIRA, I. O engenhoso fidalgo Manuel Botelho de Oliveira. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.50, p. 178-209, junho/agosto 2001.

TÉON; HERMÓGENES; AFTONIO. **Ejercicios de Retórica**. Introducción, traducción y notas de Maria Dolores Reche Martínez. – Madrid: Editorial Gredos, 1991.

ANEXOS

(PANEGÍRICOS *CORPUS* DA PESQUISA)

1- "Panegírico ao Marquês de Marialva", atribuído a Antônio Lopes Cabral:



PANEGIRICO
AO EXCELLENTISSIMO SENHOR
DOM ANTONIO LVIS
DE MENEZES
Dignissimo Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, do Conselho de Estado, & Guerra, Presidente no da Fazenda, & Capitaõ General das Armas Portuguezas.
Em a memoravel victoria de
MONTES CLAROS.
Composto
POR FREY ANTONIO LOPES CABRAL
Freire professo da Ordem de N. Senhor Iesu Christo, Capellão de S. Magestade, & Cantor de sua Capella Real, Beneficiado em as Igrejas de S. Maria dos Olivaes da Villa de Thomar, & S. Maria do Castello de Ponte de Lima.
LISBOA.
Com todas as licenças necessarias.
Na Officina de Antonio Craesbeeck d'Mello Impressor de SUA ALTEZA. Ann. 1665.

1.

GEneroſo Marquez, invicto Marte,
Auguſto ſer de tronco inaccecivel,
Atlante Portuguez, q̃ em toda a parte
Credito dais à Patria de invencivel;
Comvoſco meu furor hoje reparte
Do methodo melhor que he poſſivel,
Permiti que eſta penna mal limada,
Em os fios ſe apàre deſſa eſpada.

2.

Ceſſe ja com Virgilio a digna gloria
Que do Teucro gentil divulga a Fama,
Naõ lẽbre mais do Grego a rara hiſtoria
q̃ em Poemas de Homero ſe derrama,
Preſcreva Gothofredo da memoria
q̃ nas obras de Taço o mũdo acclama,
Pois de voſſo valor, & heroico braço
Pódẽ cãtar Virgilio, Homero, & Taço.

3.

Cessem os de Carthago de jactarse
Do valor de Hannibal tam excellente,
Cessem ja os Romanos de acordarse
Daquelle Scipiaõ por eminente,
Não queira Portugal jamais lembrarse
Desse grande Viriato por valente,
Pois hoje vos vè ser proprio retrato
De Hannibal, Scipiaõ, & Viriato.

4.

Se de Æneas nos conta o Mantuano,
Que depois desse estrago tam sabido,
A quem lhe deu o ser, do imigo insano,
Em seus hombros livrou cõpadecido;
Melhor vosso valor por soberano
Cantàra em seu Poema esclarecido,
Quãdo ẽ riscos vos visse, & ẽtre assõbros
Vossa patria livrar em vossos hõbros.

Se no

5.

Se no ſitio melhor delRey Latino
Alba Iulla fundou â gente Albana,
Por moſtrarlhe que em ſolio peregrino
Reſtaurava de Troya a perda inſana;
Ia com mayor valor voſſo deſtino,
Por meyo deſſa eſpada ſoberana,
Desforçou Portugal, quãdo em Valẽça
A perda reſtauraſtes de Olivença.

6.

Se de Achiles, Homero celebrado
Nos refere que a Grega, & forte gente
Não quis hir ao acédio tam chorado
Sem Capitão levar tam eminente;
Ia vejo Portugal todo empenhado
Em levarvos por Cabo diligente,
Que quem comvoſco vai leva ſabido
Que hade ſer vencedor, & não vẽcido.

7.

Se do Grego esforçado, & bellicoso
Nos cõta Homero cõ engenho, & arte
Que trocou por Briseyda, de amoroso,
Em leito conjugal, campos de Marte;
Ia vejo vosso peito taõ zeloso
De se dar a temer em toda a parte,
Que deixais, por vos ver cõ esta ẽpreza,
Quem vos deu para amar a natureza.

8.

Se do insigne Gofredo canta o Taço
Que cõ zelo divino, & preheminente
Restaurou com a força de seu braço
A casa desse Deos Omnipotente;
Vós livrastes de intrepido embaraço
Essa Casa da Mãy, mais excellente,
E a quem livra a Rainha sacrosancta
Chamo eu Restaurador da Casa sãcta.

Se esse

9.

Se eſſe Conquiſtador taõ esforçado
A terra de Salem, que vai ganhando
Com o ſangue das veas eſtimado
Os caminhos que piſa vai regando;
Tambẽ quis voſſo ſangue de alentado
Em os paſſos q̃ déſtes hir moſtrando,
Que por ſer a victoria aſſinalada
Devia ſer com ſangue rubricada.

10.

Se do inclito Hannibal clama Carthago,
Que arrazou eſſes Alpes eminentes,
Sò por vencer no Traſimeno lago
De Flamino gentil, barbaras gentes;
Bem pôde Portugal cantar o eſtrago
Das linhas que alhanaſtes prepotentes
Que eſſes Alpes ninguẽ lhos impedia,,
Se eſſas linhas Heſpanha defendia.

Se de

11.

Se de Cannas na rota celebrada
De Hannibal os ſoldados eſcolhidos
Deixàrão co valor de ſua eſpada
Os de Emilio,& Varronio deſtruidos;
Tambem vòs com a furia coſtumada
Tẽdes vẽcido dous dos mais temidos,
Que ſe o Haro eſtribava na valia,
Caracena eſtribou no que entendia.

12.

Se do forte Africano a cruel ſanha
Diſpoſta com ardor,& bizarria,
Hũa noute venceo com deſtra manha
De Siphax,& Haſdrubàl a valentia;
Tambẽ voſſo valor com furia eſtranha
Exercitos venceo no meyo dia,
Porq̃ cantaſſe a Fama em eccos raros
Que foſtes vẽcedor emMõtes Claros.

Se cha-

13.

Se chamado de Italia o graõ guerreiro
Empunhou o baſtaõ cõ brio ardente,
Por moſtrar ſeu esforço verdadeiro,
Em vẽcer de Hannibal eſſa Afra gẽte;
Vòs moſtrais no valor ſer o primeiro,
Pois vẽceis Heſpanhoes, naçaõ valẽte;
E quando o Scipiaõ vence Africanos,
Venceis vós os valentes Caſtelhanos,

14.

Se o nome em Viriato apellativo
Moſtrou na força quãto o nome ẽcerra,
Se a Fama ẽ ſeus annaes o acclama vivo
Repetindo as acçoẽs q̃ obrou na guerra;
Tambem voſſo valor por exceſſivo
Dà nome a voſſo nome em toda a terra,
Pois o ſeco Carybde, & Scytta frio
Aplaude eſſe valor, canta eſſe brio.

Se o

15.

Se o Luſitano Marte, dos Romanos
As Heſpanhas livrou cõ deſtra manha,
E os inſultos de Galba deshumanos
Viraõ da ſua eſpada a cruel ſanha;
Tambem vós com impulſos ſoberanos
Fazeis q̃ a noſſa Heſpanha vẽça a Heſpa
Que como as dividiſtes alẽtado, (nha,
Vencendo conſervais o começado.

16.

Vencei, Senhor, vencei a Iberia gente,
Triũfai, ſeñor, triũfai do imigo ouſado,
Porque em gente taõ varia, & inſolẽte,
O mũdo a voſſos pès vejais proſtrado;
Conſervai o valor do peito ingente,
E veja Portugal que ſois ſoldado,
Pois lhe moſtra eſſe braço furibundo
q̃ hũ corte deſſa eſpada, vẽce hũ mũdo.

F I M.

2- “Panegírico ao Marquês de Marialva”, atribuído a Manuel Botelho de Oliveira:

PANEGYRICO

AO

EXCELLENTISSIMO SENHOR

MARQUEZ DE MARIALVA, Conde de Cantanhede, no tempo que governava as Armas de Portugal.

OYTAVAS.

AGORA, Aquilles Lusitano, agora,
Se tanto concedeis se aspiro a tanto,
Deponde hum pouco a lança vencedora,
Inclinay vossa fronte ao rude canto:
Se minha vea vossa fama adora,
Corta em Mavorcio, corra em sabio espãto,
Chea de gloria, de Hippocrene chea,
No Mundo a fama no discurso a vea.

II.

Sua genealogia

Vòs Ramo illustre de hũa excelsa planta,
Que em fecunda virtude ennobrecida,
Entre os Troncos mais altos se levanta,
Grande na estirpe, no valor crecida:

Donde descendem os Menezes.

Tam nobre sempre, que em nobresa tanta,
Com agoa naõ, com sangue foy nacida,
Da Infanta Heroyca; dando em tempos muytos
De espadas folhas, de vittorias fruytos.

III.

Escassamente quinze Mayos eram,
Que abrem do tenro buço os resplandores,
Quando logo no peyto vos alteram
Guerreyra propensaõ vossos Mayores:

Começou a ensayarse na guerra com o exercicio da caça.

Venatorio exercicio pretenderam
Vossos brios, se verdes, superiores,
Vendo em desejos de tratar escudos
De Cynthia agrados naõ, de Marte estudos.

IV.

Quantas vezes o bruto generoso,
Que em virtude do impulso soberano
Alterna as plantas gravemente ayrozo,

Correndo a cavallo.

Move a carreyra loucamente ufano;
Seguia ao cervo, que de vòs medrozo,
Azas lhe dava aos pès o proprio dano,
De sorte que seguio no mesmo alento,
Naõ bruto ao bruto, porèm vento ao vento.

V.

Entre os ocios da pàs jà valeroso
Ostentaveis, Senhor, ao mesmo instante
No peyto denodado, & gesto ayrozo,
Alentado valor, bello semblante:
De sorte pois que em genio bellicoso,
De sorte pois, que em gentilesa amante,
Unindo as prendas de hũa, & outra sorte,
Ereis galhardo *He*ytor, Narciso forte.

Na

VI.

Na manhã tenra da florida idade,
Onde se offusca a lus do entendimento,
Com nevoas de appetites a vontade,
Com nuvens de locura o pensamento:
Na manhã tenra em fim a claridade
Da prudencia mostraveis sempre attento,
Qual dia bello, que em manhã celeste
Naõ se orna nuvens, naõ; rayos, se veste.

Sua mocidade, & prudencia.

VII.

Quando vosso primor alimentava
Os doutos partos do subtil juiso,
Lusitania felìs vos acclamava,
Entre verde saber maduro fizo:
Lusitania felìs vos admirava,
Quando entre ostentações de sabio aviso
Fruttificava em prevenido abono
Na verde Primavera o rico Outono.

Sua sciencia na mesma idade.

VIII.

Quando a Patria sugeyta se rendia
Do Castelhano Imperio à força crua,
Oh como infelismente se affligia,
Funebre, triste, desmayada, nua!
Depois izenta da violencia impia,
Despindo as dores da tristesa sua,
Acclamouse no ardor de vossa espada
Festiva, alegre, valerosa, ornada.

Restauraçam de Portugal. em que teve grande parte o Senhor Marquez.

IX.

Descingindo da fronte bellicosa
As verdes folhas da Arvore funesta,
Dourando a nuvem d'ansia lastimosa,
O pranto serenou da màgoa infesta:
Adornada escarlàta generosa,
Entre a voz popular da heroyca festa
Juntou, prevendo o forte, & fausto agouro,
Na mão a espada, na cabeça o louro.

Ao mesmo.

X.

Ao mesmo.

Roma jà naõ se jacte por ufana
De Curcio o arrojo, na lealdade pio,
Naõ solennize jà por soberana
De Fabio a testa, de Marcello obrio:
Pois logra em vòs a gente Lusitana,
Pois em vòs com mais credito avalio,
(Unindo tres Heroes neste desvelo)
Outro Curcio, outro Fabio, outro Marcello.

XI.

Seu cazamento.

Vendo o frecheyro Deus que valeroso
Vosso peyto se oppunha ao fogo activo,
Hymeneo vos prendeu por amoroso,
Cupido vos frechou por vingativo:
Sendo vòs igualmente amante ayrozo,
Vòs logrando igualmente esforço altivo,
Se ornou no forte ardor, na doce chamma
Mavorte o Myrto, Cytherea agrama.

XII.

A Senhora Marqueza de Marialva, cõ que casou o Senhor Marquez.

Diga este Amor aquella Aurora, aquella
Descendente do Heroe, que em brio tanto
Brilhando em seu valor invicta estrella,
De Lysia gloria foy, d'Africa espanto:
Oh como agora se publica nella,
Se a honestidade, se a bellesa canto,
Marialva por illustre sympathia
He de virtudes mar, & Alva do dia!

XIII.

General das armas contra o sitio de Elvas.

Quando vos elegeu supremo Alumno
(Elvas oppressa) a Patria vacillante,
Entre Soldado Capitaõ, vos uno,
O Bastão nobre, a espada fulminante:
Quando rios de sangue vè Neptuno,
Pareceu hum purpureo, outro arrogante,
De Lysia o Reyno, do Oceano o espelho
Por Arabia Feliz, por Mar vermelho.

Cam-

XIV.

Campou de Lysia a Flor por renacida,
Marchou a Flor de Iberia por cortada;
Aquella està no campo esclarecida,
Esta fica no campo desmayada:
A campanha parece florecida,
Sendo no duro Inverno mal tratada:
Porque tinta em correntes sanguinosas
De cravos se vestio, se ornou de rosas.

Ao mesmo.

XV.

Ostentando no sitio heroycamente
Excessos de valor Scipiaõ famoso,
Ulyssea ficou Roma potente,
O Tejo pareceu Tibre glorioso;
E com tantos applausos excellente
Mostrastes por assombro generoso
Na sorte alegre, no valor impio
Modesto o coraçaõ, prudente o brio.

XVI.

Marquez vos honra o generoso Atlante,
Se do Ceo naõ, da Lusitana terra,
Sexto Affonso, que em armas fulminante
Fez invicto o valor na justa guerra:
Naõ foy por desempenho, porque amante
Pagàra o esforço, que esse braço encerra,
Se Affonso fora no valor profundo
Não Rey de hum Reyno, naõ; Senhor de hum Mundo.

ElRey Dom Affonso VI. lhe dá o titulo de Marquez.

XVII.

Depois seguramente condusindo
Contra o Principe Austriaco insolente
Exercito segundo, persuadindo
Com muda discriçaõ, voz eloquente:
Com a Deidade Estrymonia competindo,
Do Tejo abristes o crystal corrente;
Jactase jà, pois logra em seu festejo
Se Neptuno o Oceano, Marte o Tejo.

Passando ao Alentejo com segundo exercito no tempo, em que era Governador das armas Dom Sancho Manoel.

XVIII.

Vittoria do Cauo, que hoje se chama do Ameyxial.

Na campanha do Ibero mal segura
Vosso nome altamente publicado,
Ambos vencestes a batalha dura,
Sancho guerreyro então, vòs respeytado:
Com vosso nome a palma se assegura
Sómente pelas voses de affamado,
Quando Lysia acclamou glorias ufanas,
Sendo Sancho Annibal, o Cano Cannas.

XIX.

Governador das armas do Partido do Alenteio. Vittoria da Praça de Valençv.

Outra ves com esforço verdadeyro
No Transtagano imperio obedecido,
Mostrastes na Provincia animo inteyro,
Quando della tivestes o Partido:
Valente o peyto foy, no ardor guerreyro,
Alcançando a vittoria esclarecido,
(Valença o sabe) que em igual conceyto
Valença a Praça foy, valente o peyto.

XX.

Vittoria ultima de Montes Claros.

Diga Lysia tambem a Palma nobre
Ultima empresa, da Mavorcia Historia
Da fama devedora applausos cobre
Quando a fama por vòs alcança a gloria;
O nome venturoso o sitio dobre
De Montes Claros na feliz vittoria,
Que saõ da Parca, & Marte os golpes raros
Nos corpos *Montes*, nas façanhas Claros.

XXI.

Principio da batalha, em que os Castelhanos se imaginaram vencedores.

Cedendo o peyto à força successiva,
Sendo oppresso do Ibero o Lusitano,
Retrocede, que a sorte compassiva
Quis dar hum trofeo breve ao Castelhano;
Nos bronzes logo o fero ardor se aviva,
E nos ferros se esgrime o brio ufano,
Armão-se os Lusos mais que duros cerros
Com bronzes bronzes, & com ferros ferros.

Qual

XXII.

Qual Deidade da Esfera luminosa,
Entre vapores perfidos, consente
Que hum pouco offusque a nevoa tenebrosa
As lisonjas gentis da lus ardente:
Porèm depois os golpes da lustrosa
Vingança a nevoa desmayada sente,
Vibrando o Sol em fervido desmayo
Lus a lus, chamma a chamma, rayo a rayo.

Alē ta-se a batalha por parte dos Portuguezes.

XXIII.

Tal o Luso valor, que Sol se apura,
Consente entre escondidos ardimentos
Que do Ibero conflicto a nevoa impura
Offusque de seu brio os luzimentos:
Porèm depois na bellica ventura
Castigando nublados pensamentos
Com luzidas façanhas, vibram logo
Bala abala, aço a aço, fogo a fogo.

Alcança-se a vittoria.

XXIV.

Vòs posto na eminencia egigantada,
Que rouba os rayos do medroso Ethonte,
Naõ jà de louro vossa fronte ornada,
Ornada sim de estrellas vossa fronte;
Subis ao Ceo na gloria celebrada,
Sois assombro guerreyro do Horizonte,
Com que o monte por hũa, & outra parte
Fica Atlante do Ceo, templo de Marte.

Posto no monte o Senhor Marquez.

XXV.

Quando na Aula celeste vlsitava
O louro amante do Peneo Louro
Ao Troyano gentil, que a Jove dava
Do Nectar o liquor em mesas d'ouro:
Entre o nevado horror, que o Ceo vibrava,
Prompto no campo, intrepido ao pelouro
Repouzaveis, porèm com braço feyto,
Sendo a neve colchões, as armas leyto.

Sua estancia no campo em tempo de Inverno.

Quan-

XXVI.

Sua estancia no campo em tempo do Estio.

Quando entre obstinações do ardor nocivo
Latindo nesse Polo o Caõ lusente,
Vomita em grave horror o fogo esquivo,
Abre na bocca adusta o cirio ardente:
Vosso peyto tambem no esforço vivo
Fomentava os ardores de valente,
Ambos ardendo, hum de outro satisfeyto,
Na calma o cirio, no valor o peyto.

XXVII.

Comparaçaõ com a Aguia mais avantejado.

Qual Aguia illustre, que do Sol os rayos,
Sendo de altivas plumas adornada,
Sem maltratarse à lus, sem ter desmayos,
Bebe constante, oppõemse remontada:
Vòs remontado em bellicos ensayos,
Vendo rayos de Marte na estacada,
Aguia sois, & subis com mais instinto,
Ella ao Planeta quarto, vòs ao quinto.

XXVIIII.

Comparaçaõ de Jupiter cõtra os Castelhanos.

Se fulminais outado, forte, & ledo
Contra Iberos Gigantes a pujança,
Oh que estrago! oh que lastima! oh que medo!
Quando a espada tratais, brandis a lança:
Muy cedo pelejais, venceis mais cedo
O Franstagano ardor Flegra se alcança,
Vendo Iberos Gigantes, senaõ erro,
Por Jupiter a vòs, por rayo o ferro.

XXIX.

Sua constancia no bom, ou mao successo.

Qual firme escolho, que no mar resiste
Ao crystallino impulso, que discorre,
Ou quando o mar com crespa furia insiste,
Ou quando o mar com terso aljofar corre:
Assim tambem quando a borrasca assiste,
Assim tambem quando a bonança occorre,
Jà do bem, jà do mal; ao mesmo instan e
Constante sois no bem, no mal constante.

Se

XXX.

Se espedaçando escudo, arnez, & malha
Chovem globos em polvora encendidos,
E se arvoram bandeyras na Batalha,
Os Castelhanos fortes jà vencidos;
Naõ fazem globos, que Vulcano espalha,
Naõ fazem ventos nos trofeos movidos,
Fas sòmente o valor, que em vòs se encerra,
As bandeyras tremer, tremer a terra.

Allusaõ de seu valor no tremor da terra, & das bandeyras.

XXXI.

Qual Orion de estrellas matizado,
Para que com crystaes ao Mundo offenda,
Da procellosa espada nasce armado,
Luminosa no Ceo, no mar tremenda:
Tal vòs com vossa espada denodado
Fazeis de estragos tempestade horrenda,
Se bem com mais terror, que em gloria nossa
Agoa esperdiça aquella, & sangue a vossa.

Comparaçaõ de sua espada.

XXXII.

Em vosso peyto habitam finalmente
Todas as prendas do primor glorioso,
Se naõ sois mil Heroes, Conde excellente,
Sereis por vezes mil Heroe famoso:
Lograis bellico ardil, voz eloquente,
Prudente discriçaõ, valor ditoso,
Severo agrado, sangue esclarecido,
Amado no temor, no amor temido.

Breve elogio de suas virtudes.

XXXIII.

Sendo vòs exemplar da humana gloria,
Sendo do Luso Imperio forte amparo,
Para eterno papel de vossa historia
Bronzes Corinthode, marmores Paro:
Vòs esculpido na fatal vittoria,
Vòs retratado no conflicto raro,
Metam medo aos remotos, aos visinhos
Lenhos na imagem, no retrato linhos.

Suas acções eternizadas, & seu retrato temido por ellas.

Cesse

XXXIV.

Sua fama do Oriente atè o Poente.

Cesse a Musa, senhor, retumbe a fama,
Destempere-se a Lyra, entoe a Trompa,
Que quando o Plectro humilde vos acclama,
He bem que a tuba o Plectro me interrompa:
Se vosso esforço como Sol se affama,
Dos Gigantes a filha os ares rompa,
Donde se veste esse Planeta louro
Mantilhas de rubì, mortalhas de ouro.

A' ROSA

OYTAVAS.

INnundações floridas de Amalthea
Prodigamente clori derramava,
E liquida em rocio a sombra fea
No fraudulento Bruto, o Sol brilhava:
Quando entre tanta flor, que Abril semea,
Fidalgamente a Rosa se adornava,
Ostentando por garbo repetido
De ouro, o toucado, de ambar o vestido.

Esta